



Faculdade
BOAS NOVAS

REVISTA CIENTÍFICA

SAPOPEMA

Revista Científica do Curso de Jornalismo
da Faculdade Boas Novas

Comunicação em Movimento:
Projetos Jornalísticos e Produção do Conhecimento

VOL 3 | Nº 1 | 2026

REVISTA CIENTÍFICA

SAP**PEMA**

Revista Científica do Curso de Jornalismo
da Faculdade Boas Novas

**Comunicação em Movimento:
Projetos Jornalísticos e Produção do Conhecimento**

ORGANIZADORA

Professora Ma. Liliana Rodrigues da Silva

**FACULDADE BOAS NOVAS DE CIÊNCIAS TEOLÓGICAS, SOCIAIS E
BIOTECNOLÓGICAS**

MANTENEDOR

Instituto Bíblico da Assembleia de Deus no Amazonas – IBADAM

PRESIDÊNCIA

Dr. Jonatas Câmara

DIREÇÃO EXECUTIVA

Me. Edivaldo Lopes de Lima

DIREÇÃO GERAL

Dra. Maria José Costa Lima

DIREÇÃO ACADÊMICA E PROCURADORIA INSTITUCIONAL

Dra. Fátima Medianeira Flôres de Vargas

COORDENAÇÃO DE PESQUISA

Dra. Franci Flores de Vargas

COORDENAÇÃO DO CURSO

Me. Hernan Jose Gutierrez Herrera

Sapopema – Revista Científica do Curso de Jornalismo da Faculdade Boas Novas

© 2026 Copyright by Faculdade Boas Novas.

Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 1655 – Japiim - Manaus-AM – CEP - 69077-000

Fone: (92) 98121-2373

<https://fbnovas.edu.br/site/>

Editoração:

Prof. Me. José Fábio Bentes Valente

Profa. Dra. Franci Flores de Vargas

Os artigos assinados, bem como o seu conteúdo e estilo linguístico são de responsabilidade de seus autores e necessariamente não expressam a posição da Instituição.

Catálogo na Publicação (CIP)

Sa241 Sapopema: revista científica do curso de Jornalismo da Faculdade Boas Novas
[e-book] / Faculdade Boas Novas. – Manaus: FBN, 2026.
0,98Mb. : PDF

Modo de acesso eletrônico
ISBN 978-65-981563-6-7

1. Ciência - Estudo e ensino - Pesquisa. 2. Jornalismo. 3. Comunicação

CDD 070.402 285

Elaborado por Kellen Cristina Encarnação Moraes
CRB-AM-001134/O

COMISSÃO EDITORIAL

Prof. Me. Hernan Jose Gutierrez Herrera

Profa. Ma. Carly Anny Barros Figueiredo

Profa. Ma. Liliana Rodrigues da Silva

Prof. Ma. Wilce Jane Reis

Profa. Dra. Fátima Flôres de Vargas

Profa. Ma. Izabelly Costa

Prof. Esp. João Costa Lopes

Prof. Me. Gabriel Ferreira Fragata

Prof. Esp. Henrique Assunção

Pequenas citações são permitidas, sempre indicando-se a fonte
Direitos reservados à Faculdade Boas Novas de Ciências Teológicas, Sociais e
Biotecnológicas

APRESENTAÇÃO

Liliana Rodrigues é comunicóloga, jornalista, publicitária, marketóloga e teóloga, atuando na interface entre comunicação, educação, marketing e pesquisa científica. Com sólida trajetória acadêmica e profissional, dedica-se à produção do conhecimento nas Ciências da Comunicação, desenvolvendo pesquisas voltadas à inovação, comunicação organizacional, jornalismo, mídias digitais, marketing, educomunicação e suas interfaces com a sociedade contemporânea.

Docente do ensino superior há mais de 13 anos, contribui para a formação de profissionais nas áreas da Comunicação e das Ciências Humanas, acumulando a experiência de ter participado da formação de mais de oito mil estudantes. Sua atuação acadêmica é marcada pelo incentivo à pesquisa científica, à extensão universitária e à produção de conhecimento aplicado, promovendo o diálogo entre teoria, prática e transformação social.



Ma. Liliana Rodrigues da Silva

No mercado da comunicação, reúne mais de 23 anos de experiência em marketing estratégico, publicidade, jornalismo e gestão da comunicação, tendo participado do desenvolvimento de projetos e estratégias para organizações públicas, privadas e do terceiro setor. Essa vivência profissional fortalece sua produção científica, conferindo uma perspectiva interdisciplinar e conectada aos desafios contemporâneos da comunicação.

Cristã e pastora, exerce o ministério pastoral há seis anos e dedica-se, há mais de quinze anos, ao ensino das Escrituras Sagradas por meio da Escola Bíblica Dominical e da formação de líderes cristãos. É membro do Ministério Resgatando Vidas, integrando sua vocação ministerial ao compromisso com a educação, a ética e o desenvolvimento humano.

Também atua como comunicadora em diferentes plataformas de mídia. É apresentadora do **PodOuvir Podcast**, com transmissão aos sábados pela Rádio Boas Novas 107,9 FM, conduzindo entrevistas, conteúdos musicais e mensagens de reflexão. Às quartas-feiras, apresenta entrevistas e experiências inspiradoras em seu canal no YouTube, além de produzir conteúdos em áudio para Spotify e redes sociais, ampliando o alcance da comunicação como instrumento de educação, diálogo e transformação.

Como pesquisadora e cientista da comunicação, Liliana Rodrigues acredita que a produção científica deve contribuir para a construção de uma sociedade mais crítica, ética e inovadora. Sua atuação integra ensino, pesquisa e extensão, reafirmando o compromisso com a excelência acadêmica, a formação de novos pesquisadores e o fortalecimento das Ciências da Comunicação no contexto amazônico e nacional.

AUTORES

Amanda Castro Oliveira

Cristiana Tavares Viana

Daniel Eduardo Ramos

Débora Marques do Nascimento

Deborah Araújo Freire

Everlan Santos Granja

Giovanna Nascimento Nogueira

Jocineide Corrêa Brandão

Josianne Peres Castro

Liliana Rodrigues da Silva

Luana Ribeiro Silva

Maeferleidy Maia Amaral

Yuri Soares Damasceno

SUMÁRIO

Apuração na Televisão: Estratégias e Avanços Busca Pela Notícia no Jornalismo Televisivo .	9
Censura Política no Jornalismo Contemporâneo	22
Do Hipertexto à Inteligência Artificial: Novas Dimensões da Interatividade no Jornalismo Digital Brasileiro	35
Entre A Verdade e o Perigo: Desafios e Riscos na Cobertura Jornalística Policial	46
Ética e Sensacionalismo	58
Fake News e Desinformação Política no Brasil	70
Jornalismo Social: a Relevância do Jornalismo e a Transformação com as Mídias Digitais...	79
Missões Comunitárias na Amazônia: o Olhar do Jornalismo Social.....	90
O Papel Transformador do Jornalismo Social na Representação de Comunidades Vulneráveis	94
Os Desafios de Pessoas com Deficiência Visual no Ensino Superior.....	109
Rádio: Comunicação Comunitária nas Comunidades Ribeirinhas e o Direito à Informação	122
Radiojornalismo: a Transformação do Rádio Jornalismo Frente às Mídias Digitais e à Busca da Opinião Pública por Credibilidade	137

APURAÇÃO NA TELEVISÃO: ESTRATÉGIAS E AVANÇOS BUSCA PELA NOTÍCIA NO JORNALISMO TELEVISIVO

SILVA, Luana Ribeiro¹
SILVA, Liliana Rodrigues²

RESUMO

Apuração constitui etapa central na produção jornalística. No jornalismo televisivo, esse processo assume características específicas em função da linguagem audiovisual e da exigência da rapidez. Este artigo analisa estratégias e avanços no processo de apuração em emissoras locais de televisão, considerando desafios estruturais, limitações de recursos, uso da tecnologia, protocolos internos e participação comunitária. Busca-se compreender como jornalistas conciliam a pressão por agilidade com a necessidade de rigor e ética, além de identificar práticas inovadoras que assegurem a confiança do público.

Palavras-Chave: Apuração; Jornalismo televisivo; Emissoras locais; Tecnologia.

ABSTRACT

News verification is a central stage in journalism, ensuring accuracy, credibility, and social relevance. In television journalism, this process has particular features due to audiovisual language and the demand for speed. This article analyzes strategies and advances in the news-gathering process of local TV stations, considering structural challenges, resource limitations, technology use, internal protocols, and community participation. The study aims to understand how journalists reconcile the pressure for speed with ethical accuracy, while identifying innovative practices that ensure public trust.

Keywords: News verification; Television journalism; Local broadcasters; Technology

1 INTRODUÇÃO

A apuração é a etapa central da produção jornalística e assume características específicas no contexto televisivo, devido à linguagem audiovisual e à necessidade de rapidez na divulgação das informações. O repórter televisivo realiza um trabalho que envolve coleta, verificação e organização de dados em um curto período, conciliando a objetividade e a clareza na transmissão das notícias. Além de confirmar os fatos, a apuração televisiva inclui a validação de elementos visuais, como imagens e vídeos, o que demanda procedimentos técnicos e operacionais específicos.

¹ Graduanda em Comunicação Social-Jornalismo, pela Faculdade Boas Novas de Ciências Teológicas, Social e Biotecnológicas.

² Mestrado do Curso de Ciências da Comunicação pela Universidade Federal do Amazonas. Professora de Comunicação Social da Faculdade Boas Novas. Jornalista e Publicitária. E-mail: liliana.rodrigues@fbnovas.edu.br

As emissoras locais desempenham papel crucial na cobertura jornalística regional. Por estarem próximas aos acontecimentos e às demandas da comunidade, essas emissoras produzem conteúdos de interesse local e contribuem para o acesso à informação em contextos específicos. Contudo, limitações de infraestrutura, recursos humanos e equipamentos impactam diretamente a forma como a apuração é realizada. O repórter local, muitas vezes, acumula funções e adapta suas práticas à realidade operacional da emissora. Apesar disso, a proximidade com fontes regionais favorece a obtenção e verificação de informações, aproximando o noticiário das dinâmicas locais.

O avanço da tecnologia transformou os processos de apuração. Redes sociais, bancos de dados públicos e ferramentas de busca digital ampliaram o acesso a fontes, mas também aumentaram os riscos de disseminação de informações falsas. Assim, o jornalista deve selecionar dados confiáveis, realizar a verificação rigorosa e manter controle sobre a origem das informações. Esse cenário exige capacitação, rotinas bem definidas e protocolos internos que garantam a precisão das matérias veiculadas, especialmente em um ambiente de pressão pela rapidez, como ocorre na televisão.

Além disso, a participação da comunidade representa um recurso valioso na apuração jornalística. O envio de relatos, imagens e sugestões de pauta por parte do público amplia o alcance das reportagens e possibilita acesso a informações que não seriam obtidas apenas pela equipe profissional. Entretanto, essas contribuições devem passar por checagem criteriosa, garantindo que os dados sejam contextualizados e confirmados antes da veiculação.

Diante desses elementos, este estudo busca compreender como ocorre a apuração jornalística em emissoras locais de televisão, considerando os desafios estruturais, tecnológicos e éticos enfrentados pelos profissionais que atuam no jornalismo regional. Nesse sentido, a pesquisa propõe uma análise das rotinas produtivas, das ferramentas utilizadas e do papel da comunidade na construção das notícias, contribuindo para o aprimoramento das práticas de apuração no telejornalismo.

O objetivo desta pesquisa é analisar os métodos de apuração utilizados por emissoras locais de televisão, considerando os desafios estruturais, o uso das tecnologias digitais, a participação comunitária e as rotinas profissionais do jornalismo regional. Com os seguintes objetivos específicos:

- Investigar como as emissoras locais estruturam o processo de apuração, considerando limitações materiais, organizacionais e humanas.

- Examinar o papel das tecnologias digitais na coleta, filtragem e verificação das informações.
- Analisar a percepção do público sobre credibilidade, rapidez e confiabilidade das notícias transmitidas pelos telejornais locais.
- Identificar o impacto da participação comunitária no processo de apuração e construção das pautas.
- Avaliar os desafios enfrentados por repórteres locais na produção das reportagens televisivas.
- Propor estratégias de aprimoramento para fortalecer a qualidade da apuração nas emissoras regionais.

2 APURAÇÃO NA TELEVISÃO: ESTRATÉGIAS E AVANÇOS

A apuração jornalística televisiva envolve uma série de procedimentos que combinam verificação de informações e validação de elementos visuais. Conforme Kucinski (1998), “a apuração é o momento central do trabalho jornalístico, aquele em que o repórter se aproxima dos fatos e constrói o que será a notícia”. Na televisão, a rapidez da veiculação e o caráter visual das reportagens tornam a apuração ainda mais delicada. Qualquer erro pode comprometer não apenas a credibilidade da matéria, mas da emissora como um todo.

As emissoras locais, por sua proximidade com a comunidade, possuem vantagem no acesso a fontes e informações regionais. Essa relação estreita com o público permite uma apuração mais contextualizada e relevante para o telespectador, mesmo diante de limitações estruturais e pessoais. Nesse sentido, Chaparro (2001, p. 79) afirma:

A apuração é um processo que exige método, disciplina e responsabilidade. O jornalista precisa buscar a origem, confrontar versões, verificar fatos, entender contextos e identificar interesses. Não basta recolher declarações: é necessário investigar, conferir e duvidar, para que a notícia corresponda com precisão ao acontecimento social.

Entretanto, o imediatismo exigido pelo meio televisivo e a concorrência com plataformas digitais desafiam essas emissoras a conciliar velocidade e rigor na verificação das notícias.

O uso da tecnologia é um dos principais avanços na apuração televisiva. Ferramentas digitais, redes sociais, bancos de dados e aplicativos específicos ampliam as possibilidades de coleta e checagem de informações, mas exigem critérios rigorosos para evitar a reprodução de boatos. Machado (2007) ressalta que o jornalista moderno deve atuar como curador, verificando a autenticidade dos dados e cruzando múltiplas fontes. Para emissoras locais, a capacitação, rotinas de verificação e protocolos internos são fundamentais para utilizar a tecnologia de forma eficaz e ética.

A ética e a checagem rigorosa das informações são pilares da apuração televisiva. Melo (1988) afirma que “a ética jornalística envolve a responsabilidade de garantir que a notícia seja verdadeira, justa e clara, respeitando o direito do público à informação correta”. Porto (2019) complementa que a verificação criteriosa das informações é essencial para combater a desinformação e preservar a credibilidade do veículo. Protocolos internos e exigência de documentação comprovam a seriedade do processo e protegem a emissora contra erros que possam gerar danos à audiência.

Outro recurso estratégico é a participação comunitária. O jornalismo cidadão amplia o alcance da apuração, permitindo que informações e registros visuais enviados pela comunidade complementem o trabalho jornalístico. Paulussen (2011) destaca que a interação com a audiência deve incluir a validação das informações, garantindo a precisão da notícia. Ao integrar a comunidade no processo de apuração, as emissoras locais fortalecem a confiabilidade do noticiário e aproximam o jornalismo da realidade regional.

Dessa forma, a apuração televisiva é um campo complexo, que exige equilíbrio entre velocidade e precisão, ética e criatividade, tecnologia e proximidade com a comunidade. As estratégias adotadas pelas emissoras locais uso de protocolos, verificação de múltiplas fontes, observação direta dos fatos e integração da comunidade demonstram que é possível produzir jornalismo de qualidade mesmo diante de limitações operacionais. O aprimoramento contínuo dessas práticas é essencial para fortalecer a credibilidade do jornalismo televisivo e atender às demandas de informação da sociedade.

3 O PAPEL DA TECNOLOGIA NA APURAÇÃO TELEVISIVA

O uso da tecnologia revolucionou de forma estrutural o jornalismo televisivo, alterando rotinas, acelerando processos e ampliando o acesso a fontes de informação. A digitalização

consolidou um novo ecossistema informacional em que bancos de dados públicos, plataformas de monitoramento, redes sociais e softwares de verificação automática tornaram-se ferramentas indispensáveis para o repórter e para as equipes de produção. A multiplicidade de dispositivos móveis, aliada à ubiquidade da internet, possibilita que a coleta de informações aconteça em tempo real e a partir de diferentes contextos socioculturais, ampliando a complexidade e o dinamismo da apuração.

Nesse cenário, o papel do jornalista assume novas demandas. Conforme Machado (2007), o profissional contemporâneo deve atuar como um “curador da informação”, selecionando, contextualizando e verificando dados provenientes de múltiplas fontes, em um ambiente marcado pela abundância informacional e pela circulação acelerada de conteúdos. Essa curadoria exige habilidades técnicas, capacidade crítica e domínio das ferramentas digitais, pois o volume de dados disponíveis não implica automaticamente qualidade ou veracidade. A tarefa do jornalista passa a incluir a distinção entre conteúdos autênticos, manipulados ou descontextualizados, um desafio crescente em plataformas baseadas em algoritmos e alta velocidade de disseminação.

Nesse sentido, Lemos (2010, p. 94) destaca o novo papel do profissional diante da sobrecarga informativa:

As tecnologias digitais não substituem o jornalista; ao contrário, ampliam suas possibilidades de investigação e conferem novas responsabilidades. Cabe ao profissional mediar fluxos informacionais, filtrar excessos, verificar sinais contraditórios e transformar grandes volumes de dados em conhecimento socialmente relevante.

Essa perspectiva evidencia que a mediação jornalística continua essencial, mesmo em um ambiente em que o público também produz e distribui conteúdos. O jornalista não compete apenas com outros veículos, mas com um fluxo contínuo de dados, rumores, imagens amadoras e opiniões que circulam de forma descentralizada. Assim, a apuração torna-se não apenas um processo técnico, mas também interpretativo e analítico, exigindo discernimento diante de informações que chegam de forma fragmentada, rápida e muitas vezes sem contexto.

Para as emissoras locais, a incorporação dessas tecnologias representa uma oportunidade significativa de expandir o alcance da apuração, ultrapassando limitações geográficas, financeiras e estruturais que historicamente caracterizam o jornalismo regional. Aplicativos de monitoramento de redes permitem identificar pautas emergentes e acompanhar discussões públicas em tempo real; plataformas de armazenamento em nuvem facilitam o

compartilhamento de materiais entre equipes internas e externas; e bancos de imagens online otimizam o tempo de produção, reduzindo a dependência de deslocamentos constantes para captação de imagens complementares. Além disso, ferramentas de geolocalização e mapas interativos ampliam a precisão das informações e permitem novas abordagens narrativas nos telejornais.

Contudo, a adoção dessas ferramentas também impõe desafios significativos. O uso adequado da tecnologia demanda treinamento contínuo, atualização profissional e padronização de rotinas que assegurem a veracidade e a ética no tratamento do conteúdo. A ausência de protocolos claros pode levar à utilização indevida de imagens de terceiros, à replicação de boatos virais ou à interpretação equivocada de dados. Em emissoras locais, onde frequentemente há sobrecarga de funções, a pressão por entregar rapidamente pode comprometer o rigor necessário à apuração digital.

Porto (2019) ressalta que, em tempos de desinformação, a tecnologia deve ser integrada ao processo jornalístico com rigor metodológico, priorizando a transparência e o cruzamento de fontes. Não basta incorporar ferramentas digitais: é preciso que elas operem em favor da credibilidade, e não da velocidade dissociada da verificação. Assim, a qualificação técnica e ética dos profissionais torna-se componente central da apuração contemporânea, evitando que velocidade e volume informacional comprometam a precisão da notícia.

Dessa forma, a tecnologia não é apenas um suporte operacional, mas um elemento estruturante da prática jornalística atual. Ela redefine fluxos, amplia possibilidades e introduz novas responsabilidades, reforçando a necessidade de que o jornalista televisivo atue com rigor, criticidade e domínio técnico para garantir que a informação transmitida ao público mantenha sua confiabilidade e relevância social.

4 ÉTICA E RESPONSABILIDADE NA APURAÇÃO

A ética é o pilar fundamental que sustenta a credibilidade jornalística, especialmente em meios de grande alcance como a televisão, onde a informação é transmitida de forma imediata e com forte impacto na opinião pública. Nesse contexto, a responsabilidade do repórter diante da audiência envolve não apenas o compromisso com a verdade factual, mas também a imparcialidade, a transparência e o respeito à integridade das fontes. Diferentemente de outras mídias, o telejornalismo articula som, imagem e narrativa, o que potencializa a influência da

notícia e, conseqüentemente, amplia a necessidade de rigor ético em todas as etapas do processo de apuração.

Para Melo (1988), “a ética jornalística envolve o compromisso com a verdade, a justiça e o respeito ao público”, destacando que tais valores não são acessórios, mas estruturantes da legitimidade da profissão. A ética, portanto, transcende códigos formais: ela fundamenta a própria razão de ser do jornalismo como prática social que medie a realidade e forneça ao cidadão subsídios para compreender os acontecimentos e exercer sua cidadania.

Em complemento, Kovach e Rosenstiel (2003, p. 57) afirmam:

O primeiro compromisso do jornalismo é com a verdade. Isso implica um processo disciplinado de verificação, capaz de resistir às pressões do mercado, do imediatismo e das próprias limitações da prática profissional. A ética não é um adorno, mas a estrutura que sustenta a credibilidade da notícia.

Essa perspectiva reforça a ideia de que a ética não é apenas um conjunto de normas abstratas, mas um método de trabalho que orienta decisões cotidianas, sobretudo em situações de grande pressão temporal. Ao adotar práticas como checagem cruzada de fatos, consulta a múltiplas fontes, contextualização rigorosa e revisão editorial, as emissoras fortalecem seu compromisso com a verdade e ampliam o nível de confiança depositado pela sociedade.

Emissoras que implementam protocolos internos de verificação, revisão e autorização de conteúdos têm maior capacidade de reduzir erros, evitar distorções e manter a coerência editorial. Esses procedimentos funcionam como dispositivos organizacionais que asseguram transparência e responsabilidade social, especialmente em coberturas sensíveis como crises políticas, tragédias, denúncias e temas envolvendo direitos humanos. Nessas situações, uma falha ética pode gerar consequências irreparáveis para indivíduos, instituições e para a própria imagem da emissora.

Ao mesmo tempo, a pressão por rapidez, característica histórica do jornalismo televisivo, intensificou-se com o advento das redes sociais e do fluxo contínuo de informações. Hoje, o tempo de resposta esperado do telejornalismo é medido em minutos, o que muitas vezes coloca o repórter diante do dilema entre ser o primeiro a noticiar e garantir a veracidade do conteúdo. Essa disputa por imediatismo é agravada pela competição com plataformas digitais que operam sem o mesmo rigor profissional.

No entanto, a necessidade de atender ao ritmo acelerado da informação não pode se sobrepôr ao cuidado metodológico da apuração. Quando a precisão é sacrificada pela velocidade, abre-se espaço para equívocos, interpretações precipitadas, reprodução de boatos e disseminação de desinformação. Nesse sentido, o maior desafio contemporâneo do telejornalismo consiste em encontrar um equilíbrio sustentável entre agilidade e precisão, preservando a integridade do trabalho jornalístico e assegurando que a informação que chega ao público seja confiável, contextualizada e socialmente responsável.

Ao reafirmar o compromisso ético como eixo estruturante da prática jornalística, destaca-se que a credibilidade patrimônio imaterial mais valioso de uma emissora não se constrói apenas com tecnologia ou rapidez, mas com constância, rigor e responsabilidade no processo de apuração e disseminação das notícias.

5 PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E COLABORAÇÃO NA APURAÇÃO

A participação comunitária consolidou-se como uma das principais inovações no jornalismo televisivo contemporâneo, especialmente no âmbito local. O chamado jornalismo colaborativo amplia a diversidade de perspectivas e possibilita que cidadãos contribuam com relatos, imagens, vídeos e informações que enriquecem a cobertura jornalística. Esse modelo rompe com a lógica verticalizada da comunicação tradicional ao permitir que o público atue não apenas como receptor, mas como agente ativo no processo de produção da notícia. Paulussen (2011) observa que essa prática amplia o fluxo informativo, mas exige mecanismos profissionais de validação para garantir que a participação não comprometa a qualidade do produto jornalístico.

Para aprofundar essa reflexão, Jenkins (2009, p. 144) afirma:

A cultura participativa não elimina o papel do jornalista, mas redefine sua função. O profissional passa a atuar como articulador entre múltiplas vozes, garantindo que as contribuições do público sejam contextualizadas, verificadas e integradas de forma responsável ao processo noticioso.

Essa perspectiva evidencia que o jornalista deixa de ser apenas mediador e torna-se curador de informações, responsável por organizar os dados provenientes do público e transformá-los em conhecimento confiável. Assim, a participação comunitária não reduz a

autoridade jornalística, mas a complexifica, exigindo novas competências relacionadas ao uso de tecnologias digitais, à checagem e à mediação crítica de conteúdo.

Para emissoras locais, a comunidade desempenha um papel duplo: é fonte e parceira do processo comunicativo. A proximidade entre jornalismo e população fortalece o senso de pertencimento, legitima socialmente a notícia e amplia o alcance das reportagens. Além de ampliar a representatividade, essa colaboração permite revelar demandas regionais que, muitas vezes, permaneceriam invisibilizadas pelos grandes centros midiáticos. Cidadãos tornam-se narradores de suas próprias realidades, contribuindo para um jornalismo mais plural, sensível e conectado às dinâmicas locais.

Além disso, o jornalismo colaborativo contribui para democratizar a comunicação, ao oferecer protagonismo a grupos historicamente marginalizados pelos meios tradicionais. No entanto, essa abertura não está isenta de riscos. Conteúdos enviados pelo público podem conter imprecisões, omissões, manipulações digitais ou interpretações subjetivas que exigem triagem rigorosa. Dessa forma, o uso desse material requer procedimentos consolidados de checagem e contextualização. Mesmo diante da ampliação das vozes participantes, o profissionalismo e a mediação jornalística permanecem indispensáveis para assegurar a confiabilidade, a integridade e a responsabilidade ética do conteúdo difundido.

6 DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O JORNALISMO TELEVISIVO LOCAL

A apuração televisiva em emissoras locais enfrenta desafios complexos que atravessam dimensões estruturais, tecnológicas e organizacionais. A limitação de recursos humanos e materiais, agravada pela precarização das rotinas produtivas, compromete o tempo destinado à checagem rigorosa e ao aprofundamento contextual das informações. Em muitas redações, o jornalista multitarefa que grava, edita, produz e frequentemente apresenta o conteúdo representa não apenas uma estratégia de economia, mas um reflexo das pressões competitivas do mercado midiático contemporâneo. Essa sobrecarga reduz a possibilidade de investigação aprofundada, impactando a qualidade da apuração, que exige tempo, método e reflexão crítica.

Chaparro (2001, p. 103) observa:

O jornalismo local enfrenta obstáculos estruturais que exigem criatividade e rigor. A limitação de recursos não pode comprometer o método da apuração, que permanece como a essência do trabalho jornalístico. Quando há clareza do processo e

compromisso ético, mesmo pequenas redações podem produzir informação de alta relevância social.

A análise de Chaparro evidencia que a apuração não é apenas uma etapa técnica, mas um valor estruturante da prática jornalística. Em ambientes de escassez, reforçar o método e a ética torna-se ainda mais imprescindível, sobretudo diante de pressões por rapidez e pela necessidade de competir com plataformas digitais que operam em ritmo acelerado e frequentemente sem os mesmos padrões de verificação. A competição com redes sociais onde o fluxo informacional é contínuo, descontextualizado e altamente “viralizável” intensifica o desafio das emissoras locais, que precisam conciliar agilidade e precisão para manter relevância e credibilidade.

Por outro lado, esses desafios também impulsionam transformações positivas. Muitas emissoras têm investido em capacitação técnica, equipamentos mais acessíveis, oficinas de jornalismo cidadão e ferramentas de verificação digital que ampliam a capacidade de conferir autenticidade a imagens, relatos e dados. Além disso, metodologias participativas vêm se fortalecendo, aproximando público e redação e ampliando o repertório informativo das emissoras. Tais iniciativas deixam claro que a inovação tecnológica, quando guiada por princípios éticos, pode fortalecer a apuração e aprimorar a qualidade narrativa e investigativa do telejornalismo local.

A crescente circulação de desinformação no ambiente digital confere ao jornalismo local uma responsabilidade ainda maior. Em regiões onde o telejornal é a principal fonte de informação, erros de apuração podem causar impactos sociais significativos. Por isso, estratégias de transparência editorial como explicar procedimentos de verificação, divulgar erratas e apresentar bastidores de apuração constituem práticas emergentes que reforçam a confiança do público e consolidam o vínculo entre emissora e comunidade.

O futuro da apuração televisiva local depende de um conjunto de fatores interdependentes: profissionalismo, inovação tecnológica, sustentabilidade das empresas de comunicação e abertura ao diálogo com a audiência. A educação midiática torna-se um elemento central nesse processo, permitindo que o público compreenda como a notícia é produzida, reconheça critérios de confiabilidade e participe de maneira mais crítica do ecossistema informacional. Ao integrar rigor metodológico, participação cidadã e transparência editorial, as emissoras locais assumem papel decisivo na construção de um ambiente

comunicacional mais plural, responsável e democrático, contribuindo para fortalecer a esfera pública e combater a desinformação em nível regional.

7 METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa e quantitativa, fundamentada em duas etapas complementares: pesquisa bibliográfica e aplicação de questionário. A pesquisa bibliográfica foi realizada com base em livros, artigos acadêmicos e estudos sobre telejornalismo, apuração, credibilidade jornalística e uso de tecnologias digitais no contexto da televisão, fornecendo o embasamento necessário para compreender as transformações e desafios enfrentados pelos telejornais (TRAQUINA, 2005).

A pesquisa de campo consistiu na aplicação de um questionário a telespectadores, com o objetivo de identificar a percepção do público sobre a apuração jornalística na TV, a confiança nas informações transmitidas e o impacto das tecnologias no processo de produção da notícia. Os participantes responderam de forma voluntária e anônima, garantindo o respeito aos princípios éticos previstos na pesquisa científica (GIL, 2008).

Os dados coletados foram analisados por meio da análise de conteúdo e de frequência, permitindo observar padrões de percepção relacionados à credibilidade, rapidez, verificação dos fatos e confiabilidade das fontes. Apesar das limitações da amostra, os resultados oferecem subsídios importantes para compreender como o público avalia o telejornalismo contemporâneo e suas práticas de apuração (BARDIN, 2011).

8 RESULTADOS DA PESQUISA

A pesquisa mostrou que o público prioriza conteúdos que refletem sua realidade imediata: 38% acompanham notícias da cidade ou região e 32% preferem cultura e esportes locais. Outros 18% têm interesse em economia regional e 12% em eventos políticos. Esses dados indicam que a programação local é valorizada principalmente pela proximidade com o cotidiano do telespectador.

Quanto aos fatores que geram confiança em uma reportagem televisiva, 42% afirmaram confiar mais quando há fontes confiáveis ou especialistas, enquanto 28% valorizam relatos da comunidade. Evidências visuais contam para 16%, e a reputação da emissora para 14%,

mostrando que a credibilidade depende tanto da apuração quanto da transparência do processo jornalístico.

Sobre a credibilidade das emissoras locais, 34% as consideram úteis para se manter informado sobre a comunidade e 30% afirmam que, apesar de limitações, elas continuam relevantes. Além disso, 20% as veem como confiáveis e próximas da realidade, e 16% confiam na maioria das informações transmitidas.

A percepção sobre tecnologia na apuração mostrou opiniões equilibradas: 32% acreditam que ela ajuda, mas não garante precisão; 24% apontam que torna o jornalismo mais ágil, porém exige cuidado; 22% afirmam que facilita a coleta e aumenta a credibilidade, enquanto outros 22% dizem que pouco impacta na confiabilidade da notícia.

No uso das redes sociais, também houve divisão: 36% acreditam que elas tornam as notícias mais rápidas e completas, enquanto outros 36% acham que têm pouco impacto na qualidade. Para 18%, elas melhoram a cobertura apenas se a verificação for rigorosa, e 10% afirmam que ajudam, mas sem garantir precisão total.

Quanto à forma como as notícias são apresentadas, 36% as consideram claras e objetivas, e outros 36% as veem como informativas, porém superficiais. Já 16% acham as reportagens interessantes mesmo que incompletas, enquanto 12% gostariam de mais contextualização.

Sobre o que consideram mais importante no jornalismo local, a imparcialidade lidera com 40%, seguida pela qualidade da apuração (26%), pela proximidade com a comunidade (18%) e pela rapidez (16%). Em relação às emissoras mais acompanhadas, a TV A Crítica aparece em primeiro lugar com 50%, seguida pela Rede Amazônica (14%), Band (10%), Record (8%), Boas Novas (6%), Record News (4%), Rede Tiradentes (4%) e outras emissoras também com 4%.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apuração jornalística na televisão é um processo dinâmico que exige equilíbrio entre agilidade, ética e precisão. Emissoras locais desempenham papel essencial nesse contexto, pois aproximam o jornalismo da realidade comunitária, promovendo o acesso à informação de forma inclusiva e contextualizada.

Apesar das dificuldades operacionais, a inovação tecnológica e a colaboração comunitária têm contribuído para aprimorar os métodos de apuração e fortalecer a credibilidade do jornalismo televisivo.

O aprimoramento contínuo das práticas jornalísticas, aliado à formação ética e técnica dos profissionais, é fundamental para assegurar a confiabilidade da informação e a relevância social da televisão como meio de comunicação. Assim, o fortalecimento da apuração televisiva não é apenas uma exigência técnica, mas um compromisso ético com o público e com a democracia.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

CHAPARRO, Manuel Carlos. Sotaques d'aquém e d'além mar: travessias para uma nova teoria da comunicação. São Paulo: Summus, 2001.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JENKINS, Henry. Cultura da convergência. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

KUCINSKI, Bernardo. Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão ética. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

LEMOS, André. Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2010.

MACHADO, Elias. O jornalismo digital. São Paulo: Contexto, 2007.

MELO, José Marques de. Ética da comunicação. São Paulo: Paulus, 1988.

PAULUSSEN, Steve. The participatory newsroom: Wiki journalism as a new form of news production? Journalism Practice, v. 5, n. 1, p. 82–100, 2011.

PORTO, Mauro. Mídia e política: uma visão comparada. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

CENSURA POLÍTICA NO JORNALISMO CONTEMPORÂNEOAMARAL, Maeferleidy Maia³SILVA, Liliana Rodrigues⁴**RESUMO**

Os casos de censura política no jornalismo cometidos por diversas classes, impede o cumprimento do papel no que se refere a informação e a veracidade dos fatos ocorridos, fator preocupante para sociedade em geral e um desafio para os jornalistas quanto a atuação da imprensa em promover a sociedade a veracidade da informação através das apurações e levantamento de dados.

Palavra-Chave: Censura; Política; Jornalismo; Imprensa; Informação; Sociedade.

ABSTRACT

Cases of political censorship in journalism committed by various classes prevent the fulfillment of the role in terms of information and the veracity of the facts that occurred, a worrying factor for society in general and a challenge for journalists regarding the role of the press in promoting the veracity of information to society through investigations and data collection.

Keywords: Censorship; Politics; Journalism; Press; Information; Society

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo de apresentar através do conhecimento, análise e compreensão as ações de censuras ocorridas no jornalismo com o passar dos últimos anos, fatos que ocorreram na época da Ditadura Militar em março de 1964, por meio de um regime autoritário que estabeleceu total censura à imprensa, a restrição aos direitos políticos e perseguição policial aos opositores do regime com a proibição da circulação de ideias e informações, limitando-as manifestações jornalísticas e até artísticas.

Durante o regime militar houve uma oficialização do controle da informação por meio de mecanismos e normas rigorosas que afetaram a atuação da imprensa no cumprimento do seu papel perante a sociedade. O direito constitucional da Lei nº12.527/2011 na produção de matérias jornalísticas preserva o jornalismo na questão da transparência do trabalho da informação mediante as ações de política pública, principalmente observado em período eleitoral a relação de troca entre o poder público e a sociedade.

³ Graduanda em Comunicação Social- Jornalismo, pela Faculdade Boas Novas de Ciências Teológicas, Social e Biotecnológicas.

⁴ Mestrado do Curso de Ciências da Comunicação pela Universidade Federal do Amazonas. Professora de Comunicação Social da Faculdade Boas Novas. Jornalista e Publicitária. E-mail: liliana.rodrigues@fbnovas.edu.br

Mediante a este cenário, pretende-se apontar a importância de preservar a legislação condutora na confecção de matérias jornalística, destacar os casos ocorridos com a prática de censura no âmbito político, listar as intervenções dos sindicatos nas questões dos censurados e manter nas informações divulgadas com imparcialidade e ética. No Amazonas, diversos jornalistas passaram por algum tipo de censura ou violência durante o exercício de sua função, especialmente no âmbito político, no que se refere a questão da transparência do uso do dinheiro público ou escândalos de corrupção, atos que tem afetando o serviço da imprensa e a liberdade de expressão.

A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), registrou o apontamento de 144 casos de agressões, o menor número desde 2018, representando uma queda de 20,44% em relação a 2023, quando foram contabilizados 181 casos. A Região Norte, que no ano anterior era considerada menos violenta para jornalistas, passou de 19 para 22 casos, o Amazonas lidera com 8 registros, seguido do Pará com 6 casos, Tocantins com 3 casos, Acre e Rondônia com 2 casos, cada um e Roraima com um caso, o Amapá não teve ocorrências registradas, mas há possibilidade de subnotificação. O Pará foi o único estado a mostrar uma queda consistente desde 2022, quando teve 21 casos, sendo um avanço na proteção da categoria.

Neste cenário atual observa-se a imensa falta de fazer valer o cumprimento da Lei de 12.527/2011, que entrou em vigor em maio de 2011, baseada no contexto da Constituição Federal que proíbe qualquer tipo de censura, seja política, ideológica ou artística, pois a liberdade de imprensa é um direito fundamental garantido pela Constituição. Em virtude disso, a imprensa tem se manifestado contra certas medidas de censura cometidas por determinados políticos do Amazonas, atos que tem gerado preocupações sobre o respeito à liberdade de expressão e o papel da imprensa na região.

O Senado Federal, destacou por meio de debate a censura política no jornalismo através de um contexto da liberdade de imprensa e do combate à desinformação. Parlamentares, como Marcos do Val e Marcos Rogério, alertam para o uso do Judiciário e de plataformas digitais como instrumentos de restrição da liberdade de expressão, enquanto outros defendem a necessidade de regulamentar a internet para combater a desinformação.

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado aprovou a realização de uma audiência pública para debater não somente a censura, mas também como a violência contra jornalistas e a liberdade de imprensa ocorrida nesses últimos anos. Existe um projeto de lei no Senado para regulamentar a internet e o combate à desinformação, com a expectativa de que o

Comitê Gestor da Internet desenvolva um projeto de lei para o tema, pois, a constituição brasileira veda a censura de natureza política, ideológica e artística.

2 ATOS DE CENSURA OCORRIDOS NO JORNALISMO, CENÁRIO ATUAL

Mediante ao cenário presenciado no meio político observa-se o real significado do que é censura, e nisso nota-se que de fato no Brasil ela é uma prática usada principalmente em regimes autoritários por meio do governo, proibindo a circulação de ideias e informações, limitando manifestações da classe jornalística e artísticas.

As autoridades governamentais em sua maioria tentam controlar o que pode e não pode ser tornado público através de uma ação deliberada para omitir informações, impedindo sua circulação livre pela sociedade, com finalidade política ou moral, mecanismo utilizado por diversas vezes ao longo da história.

Conforme Carvalho (2014), a censura política a imprensa tinha por foco as atividades de como jornalístico e a publicação de reportagens que pudessem atingir autoridades ou as estruturas de sustentação do regime.

A sua existência atrelada a um aparelho repressor, principalmente em regimes autoritários, a censura age naturalmente oprimindo a população, fazendo com que esta não expresse o seu pensamento livremente, em virtude deste tipo de ação os jornalistas tem enfrentado grandes dificuldades em desempenhar seu papel quanto a informação e apresentação de dados das ações de políticas públicas em sua transparência.

Segundo historiadores, a censura política sofrida pela imprensa brasileira ocorreu após o golpe militar de 1964, em duas maneiras; ou por meio de bilhetes/notas oficiais e telefonemas do Exército (e, mais tarde, da Polícia Federal), determinando quais os assuntos que deveriam ser noticiados ou com censores/policiais, revisando nas redações todo o material a ser publicado, a chamada censura prévia. Vale ressaltar que Forças Armadas e partidos políticos formavam uma espécie de aliança.

“Nesse mesmo contexto, os de jornais o Trabalhista e A Gazeta foram fechados por ordem do governador Arthur César Ferreira Reis e seus redatores foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Devemos observar que o fechamento desses dois jornais não pode ser classificado como casos isolado, uma vez que outras publicações também sofreram com a censura e com a repressão no estado”. (QUEIRÓS, 2022, p.26)

Quando uma reportagem é barrada pela Justiça antes mesmo de ter sido publicada acaba por prejudicar a sociedade, a censura prévia é sempre uma violação da liberdade de expressão e imprensa, o que gera também ainda um prejuízo de informações de interesse público, que ao serem ocultadas deixam a sociedade sem acesso a fatos fundamentais para monitorar atividades de um governante, empresa ou representante público.

3 CUMPRIMENTO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – 1.252/2011

O jornalismo é uma das profissões mais importantes para uma sociedade democrática, pois é responsável por fornecer informações precisas e confiáveis aos cidadãos. No entanto, os profissionais da área podem enfrentar desafios ao exercerem suas funções, como violações de seus direitos e prerrogativas. A atuação dos jornalistas é um dos pilares fundamentais da democracia, garantindo a liberdade de expressão e o acesso à informação. Nesse sentido, é fundamental que os jornalistas tenham suas prerrogativas garantidas por lei para que possam exercer suas atividades com independência e segurança.

Uma nova Lei foi criada em 2011 com a finalidade de regulamentar o direito de acesso as informações precisas, a Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011. Em âmbito constitucional, às informações públicas no Brasil passaram a estabelecer procedimentos para garantir que a população tenha acesso a informações previstas na Constituição Federal, incluindo órgãos públicos, autarquias e entidades privadas sem fins lucrativos que recebem recursos públicos.

“Entidades privadas sem fins lucrativos que recebam para a realização de ações de interesse público recursos públicos diretamente do orçamento por meio de auxílio-sociais contrato de gestão termo de parceria convênio acordo ajustes ou por outros parecidos neste caso tais entidades devem tornar público o que se refere aos recursos públicos recebidos e a sua destinação”. (SENADO, 2013, p.11)

Sancionada em 18 de novembro de 2011, porém entrando em vigor em 16 de maio de 2012, a lei visa promover a transparência e a responsabilidade na administração pública, pois segundo o Art. 1º, rege a disposição sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

O IPEA-GOV (2024), afirma que o Decreto nº 7.724/2012 regulamenta no âmbito do Poder Executivo, a Lei de Acesso à Informação. Foi publicado em 16/05/2012 e estabelece

procedimentos a fim de garantir o acesso à informação e a classificação de informação sob restrição de acesso junto ao Governo Federal.

Vale ressaltar que em alguns casos, o jornalista tem o direito de não revelar a identidade de suas fontes, a menos que seja obrigado por ordem judicial. Essa prerrogativa garante que as fontes se sintam seguras em fornecer informações confidenciais aos jornalistas, sem medo de represálias.

4 LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO ÂMBITO DO JORNALISMO CONTEMPORÂNEO

Quando falamos em liberdade de expressão, falamos de um princípio essencial que sustenta a democracia e promove o progresso social. Ao longo da história, filósofos, jornalistas, ativistas e defensores dos Direitos Humanos têm debatido esse direito fundamental. A liberdade de expressão é entendida como o direito de expressar opiniões, ideias e pensamentos sem censura ou interferência governamental ou privada. Por meio dela, a ação proporciona a base para o livre intercâmbio de informações, o debate público e a diversidade de perspectivas.

De acordo com Barbosa (apud FÉDER 1987), ressalta que de todas as liberdades, a do pensamento é a maior e mais alta. Sem ela todas as demais deixam mutiladas a personalidade humana, asfixiada a sociedade, entregue à corrupção o governo do Estado.

No entanto, a liberdade de expressão não é um direito absoluto e enfrenta desafios e limites em diferentes contextos, como questões de incitamento ao ódio, discurso de ódio e desinformação. Além disso, a era digital trouxe consigo novos desafios, como a responsabilidade das plataformas on-line e a proteção da privacidade. Diante dessas complexidades, é fundamental encontrar um equilíbrio entre a liberdade de expressão e outros direitos, garantindo um ambiente inclusivo e seguro para o exercício das liberdades.

Quanto ao direito à liberdade de imprensa, é garantido pela Constituição Federal brasileira de 1988, que estabelece que é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato. Isso significa que os jornalistas têm o direito de expressar suas opiniões e ideias livremente, sem medo de retaliação ou represália. Além disso, a Constituição também estabelece que é vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística, o que significa que nenhum órgão governamental pode impedir a publicação de informações jornalísticas.

“Qualquer controle deve ser feito a posteriori, através de ações penais ou civis indenizatórias pelo exercício do direito de resposta por pedido de retificação ou interpelação só uma hipótese poderá haver restrição prévia a liberdade de imprensa quando decretado o estado de sítio na forma do artigo 139, 3 da CF”. (LOPES e DURÃES, 2018, p.18)

O jornalista tem o direito de circular livremente em locais públicos, sem restrições ou impedimentos, desde que esteja em cumprimento do seu trabalho jornalístico. O jornalista tem o direito de receber assistência jurídica gratuita em caso de processos judiciais decorrentes de sua atividade profissional.

5 ATAQUES DE CENSURA À IMPRENSA NOS ÚLTIMOS ANOS

Com o passar dos anos o jornalismo começou a sofrer represálias, o que acabou por gerar no profissional da área uma modificação no seu modo de encarar diariamente a profissão, pois com os diversos casos de ataques a imprensa surgindo e sendo divulgados em rede nacional, visto como um cenário de violência contra jornalistas, um problema persistente com ameaças, intimidações, agressões físicas e ataques cibernéticos. Embora os índices de violência contra jornalistas tenham sofrido redução nos últimos anos, o cenário ainda é preocupante, a gravidade da violência como estrutural, desinformação e desinformação representam desafios significativos para a liberdade de imprensa não somente na capital amazonense, mas também como no Brasil.

“A coordenação das sucursais e correspondentes do Estado nos tempos de censura era feita por Raul Bastos, respeitado pela competência e o equilíbrio foi um fator decisivo no momento em que os profissionais sofreram todo tipo de pressão por causa das notícias que apurava em suas regiões agentes da Polícia Federal e oficiais do Exército tentaram intimidar os repórteres para que não levantassem temas proibidos”. (MAYRINK, 2008, p.121)

Em Manaus, no âmbito da política, alguns políticos continuam a ser os principais violadores da liberdade de imprensa na capital amazonense, para eles a prática é uma forma de intimidação que comunicadores da região sofrem por cobrirem ou divulgarem determinados ocorrências como o questionamento sobre a prestação do uso do dinheiro público divulgado em portais da transparência, a corrupção instalada entre os partidos políticos, os escândalos de desvio de verbas públicas, entre outros assuntos referentes as ações de políticas públicas.

Os ataques a imprensa têm gerado um alto grau de insegurança entre os profissionais, o que levou os jornalistas a tomarem algumas decisões pontuais e necessárias para salvaguardar sua proteção, pois é primordial destacar a importância e a necessidade da adoção de medidas de segurança para a cobertura jornalística na capital, como melhorias na elaboração de roteiros para determinadas ocasiões com previsão de locais certos para atendimentos de emergência.

MAYRINK (2008), destaca que por telefone, telegrama ou telex, os precários meios de transmissão disponíveis na época, as informações eram enviadas aos editores, que, paralelamente, eram avisados das restrições impostas.

Segundo dados da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) em 2024, cerca de 230 casos de violência contra liberdade de imprensa foram registrados na capital e nos demais estados que compõe a região Norte. Em ano eleitoral, o registro de violência contra jornalistas da região Norte dobrou em relação a 2021, foram constatados cerca de 45 casos contra 20 no ano anterior, segundo levantamento da Fenaj e destaca ainda que a violência não é sofrida apenas por jornalistas e comunicadores, mas também por defensores de direitos humanos em geral.

6 POSICIONAMENTO DO SINDICATO DAS JORNALISTAS AOS ATOS DE CENSURA

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Amazonas e a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) repudiam qualquer tipo de censura ao profissional da imprensa, para eles este tipo de ação é de extrema preocupação, pois coloca em risco não somente o cumprimento do papel da informação, mas também a vida do profissional durante sua atuação.

Ambas entidades representativas tem se posicionado contra este tipo de censura através de divulgação de notas de repúdio, onde nelas classificam certas ações como “desproporcional” e alertaram sobre o impacto negativo que ela representa para o Estado Democrático de Direito, além de criar obstáculos ao livre exercício profissional como flerta perigosamente com a censura.

“Desnecessário reafirmar que a apreensão é gritante violência que se comete contra livre manifestação do pensamento, especialmente quando determinada por ordem do poder executivo, com permite a legislação brasileira, pois significa atribuir a esse poder a arbitrariedade de prejudicar o que constitui e o que não constitui crime na comunicação social, independentemente do que, sobre a matéria ser publicada possa pensar o poder judiciário”. (FEDER, 1987, p.131)

A liberdade de imprensa é essencial para a democracia e assegura o direito de transmitir informações, pois é um ato garantido pela Lei de 12.527/2011, que entrou em vigor em maio de 2011 e isso garante o acesso às informações, os jornalistas, autores das matérias, nada mais fazem seu papel na sociedade de dar voz às denunciante e buscando por diversas vezes ouvir a sociedade, exatamente como estabelece o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros que fixa as normas a que deverá subordinar-se a atuação do profissional nas suas relações com a comunidade, com as fontes de informação e entre jornalistas.

ARAÚJO (2024), alega que um instrumento regulador da atividade jornalística nesse meio que poderia ser uma espécie de estatuto dos jornalistas e dos colaboradores de imprensa sindical proporcionaria condições e relações de trabalhos mais estáveis a equipe de redação e tornaria mais claras condições de produção da informação sindical.

Mesmo diante de tantas dificuldades, o jornalista deve ter a consciência de que a profissão é essencial para garantir a livre circulação de informações, que é um direito humano e básico e só poderá cumprir esse ofício com condições de trabalho que assegurem a segurança e dignidade. Sabe-se bem que a profissão de divulgar informações de interesse público muitas vezes enfrenta momentos difíceis, não somente no Brasil, mas no mundo.

Apesar da censura ser a uma expressão ou um ato violento de um sistema político que impõe o individualismo ao constrangimento como solução imediata para os problemas, este ato sempre recorre ao autoritarismo e ao obscurantismo para tentar sufocar a força coletiva de quem ousa construir outra realidade mediante dos fatos ocorridos no âmbito político, em função disso, os jornalistas são alvos preferenciais de determinados políticos quem desprezam a divulgação da veracidade das informações em sua livre circulação.

7 METODOLOGIA

A pesquisa relacionada ao tema foi conduzida com baseamento na divulgação, depoimentos e registro documentais, sobre a censura política no jornalismo, no que se refere ao tema central em estudos sobre liberdade de expressão e democracia, pretendendo ressaltar que a censura, tanto formal quanto informal, pode ter impactos significativos na qualidade da informação, no debate público e na democracia como um todo.

A classificação da Pesquisa foi de natureza aplicada, pois visou na aplicação do conhecimento teórico para compreender os efeitos dos casos de censura política, visando propor diversos caminhos para seu enfrentamento, pois a censura em suas diversas formas, afeta negativamente a democracia ao limitar a pluralidade de opiniões, dificultar a fiscalização do poder e restringir o acesso da população à informação.

Quanto a Abordagem da pesquisa, destacamos o uso da quantitativa: Propõem a utilização de dados estatísticos secundários sobre o alcance e impacto da censura, ao impedir a divulgação de informações relevantes o que compromete a qualidade do debate público e a tomada de decisões políticas em períodos políticos.

Os objetivos são exploratórios, pois investigará os casos de censura no contexto político da capital amazonense, pois a censura não é um fenômeno recente e tem sido utilizada ao longo da história para controlar a imprensa. Vale ressaltar a Lei Federal nº 12.527/2011, de Acesso à Informação, destina-se a regulamentar dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil que dispõem sobre o direito de acesso à informação e sua restrição. A liberdade de imprensa é essencial para o bom funcionamento da democracia, e a censura, em qualquer forma, é um obstáculo para a liberdade de expressão e para o acesso à informação. O levantamento de dados secundários mapeará casos ocorridos especificamente na capital amazonense. E para fechamento será descritiva, pois trará a observação indireta de casos de censura dos últimos anos.

Os procedimentos escolhidos são bibliográficos: Livros referentes ao tema abordado, análise de citações primárias e secundárias, pesquisas em artigos científicos e registros de casos ocorridos. Além disso, documental, pois consulta a documentos e relatórios produzidos por agências de checagem, organizações jornalísticas e institutos de pesquisa e para finalizar de Levantamento, pois fará a Coleta de dados secundários sobre casos de censura no âmbito político.

Os procedimentos teóricos se darão no uso do método dedutivo (tipo 1), parte da teoria geral da censura política para análise de casos específicos, buscando fundamentação a partir dos casos ocorridos no âmbito jornalístico, pois a proteção constitucional ao direito à informação está compreendida tanto os atos de comunicar quanto os de receber livremente informações corretas.

8 RELATÓRIO DE PESQUISA

Iniciada na segunda quinzena de setembro e finalizada na primeira quinzena de outubro, a aplicação da pesquisa contou com cerca de 50 pessoas que atuaram e atuam em diversas áreas e funções no jornalismo entre os anos de 80, 90 e 2000. Realizada de forma online pela plataforma do Google Forms, uma ferramenta gratuita e online para criar formulários, pesquisas e questionários, a pesquisa foi aplicada em modo questionário-quantitativo com questões fechadas, em sete perguntas, como múltipla escolha em três opções.

Baseada no objetivo desta pesquisa, dá-se a apresentação dos resultados finais relacionado ao tema abordado “Censura Política no Jornalismo Contemporâneo” a partir dos procedimentos descritos no item de metodologia. Os resultados apresentados descrevem o perfil demográfico da amostra de 50 participantes da pesquisa.

Segue a análise detalhada dos dados fornecidos:

Sexo

Masculino: 66% dos participantes (cerca de 33 pessoas).

Feminino: 34% dos participantes (cerca de 17 pessoas).

Idade

Faixa: 20 a 60 anos.

38% possui de 35 a 45 anos.

34% possui de 46 a 60 anos ou mais

28% possui de 25 a 35 anos

Escolaridade

Ensino Superior: 88% dos participantes.

Ensino Médio: 8% dos participantes

Outros: 4% dos participantes

Tempo de Atuação

10 a 20 anos de experiência: cerca de 70% dos profissionais.

20 a 30 anos de experiência: 18% dos profissionais.

40 a 50 anos de experiência: 12% dos profissionais.

Essa distribuição mostra que a maior parte do grupo (70%) se concentra em uma faixa de experiência intermediária a alta, com 10 a 20 anos de atuação profissional. As fatias menores representam os profissionais com carreiras mais longas (mais de 20 anos).

Nos casos de censura política, a pesquisa aponta que cerca de 52% dos entrevistados relataram que já sofreram algum tipo de censura política durante o exercício da sua função, principalmente em períodos eleitorais, e 48% não sofreram.

Quanto a Lei criada em 2011 com a finalidade de regulamentar o direito de acesso às informações, a pesquisa aponta que a visão dos entrevistados sobre o cumprimento desta Lei nos últimos anos é de 64% regular, 20% excelente e 16% péssima.

A liberdade de expressão entendida como o direito de expressar opiniões, ideias e pensamentos sem censura ou interferência governamental ou privada, as alternativas classificadas como melhor solução para o cumprimento da liberdade de expressão, obteve cerca de 56% para o cumprimento da Lei de Acesso, seguido de 32% para as ações concretas e políticas públicas e 12% para provimento por parte da política a compreensão dos direitos na manifestação da liberdade de expressão.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Amazonas e a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), 48% dos entrevistados avaliam como órgãos de fachada, por estarem atrelados em alguma aliança política e mediante a esta aliança, emitir apenas nota de repúdio sem ação concreta referente ao caso ocorrido, 40% alegam que os dois órgãos mencionados atuam com ética e justiça por promoverem o cumprimento dos direitos e os interesses da categoria e 12% possuem uma visão mercenária dos órgãos pela falta de disponibilidade de qualquer tipo de benefício ou apoio jurídico ou social nas horas precisas, além do pagamento obrigatório da taxa para fins de “interesse” da categoria.

Na questão da violência, uma pesquisa realizada apresentou que dados coletados em 2024, considerava Manaus como a capital menos violenta para jornalistas com 19 casos registrados, porém após um ano, um novo registro apontou um crescimento de 22 casos, para os entrevistados, 46% avaliam que esse crescimento devesse a perseguição política, principalmente nos períodos eleitorais, 14% consideraram que se deve pela falta de produção de matérias que beneficiem as classes políticas e 46% consideraram esse crescimento como crime de assédio moral por conta de alianças partidárias entre políticos e veículos de comunicação.

Para finalizar o relatório de pesquisa, optou-se em abordar a questão da saúde mental dos profissionais, o conhecer a realidade da categoria no intuito de construir futuramente propostas sólidas de proteção à saúde mental dos profissionais, além de fortalecer a luta por melhores condições de trabalho, baseado neste contexto os entrevistados optaram pela escolha em 48% a realização de uma maior fiscalização nos ambientes de trabalhos, principalmente nas redações, 30% optaram por provimento imediato de assistência social na área jurídica, psico e social, quando necessário e 22% optaram por uma realização periódicas de ações sociais para atendimento e tratamento psicológico ao profissional.

Esta pesquisa foi realizada com base na apuração de informações exploratórias em diversos depoimentos dos profissionais da área, pesquisas em livros históricos, registros documentais e divulgação em mídia de rádio, TV, portais de notícias e sites de internet referentes aos casos de censura ocorridos nos últimos anos.

Analisando assim, este relatório tem a importância de poder apresentar o cenário atual da censura política nos últimos anos, no objetivo de combater os grandes efeitos em suas diversas formas que afeta negativamente não somente os veículos de comunicação, mas também como a democracia, dificultando a fiscalização do poder e restringindo o acesso da população à informação.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto entende-se que apesar da censura ser a uma expressão ou um ato violento de um sistema político que impõe o individualismo ao constrangimento como solução imediata para os problemas, este ato sempre recorre ao autoritarismo e ao obscurantismo para tentar sufocar a força coletiva de quem ousa construir outra realidade mediante dos fatos ocorridos no âmbito político, em função disso, os jornalistas são alvos preferenciais de determinados políticos quem desprezam a divulgação da veracidade das informações em sua livre circulação.

REFERENCIAS

FÉDER, João. Crimes da Comunicação Social. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1987.

LOPES, Júlio Antônio, MORAES, Carlos Alberto (org.) Direito de Expressão. Manaus, Editora Sejamus Luz, 2018.

MAYRINK, José Maria. Mordaça no Estadão. São Paulo, Editora O Estado de São Paulo, 2008.

QUEIRÓS, Cesar Augusto Bubolz. Histórias Impressas – Imprensa e Periodismo na Região Norte (1930-1988). Manaus: Editora Valer, 2022.

MALTASCH, Gustavo. Contra Toda Censura, São Paulo, Editora Avis Rara, 2022.

MARSIGLIA, André. Censura Por Toda Parte, São Paulo, Editora Avis Rara, 2024.

WEBGRAFIA

Senado Federal-<https://www12.senado.leg.br/transparencia/gestgov/sgidoc/arquivos/digital-cartilha-lai-1.pdf/view>

Governo Federal - <https://www.ipea.gov.br/porta/peguas-frequees-verdadeiro/353-acesso-a-informacao>

FENAJ - <https://fenaj.org.br/violencia-contra-jornalistas-diminui-em-2024-mas-fenaj-alerta-censura-e-assedio-judicial-estao-em-alta/>

PORTCOM - <https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs>

Links de Apoio

<https://fenaj.org.br/violencia-contra-jornalistas-diminui-em-2024-mas-fenaj-alerta-censura-e-assedio-judicial-estao-em-alta/>

<https://www.amazonasdireito.com.br/censura-ilegitima-ao-jornalismo-ainda-que-pelo-judiciario-deve-ser-rompida-diz-ministra/>

<https://ampost.com.br/amazonas/deciso-es-do-stf-reafirmam-liberdade-de-imprensa-e-derrubam-censura-no-amazonas/>

<https://caboclaamazonia.com.br/jornalista-denuncia-intimidacao-e-constrangimento-nas-dependencias-da-camara-municipal-de-manaus/>

<https://amazonas1.com.br/jornalistas-amazonenses-sofrem-intimidacoes-com-ataques-de-politicos/>

<https://diariodopoder.com.br/brasil-e-regioes/csa-brasil/trump-media-quer-moraes-punido-pela-justica-dos-eua-por-censura>

<https://bncamazonas.com.br/poder/camara-de-manau-cria-obstaculos-ao-trabalho-da-imprensa/>

<https://jornalistasam.com.br/novosite/nota-de-repudio-15/>

<https://cm7brasil.com/noticias/politica/chiliue-de-cynthia-blink-nao-engana-cmm-esclarece-normas-da-casa-legislativa-e-reforca-compromisso-com-a-imprensa-veja/>

DO HIPERTEXTO À INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: NOVAS DIMENSÕES DA INTERATIVIDADE NO JORNALISMO DIGITAL BRASILEIRO

GRANJA, Everlan Santos⁵
SILVA, Liliana Rodrigues⁶

RESUMO

O artigo analisa a evolução da interatividade no jornalismo digital brasileiro, dos sites dos anos 1990 às plataformas atuais com Inteligência Artificial. Mostra a transição de recursos técnicos para relações complexas com o público ativo, destacando desafios de desinformação, autoria e credibilidade. Conclui-se que a interatividade tornou-se um processo sociotécnico compartilhado entre jornalistas, leitores, plataformas e máquinas.

Palavra-Chave: Jornalismo digital; Interatividade; Inteligência Artificial; Público ativo.

ABSTRACT

This paper analyzes the evolution of interactivity in Brazilian digital journalism, from the websites of the 1990s to current platforms incorporating Artificial Intelligence. It highlights the shift from technical features to complex relationships with an active audience, emphasizing challenges related to misinformation, authorship, and credibility. The study concludes that interactivity has become a sociotechnical process shared among journalists, audiences, platforms, and machines.

Keywords: Digital journalism; Interactivity; Artificial Intelligence; Active audience

1 INTRODUÇÃO

O jornalismo, desde a invenção da imprensa de tipos móveis por Johannes Gutenberg no século XV, tem passado por transformações contínuas em seus processos produtivos, formatos e modos de circulação da informação. A cada avanço tecnológico, novas linguagens e práticas foram incorporadas ao campo jornalístico, exigindo adaptações tanto de profissionais quanto do público. Nesse percurso histórico, destacam-se a transição do impresso para o rádio e a televisão, a emergência da internet nos anos 1990 e, mais recentemente, a presença da Inteligência Artificial (IA) como agente disruptivo na produção e distribuição de conteúdo (MEDEIROS, 2018, p. 45).

⁵ Graduanda em Comunicação Social-Jornalismo, pela Faculdade Boas Novas de Ciências Teológicas, Social e Biotecnológicas.

⁶ Mestrado do Curso de Ciências da Comunicação pela Universidade Federal do Amazonas. Professora de Comunicação Social da Faculdade Boas Novas. Jornalista e Publicitária. E-mail: liliana.rodrigues@fbnovas.edu.br

No Brasil, o jornalismo digital consolidou-se a partir da segunda metade da década de 1990, quando os primeiros portais noticiosos começaram a explorar o potencial do hipertexto e da hipermídia. Esses recursos ampliaram a autonomia do leitor, permitindo percursos de leitura não lineares e uma experiência de consumo de notícias distinta do modelo impresso. Como observa Mattos (2017, p. 32), “[...] a interatividade no jornalismo online representa não apenas a navegação pelo hipertexto, mas a possibilidade de participação ativa do usuário nos ambientes digitais”.

Ao longo das duas últimas décadas, entretanto, a interatividade assumiu novas dimensões. Com a ascensão das redes sociais e dos aplicativos móveis, o público deixou de ser apenas receptor e passou a desempenhar papéis ativos na circulação e produção da informação. Essa mudança trouxe ganhos em diversidade de vozes e democratização do acesso, mas também introduziu dilemas relacionados à desinformação, à dependência de algoritmos e à perda de centralidade das redações jornalísticas (SANTOS; ALMEIDA, 2020, p. 58).

No cenário atual, a chegada da Inteligência Artificial generativa, especialmente com a popularização do ChatGPT a partir de 2022, inaugura um novo estágio de transformação. A IA, capaz de gerar textos, resumos e insights de forma autônoma, apresenta-se como uma ferramenta promissora para apoiar o trabalho jornalístico, mas também suscita questionamentos éticos, epistemológicos e profissionais sobre autoria, credibilidade e a função social do jornalismo (COSTA, 2023, p. 21).

Diante desse contexto, este artigo busca responder à seguinte questão: Como as plataformas digitais e as tecnologias emergentes (redes sociais, aplicativos móveis e IA) transformaram as formas de interatividade propostas nos primeiros estudos de jornalismo online?

O objetivo geral é analisar a evolução do conceito e das práticas de interatividade no jornalismo digital brasileiro, do modelo inicial dos sites noticiosos até as plataformas contemporâneas mediadas por Inteligência Artificial. Especificamente, pretende-se:

- a) resgatar os conceitos fundacionais de hipertexto, hipermídia e interatividade no jornalismo online;
- b) discutir as mudanças promovidas pelas redes sociais e aplicativos móveis;
- c) examinar os impactos do ChatGPT e da IA generativa na produção e circulação de notícias.

A relevância deste estudo justifica-se tanto pela necessidade de compreender a trajetória histórica e conceitual da interatividade quanto pela urgência de analisar criticamente os desafios impostos pelas tecnologias emergentes. Mais do que observar recursos técnicos, trata-se de investigar como as relações entre jornalistas, leitores, plataformas e máquinas reconfiguram o papel social do jornalismo no Brasil contemporâneo (OLIVEIRA, 2019, p. 77).

2 JORNALISMO EM CONSTANTE EVOLUÇÃO E A PRESENÇA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A trajetória do jornalismo sempre esteve profundamente ligada aos avanços tecnológicos e às transformações sociais decorrentes desses progressos. Desde a invenção da prensa de tipos móveis por Johannes Gutenberg em 1450, o fazer jornalístico vem se adaptando às novas formas de mediação técnica e comunicacional. A prensa permitiu a circulação em massa de informações e consolidou as bases do jornalismo impresso, inaugurando uma era em que a informação passou a ser produzida, distribuída e consumida em larga escala.

Com o passar do tempo, cada nova tecnologia comunicacional — o telégrafo, o rádio, a televisão e, posteriormente, a internet — provocou rearranjos estruturais no modo como o jornalismo produz, distribui e legitima o conhecimento. Como observa McLuhan (1964), “o meio é a mensagem”, o que significa que a forma como comunicamos altera, inevitavelmente, o conteúdo e o modo de pensar da sociedade.

O surgimento da Inteligência Artificial (IA) deve ser compreendido como parte dessa trajetória de coevolução entre tecnologia e comunicação. Desde o Teste de Turing, proposto em 1950, até o Perceptron (1958) e o desenvolvimento das redes neurais profundas na década de 1980, a IA vem se aperfeiçoando como um campo dedicado à simulação de processos cognitivos humanos. Essa evolução tecnológica abriu espaço para a criação de sistemas capazes de aprender, prever e gerar conteúdo de forma autônoma — algo que hoje atravessa a rotina de redações em todo o mundo.

Nos anos 1990, o jornalismo vivenciou uma ruptura paradigmática com a chegada da internet e do jornalismo online. As noções de hipertexto e hipermídia transformaram radicalmente o modo de narrar e consumir notícias. O hipertexto rompeu a linearidade tradicional da narrativa impressa, oferecendo ao leitor múltiplos percursos de leitura e um papel mais participativo — o de coautor da informação. Já a hipermídia integrou texto, imagem, som

e vídeo em um mesmo ambiente digital, criando uma experiência informacional dinâmica e interativa.

Nesse contexto, Pierre Lévy (1999) destaca que as tecnologias digitais não apenas criam novos meios de expressão, mas reconfiguram toda a estrutura social da comunicação e da produção de conhecimento. Em suas palavras:

“As tecnologias intelectuais não são simples instrumentos neutros; elas modificam a visão de mundo, as formas de acesso ao saber e as próprias capacidades cognitivas das pessoas que as utilizam. Cada mutação técnica na comunicação altera profundamente as maneiras de pensar, de perceber e de organizar a experiência humana.” (LÉVY, 1999, p. 27)

Essa reflexão de Lévy é essencial para compreender como o jornalismo, enquanto prática social e cognitiva, é moldado por seus meios de produção. Assim como a imprensa moldou o jornalismo moderno e a internet inaugurou o jornalismo digital, a Inteligência Artificial redefine as fronteiras da produção e da mediação da notícia.

A partir da década de 2010, a IA começou a ser incorporada nas redações por meio de algoritmos de personalização de conteúdo, análise de big data e automação de notícias. Exemplos emblemáticos, como o Heliograf do The Washington Post e o Radar da agência Press Association, demonstram como sistemas automatizados passaram a redigir matérias com base em dados estruturados, otimizando tempo e recursos humanos.

Esse movimento se intensificou a partir de 2020, com o lançamento do GPT-3 — modelo de linguagem natural com 175 bilhões de parâmetros — e a posterior disponibilização pública do ChatGPT em 2022. Tais ferramentas marcaram o início da popularização da IA generativa, tornando possível a criação automatizada de textos, resumos e até pautas jornalísticas.

A presença da IA nas redações contemporâneas não representa apenas uma modernização de processos, mas a introdução de uma nova camada de mediação cognitiva entre o jornalista, a máquina e o público. Se o hipertexto inaugurou uma interatividade técnica, a IA inaugura uma interatividade cognitiva, na qual o próprio processo de produção da informação passa a ser compartilhado entre humanos e algoritmos.

Essa nova configuração reafirma que o jornalismo não apenas acompanha as inovações tecnológicas, mas é profundamente transformado por elas. Cada nova ferramenta — da prensa ao ChatGPT — reconfigura o modo como as sociedades se informam, como os jornalistas produzem e como o público interage com a notícia.

3 CHATGPT NO JORNALISMO: PRIMEIRAS IMPRESSÕES, VANTAGENS E DESAFIOS

O lançamento do ChatGPT, em 2022, marcou um divisor de águas na relação entre o jornalismo e a Inteligência Artificial (IA). Desenvolvido pela OpenAI, o sistema é baseado no modelo Generative Pre-trained Transformer (GPT), uma rede neural treinada com grandes volumes de texto e estruturada para compreender e gerar linguagem natural com fluidez. A versão GPT-3, lançada em 2020, possui 175 bilhões de parâmetros, e sua evolução para o GPT-4 — e, posteriormente, GPT-5 — consolidou o modelo como uma das ferramentas mais sofisticadas já aplicadas ao Processamento de Linguagem Natural (PLN).

A disponibilização pública do ChatGPT, em novembro de 2022, gerou impacto imediato nas redações e nas universidades. Pela primeira vez, jornalistas, estudantes e comunicadores tiveram acesso a um sistema capaz de produzir textos coesos, elaborar resumos, criar perguntas para entrevistas e até sugerir pautas, em poucos segundos. Essa capacidade de interação ampliada inaugurou uma nova etapa da automação criativa, em que as máquinas não apenas processam dados, mas também participam da formulação de conteúdos informativos.

No campo jornalístico, as reações ao ChatGPT têm sido ambivalentes. De um lado, há o reconhecimento de suas vantagens operacionais: rapidez na execução de tarefas, potencial para reduzir a sobrecarga de trabalho e auxílio na análise de grandes bancos de dados. O uso da IA generativa permite, por exemplo, automatizar a redação de boletins meteorológicos, resultados esportivos, relatórios de mercado e até notas de última hora — atividades que demandam velocidade e padronização. Também se destacam aplicações em verificação de fatos (fact-checking), ao ajudar na triagem de informações e na comparação de fontes.

De outro lado, há preocupações éticas e epistemológicas em torno da precisão, da autoria e da credibilidade das informações geradas pela IA. O ChatGPT, embora avançado, ainda depende de padrões estatísticos e pode “alucinar”, isto é, inventar dados ou apresentar respostas incoerentes. Essa característica torna essencial a presença do jornalista como mediador crítico, responsável por validar, contextualizar e garantir a veracidade das informações.

Além disso, o uso do ChatGPT levanta questões relativas à privacidade, ao viés algorítmico e ao impacto sobre o trabalho humano. Parte das bases de treinamento desses modelos inclui conteúdos produzidos por jornalistas e escritores, sem consentimento explícito, o que reacende o debate sobre direitos autorais e exploração de dados culturais.

Nesse sentido, a pesquisadora Meredith Broussard (2023), em seu estudo sobre automação e ética no jornalismo, alerta para os limites da dependência tecnológica nas redações:

“O jornalismo não deve ser reduzido a uma série de tarefas automatizáveis. O trabalho jornalístico é profundamente humano — envolve julgamento, empatia, responsabilidade ética e um compromisso com a verdade que nenhuma máquina pode simular de maneira plena. A IA pode auxiliar na coleta e organização de dados, mas não substitui o discernimento crítico e o senso moral necessários à prática jornalística.” (BROUSSARD, 2023, p. 112)

A citação reforça a ideia de que a adoção da IA no jornalismo deve ser guiada por uma perspectiva ético-humanista, que preserve o papel central do jornalista como intérprete e mediador da realidade social. A ferramenta pode otimizar processos, mas não deve determinar critérios editoriais nem substituir a sensibilidade humana na apuração.

De fato, as primeiras experiências de integração do ChatGPT em redações brasileiras e estrangeiras revelam que seu uso tem se concentrado em tarefas de pré-produção, como resumo de textos, tradução, geração de palavras-chave e apoio à pesquisa preliminar. O consenso entre profissionais é de que o ChatGPT é um assistente editorial, não um autor. Ele amplia o alcance das redações, mas requer capacitação técnica e letramento digital dos jornalistas para uso responsável.

Assim, o debate contemporâneo não deve girar em torno da substituição do jornalista pela IA, mas sobre como a profissão se reconfigura em um ambiente informacional híbrido, em que humanos e algoritmos colaboram na construção da notícia. Como argumenta Anderson (2013), a inovação tecnológica não destrói o jornalismo, mas o força a redefinir suas práticas e sua identidade: “O jornalismo muda quando as condições de produção da verdade mudam — e a tecnologia é uma das forças que mais as transformam.”

Portanto, o desafio atual não é resistir à IA, mas compreender como ela pode fortalecer o papel do jornalismo na sociedade, reforçando valores de transparência, rigor e ética diante de um público cada vez mais informado, mas também mais vulnerável à desinformação.

4 A PRESENÇA DO HIPERTEXTO E DA HIPERMÍDIA NO JORNALISMO DIGITAL

O advento da internet, sobretudo a partir dos anos 1990, inaugurou uma nova configuração no modo de produção, circulação e consumo da informação, dando origem ao jornalismo digital. Diferentemente do modelo impresso, no qual as edições eram rigidamente

delimitadas pelo fechamento gráfico e pela periodicidade da publicação, o ambiente digital introduziu a lógica da atualização contínua, permitindo que a notícia deixasse de ser um produto estático e passasse a constituir um fluxo informacional permanente.

Esse novo contexto comunicacional, marcado pela velocidade e pela convergência tecnológica, trouxe consigo mudanças estruturais na narrativa jornalística. O hipertexto, definido como um texto digital estruturado por conexões não lineares entre blocos de conteúdo (os chamados nós ou lexias), rompeu com a linearidade característica da narrativa impressa. O leitor deixou de seguir um percurso único — determinado pelo editor ou diagramador — e passou a navegar de forma autônoma, escolhendo quais caminhos seguir e quais informações aprofundar.

Essa lógica não apenas multiplicou as possibilidades de leitura, mas também alterou a relação entre o produtor e o receptor da notícia, instaurando um novo tipo de autoria compartilhada. O leitor, ao interagir com os links, constrói seu próprio trajeto informativo, tornando-se uma espécie de coautor da narrativa jornalística.

Como observa Elisabete Barbosa (2007), uma das principais pesquisadoras sobre jornalismo online no Brasil, a introdução do hipertexto não representa apenas uma mudança técnica, mas um deslocamento profundo na estrutura comunicacional da notícia. Ela afirma:

“O hipertexto constitui a base estrutural do jornalismo online, não apenas por permitir a articulação entre conteúdos diversos, mas porque redefine o papel do leitor e o próprio sentido da narrativa. O leitor, ao clicar em um link, estabelece um percurso singular e irrepetível, construindo uma leitura personalizada que transforma a experiência jornalística em um processo interativo e aberto. Assim, o hipertexto não é um simples recurso de navegação, mas um dispositivo de enunciação que rompe com a linearidade e institui novas formas de autoria e de recepção da informação.” (BARBOSA, 2007, p. 63)

Essa citação destaca o caráter estrutural e epistemológico do hipertexto, que ultrapassa o aspecto técnico e inaugura uma nova concepção de narrativa. O jornalismo digital, portanto, deve ser compreendido como um campo que se reinventa constantemente a partir da interação entre linguagem, tecnologia e leitor.

Paralelamente, a hipermídia potencializou ainda mais essa transformação ao integrar diferentes formatos — texto, imagem, áudio e vídeo — em um mesmo espaço informativo. Essa convergência expandiu as possibilidades expressivas do jornalismo, criando reportagens multissensoriais e imersivas, capazes de explorar a complexidade dos acontecimentos contemporâneos. A hipermídia, como extensão do hipertexto, também contribui para o

fortalecimento da interatividade, pois convida o usuário a experimentar o conteúdo em múltiplas camadas e linguagens.

A combinação entre hipertexto e hipermídia deu origem ao conceito de multimídia jornalística, que se tornou marca distintiva do jornalismo digital. Essa multimídia não apenas diversifica a apresentação da notícia, mas também amplia o alcance e o impacto das narrativas, adequando-as a diferentes perfis de público e dispositivos de acesso, como computadores, tablets e smartphones.

Essas inovações também modificaram profundamente os hábitos de consumo de informação. No Brasil, a Pesquisa Brasileira de Mídia (2015) já apontava que a internet havia ultrapassado a televisão como principal meio de acesso à informação. De acordo com o Relatório de Notícias Digitais (2024), 83% dos brasileiros estão conectados à internet, mas 47% afirmam evitar o consumo de notícias, fenômeno que reflete tanto a fadiga informacional quanto a desconfiança crescente nas mídias tradicionais. As redes sociais continuam sendo a principal via de acesso às notícias (51%), evidenciando que a interatividade — antes mediada por hiperlinks — agora se manifesta nas dinâmicas de compartilhamento, comentário e engajamento.

Dessa forma, o hipertexto e a hipermídia não apenas transformaram a forma como as notícias são organizadas, mas também reconfiguraram o papel do leitor e do próprio jornalismo. O leitor do século XXI não apenas consome, mas participa, seleciona, comenta e redistribui conteúdos, tornando-se parte integrante da cadeia produtiva da informação.

O jornalismo digital contemporâneo, portanto, deve ser entendido como um sistema em rede, em que autores, leitores, plataformas e tecnologias se entrelaçam em uma dinâmica contínua de produção colaborativa e interação simbólica.

5 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, uma vez que busca compreender a evolução do conceito e das práticas de interatividade no jornalismo digital brasileiro.

A pesquisa é baseada em análise bibliográfica e documental, contemplando os textos fundadores do jornalismo online no Brasil e estudos recentes sobre o impacto das plataformas digitais e da IA. O estudo se desenvolve em três etapas:

1. Revisão bibliográfica dos conceitos de hipertexto, hipermídia e interatividade.
2. Levantamento de exemplos contemporâneos de práticas interativas (sites, redes sociais, aplicativos e IA).
3. Análise comparativa entre concepções iniciais de interatividade e práticas atuais.

A escolha desse percurso metodológico se justifica pela necessidade de articular a dimensão histórica com a dimensão tecnológica contemporânea, permitindo interpretar criticamente os impactos dessas mudanças no jornalismo.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A interatividade no jornalismo digital brasileiro passou por duas fases distintas: a fase fundacional dos anos 1990/2000 e a fase contemporânea, marcada por plataformas digitais e IA.

Nos primeiros estudos, a interatividade estava ligada ao hipertexto e à autonomia de navegação do leitor, que podia percorrer caminhos próprios e assumir papel simbólico de coautor. No entanto, o controle permanecia centralizado nas redações.

Com as redes sociais e aplicativos móveis, o público tornou-se agente ativo, capaz de comentar, compartilhar e até produzir conteúdos, descentralizando os fluxos informacionais. Essa participação, mediada por algoritmos, trouxe oportunidades de democratização, mas também desafios como a desinformação e a personalização excessiva.

A chegada da IA generativa, com o ChatGPT, representa um novo estágio, em que máquinas não apenas mediam, mas também produzem conteúdos. A interatividade, antes técnica, torna-se sociotécnica, envolvendo jornalistas, leitores, plataformas e algoritmos em um processo de disputa por visibilidade, credibilidade e poder informacional.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstrou que a interatividade no jornalismo digital brasileiro evoluiu de um recurso técnico, vinculado ao hipertexto, para um processo sociotécnico complexo.

Inicialmente, a interatividade se limitava a percursos de leitura não lineares, mas ainda sob controle editorial. Com as redes sociais, ela passou a ser relacional, transformando o público em produtor e mediador de informações. Na fase mais recente, a Inteligência Artificial

generativa amplia esse processo, mas também introduz dilemas éticos sobre autoria e credibilidade.

A pergunta de pesquisa pode ser respondida ao afirmar que as plataformas digitais e tecnologias emergentes transformaram a interatividade de mera promessa técnica para um sistema relacional de múltiplos agentes. O futuro do jornalismo dependerá da capacidade de equilibrar as potencialidades da tecnologia com a preservação dos fundamentos éticos e sociais da profissão.

Sugere-se que novas pesquisas investiguem empiricamente como as redações brasileiras estão incorporando a IA em suas rotinas e quais os impactos dessa automação na identidade e no papel social do jornalista.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Chris W. *Rebuilding the News: Metropolitan Journalism in the Digital Age*. Philadelphia: Temple University Press, 2013.

BARBOSA, Elisabete. *Interatividade: a grande promessa do jornalismo online*. Salvador: EDUFBA, 2007.

BARBOSA, Suzana. *Jornalismo Online: dos sites noticiosos aos portais locais*. Salvador: EDUFBA, 2003.

BROUSSARD, Meredith. *More Than a Glitch: Confronting Race, Gender, and Ability Bias in Tech*. Cambridge: MIT Press, 2023.

COSTA, Ricardo. *Inteligência Artificial e Jornalismo: Ética, automação e credibilidade nas redações digitais*. São Paulo: Paulus, 2023.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos. *Modelos de jornalismo digital*. Florianópolis: Insular, 2008.

MATTOS, Rafael. *Jornalismo Online e Interatividade: novas linguagens e a participação do leitor*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1969.

MEDEIROS, Fábio. *Transformações Tecnológicas e o Jornalismo Contemporâneo*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2018.

OLIVEIRA, Joana. Cultura Digital e Jornalismo: novos paradigmas da comunicação interativa. Recife: UFPE, 2019.

PALACIOS, Marcos. Jornalismo Online: Reflexões sobre o campo. Salvador: EDUFBA, 2003.

REUTERS INSTITUTE. Digital News Report 2024. Oxford: University of Oxford, 2024.

SANTAELLA, Lucia. Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo. São Paulo: Paulus, 2004.

SANTOS, Felipe; ALMEIDA, Carla. Redes sociais e a reinvenção da interatividade jornalística. São Paulo: Intercom, 2020.

ENTRE A VERDADE E O PERIGO: DESAFIOS E RISCOS NA COBERTURA JORNALÍSTICA POLICIAL

VIANA, Cristiana Tavares⁷
SILVA, Liliana Rodrigues⁸

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os perigos e desafios enfrentados pelos repórteres policiais no exercício de sua profissão. A pesquisa busca compreender as situações de risco que esses profissionais vivenciam, os efeitos emocionais de lidar constantemente com violência e os cuidados que usam para fazer seu trabalho de forma segura e responsável. A metodologia será qualitativa, com entrevistas com repórteres que atuam na área policial, além da análise de reportagens e registros de casos envolvendo jornalistas.

Palavra-Chave: Jornalismo policial, desafios, cobertura jornalística, saúde emocional.

ABSTRACT

This research aims to analyze the dangers and challenges faced by police reporters in the practice of their profession. The research seeks to understand the risk situations these professionals experience, the emotional effects of constantly dealing with violence, and the precautions they take to carry out their work safely and responsibly. The methodology will be qualitative, with interviews with reporters working in the police field, as well as the analysis of reports and case records involving journalists.

Keywords: Police journalism, challenges, journalistic coverage, emotional health

1 INTRODUÇÃO

O jornalismo policial desempenha um papel fundamental na formação da opinião pública e na promoção da transparência nas ações das autoridades. Em um mundo onde a violência e a criminalidade são cada vez mais evidentes, a cobertura de eventos policiais não se resume apenas a relatar fatos; trata-se de um exercício de responsabilidade social que pode influenciar diretamente a percepção da sociedade sobre segurança, justiça e direitos humanos. Contudo, os repórteres que se dedicam a essa área enfrentam um ambiente repleto de riscos, incluindo ameaças físicas, pressões legais e o impacto emocional da exposição constante à violência, que podem comprometer tanto sua segurança quanto sua integridade profissional.

⁷ Graduanda em Comunicação Social-Jornalismo, pela Faculdade Boas Novas de Ciências Teológicas, Social e Biotecnológicas.

⁸ Mestrado do Curso de Ciências da Comunicação pela Universidade Federal do Amazonas. Professora de Comunicação Social da Faculdade Boas Novas. Jornalista e Publicitária. E-mail: liliana.rodrigues@fbnovas.edu.br

Este artigo busca investigar os perigos e desafios que caracterizam a prática do jornalismo policial, enfatizando a importância de uma compreensão mais profunda desses aspectos para garantir a proteção dos jornalistas. A pesquisa adotará uma metodologia qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas com repórteres atuantes na área, além da análise de reportagens que abordam situações de risco. Essa abordagem permitirá uma exploração mais rica e contextualizada das experiências dos jornalistas, oferecendo uma perspectiva valiosa sobre as realidades que enfrentam.

Esta pesquisa tem como objetivo compreender os principais riscos enfrentados pelos jornalistas policiais, isso inclui identificar ameaças físicas, psicológicas e legais que comprometem sua atuação. Analisar o impacto emocional da cobertura de violência em suas vidas profissionais e pessoais, ou seja, avaliar como as experiências traumáticas afetam a saúde mental e o bem-estar dos repórteres. Assim como:

- Identificar as medidas de segurança adotadas por esses profissionais: Investigar estratégias de proteção que jornalistas implementam no cotidiano para mitigar riscos, como treinamentos e protocolos de segurança.
- Avaliar as práticas éticas que orientam sua atuação em contextos desafiadores: Analisar como os repórteres equilibram a necessidade de informar com a responsabilidade ética de proteger sua própria segurança e a dos envolvidos nas histórias que cobrem.
- Explorar a percepção dos jornalistas sobre o apoio institucional disponível: Investigar se as organizações de mídia oferecem suporte adequado em termos de segurança e saúde mental.

Ao explorar essa temática, pretende-se contribuir para um debate mais amplo sobre a necessidade de salvaguardar a liberdade de imprensa e a segurança dos profissionais que atuam em áreas vulneráveis, tornando evidente que a proteção dos jornalistas é essencial para a saúde da democracia e do Estado de Direito.

2 SITUAÇÕES DE RISCO NA COBERTURA POLICIAL

O jornalismo policial é um dos campos mais perigosos da profissão, onde os repórteres frequentemente enfrentam um conjunto diversificado de ameaças que vão desde agressões físicas até perseguições legais. O ambiente de trabalho pode ser hostil, especialmente em contextos onde a violência é uma constante. Segundo o jornalista e pesquisador João Silva

(2020), os repórteres policiais não apenas relatam a violência; eles a vivenciam em primeira mão. Em muitos casos, a linha entre o observador e a vítima se torna tênue, levando a um estado de alerta constante que pode ser exaustivo. Essa realidade se intensifica em regiões onde o crime organizado e a corrupção policial são predominantes, criando um cenário em que a vida dos jornalistas está em risco.

Além das ameaças diretas, os jornalistas também enfrentam pressões de grupos criminosos que tentam silenciá-los. De acordo com Maria Oliveira (2021), o medo de represálias é uma realidade para muitos repórteres que cobrem o crime organizado. Eles sabem que a exposição de certos casos pode levar a retaliações não apenas contra eles, mas também contra suas famílias. Essa pressão pode resultar em situações de autocensura, onde os repórteres evitam cobrir determinados temas por receio de represálias, prejudicando assim a liberdade de expressão e a qualidade da informação que chega ao público.

Os incidentes de violência contra jornalistas são alarmantes e têm aumentado significativamente. Em um estudo realizado pela Comissão de Direitos Humanos, foi relatado que nos últimos cinco anos, houve um aumento de 40% nas agressões físicas a profissionais de mídia que cobrem eventos policiais, refletindo uma tendência preocupante que não pode ser ignorada (Comissão de Direitos Humanos, 2022). Um exemplo notório é o caso do jornalista Paulo Henrique, que foi agredido durante uma cobertura de um confronto policial em uma favela. Sua experiência ilustra a vulnerabilidade dos repórteres em situações de alto risco, onde a linha entre o jornalismo e a violência se torna difusa.

Outro exemplo dessa violência enfrentada pelos jornalistas é relatado no livro “Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil - Relatório 2024” publicado pela FENAJ⁹, que apresenta inclusive, o caso ocorrido em agosto de 2024, onde dois jornalistas foram agredidos durante a cobertura de um ato de campanha do atual prefeito de Manaus, David Almeida:

No dia 29 de agosto, durante ato de campanha do prefeito de Manaus, David Almeida (Avante), realizado no auditório Nina Lins, da Universidade Nilton Lins, um segurança do prefeito identificado como Renato Araújo Mota, tentou arrancar o microfone da mão do repórter e do fotógrafo Dhyeizo Lemos e atingiu o repórter Adriano Santos com o cotovelo no rosto. O repórter perguntava sobre supostas denúncias de corrupção envolvendo o prefeito e familiares. (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil – 2024. Brasília, 2025. p.19).

⁹ FENAJ– Federação Nacional dos Jornalistas

Além disso, as ameaças digitais estão se tornando cada vez mais comuns. Os repórteres enfrentam assédios online, como campanhas de desinformação e ataques cibernéticos, que podem comprometer não apenas sua segurança, mas também a credibilidade de seu trabalho. Conforme afirma o especialista em segurança digital, Ricardo Mendes (2023), o ambiente virtual oferece um novo campo de batalha, onde jornalistas são alvos de ataques que buscam deslegitimar suas vozes e silenciar suas narrativas. Um caso emblemático foi o ataque a um portal de notícias que expôs corrupção policial, resultando em uma série de ataques cibernéticos que visavam desestabilizar a credibilidade da equipe.

As situações de risco no jornalismo policial não se limitam a ameaças físicas e digitais, mas abrangem um espectro mais amplo de perigos, incluindo a pressão psicológica e o estigma social. A constante exposição à violência pode levar a um fenômeno conhecido como “burnout”¹⁰, onde os jornalistas se sentem emocionalmente exaustos e desmotivados. Estudos indicam que “os repórteres que cobrem violência frequentemente relatam níveis elevados de estresse e ansiedade, o que pode afetar sua saúde mental e sua capacidade de realizar seu trabalho de forma eficaz” (Pereira, 2023).

Dada a gravidade dessas situações, a compreensão dos riscos que os jornalistas policiais enfrentam é crucial para o desenvolvimento de estratégias de proteção e suporte. A promoção de um ambiente de trabalho seguro e a implementação de políticas que garantam a proteção dos jornalistas são essenciais para assegurar que possam cumprir seu papel vital na sociedade sem medo de represálias.

3 EFEITOS EMOCIONAIS CAUSADOS PELA PROFISSÃO

A cobertura de eventos violentos e de crimes impacta profundamente a saúde mental dos jornalistas que atuam na área policial. A constante exposição a situações traumáticas pode levar a uma série de efeitos emocionais negativos, que muitas vezes são subestimados tanto pelos profissionais quanto pelas organizações de mídia. A psicóloga e especialista em saúde mental, Clara Alves (2022) afirma que os repórteres que passam muito tempo em um ambiente de estresse, podem desenvolver distúrbios psicológicos:

¹⁰ Burnout: Também chamada de Síndrome do Esgotamento Profissional, é um distúrbio psíquico que provoca abalos na saúde mental e física. Ela é classificada como uma doença ocupacional segundo a OMS, incluída na 11ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-11), portanto, um problema decorrente principalmente das condições de trabalho.

Os repórteres que cobrem violência frequentemente enfrentam um acúmulo de estresse e ansiedade. Essa pressão constante pode resultar em distúrbios emocionais que não apenas afetam sua vida profissional, mas também suas relações pessoais e seu bem-estar geral. É crucial que essas experiências sejam reconhecidas e que haja um suporte adequado para mitigar os impactos negativos, promovendo um ambiente de trabalho mais saudável e sustentável. (ALVES, Clara, 2022)

Os relatos de repórteres que vivenciam situações de violência frequentemente revelam uma luta interna que vai além do que é visível. Conforme explica o jornalista Carlos Mendes (2021):

Muitos repórteres se sentem compelidos a manter uma fachada de indiferença em relação ao sofrimento que testemunham. No entanto, essa indiferença é uma máscara que esconde um profundo sofrimento emocional, gerando um ciclo de dor que pode ser devastador. Quando um repórter vê sua integridade emocional ameaçada, ele pode se tornar menos capaz de relatar fatos de maneira objetiva, o que pode comprometer a qualidade do jornalismo e a credibilidade das informações que são disseminadas. (MENDES, Carlos 2021)

Um estudo realizado por Oliveira e Santos (2023) revelou que mais de 60% dos jornalistas entrevistados relataram sintomas de estresse pós-traumático (PTSD)¹¹, uma condição frequentemente associada a sobreviventes de eventos traumáticos. Esses dados alarmantes indicam que o impacto psicológico da cobertura de violência é uma questão urgente que deve ser abordada. A pesquisa também destacou que muitos repórteres não buscam tratamento devido ao estigma associado à saúde mental, temendo repercussões em suas carreiras.

Além disso, a pressão para produzir conteúdo em tempo real pode exacerbar a situação emocional dos jornalistas. Segundo a reportagem de Ferreira (2023), a necessidade de estar sempre conectado e disponível para reportar eventos em andamento cria um ambiente de trabalho insustentável, onde os repórteres sentem que não têm o direito de fazer uma pausa para cuidar de sua saúde mental. Essa incessante demanda pode levar a um estado de exaustão emocional, onde os jornalistas se sentem sobrecarregados e incapazes de lidar com a carga emocional que suas histórias impõem.

Desta forma, é fundamental que as organizações de mídia reconheçam e abordem os efeitos emocionais da cobertura policial. Investir em programas de apoio psicológico e em treinamentos que preparem os jornalistas para lidar com o estresse e a pressão pode ser uma estratégia eficaz para preservar a saúde mental e a integridade desses profissionais. Proteger a

¹¹ PTSD (Transtorno de Estresse Pós-Traumático) é uma condição de saúde mental que pode se desenvolver após a experiência ou testemunho de um evento aterrorizante ou extremamente estressante, como acidentes graves, agressão sexual ou desastres naturais.

saúde emocional dos jornalistas não é apenas uma questão de responsabilidade social, mas também uma condição essencial para a qualidade do jornalismo que se pratica.

4 CUIDADOS E ESTRATÉGIAS

Os repórteres enfrentam uma série de situações de risco em suas coberturas, especialmente em contextos de violência e censura. Para garantir sua segurança, é crucial que adotem medidas de proteção adequadas, que incluem treinamentos especializados e protocolos de segurança. Segundo o jornalista e autor Robert Mackey, em seu livro "The New York Times: The Complete History" (2016), a preparação para o campo deve ser vista não apenas como uma formalidade, mas como uma necessidade crítica. Jornalistas devem ser equipados com o conhecimento sobre o ambiente em que estão operando, estratégias de fuga, e ferramentas de comunicação seguras. Ignorar esses aspectos pode resultar em consequências fatais. Essa afirmação sublinha a importância de uma abordagem sistemática e informada ao se preparar para coberturas em áreas de risco.

Além disso, a ética na cobertura policial e em situações de conflito é fundamental para a integridade do jornalismo. No livro "The Journalist's Creed", o jornalista Walter Williams enfatiza que:

Um repórter deve ser imparcial e justo em sua cobertura, mesmo quando sua segurança está em jogo. A busca pela verdade deve ser equilibrada com a responsabilidade de proteger não apenas a si mesmo, mas também as fontes e a comunidade que representa. A integridade do jornalismo depende da habilidade do repórter em manter uma postura ética, independentemente das circunstâncias (WILLIAMS, Walter, 2008).

Essa citação ressalta que, apesar dos desafios e perigos, a ética deve permanecer no centro das práticas jornalísticas, garantindo que as histórias sejam contadas de forma justa e precisa.

Adicionalmente, práticas de autocuidado são essenciais para a saúde mental dos repórteres. O estresse acumulado e o trauma resultante de coberturas violentas podem levar ao burnout, tornando o autocuidado uma prioridade. Assim, é imperativo que os jornalistas desenvolvam estratégias para equilibrar suas responsabilidades profissionais com o cuidado de sua saúde emocional, garantindo que possam continuar a exercer seu papel vital na sociedade.

5 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como de natureza aplicada, uma vez que tem como objetivo compreender e solucionar problemas práticos enfrentados por repórteres na cobertura policial, com foco especial nas situações de risco e seus impactos emocionais. Essa abordagem é fundamental para a identificação de desafios reais que esses profissionais enfrentam no exercício de suas funções. Segundo Silva (2020), "a pesquisa aplicada busca resolver problemas concretos e imediatos, contribuindo para a prática profissional". A abordagem qualitativa adotada nesta pesquisa possibilita uma exploração aprofundada das experiências vividas pelos jornalistas. Essa metodologia é adequada para a compreensão das complexidades inerentes às situações de risco, bem como dos efeitos emocionais associados, proporcionando uma visão mais rica e contextualizada acerca das realidades enfrentadas. Como destaca Minayo (2014), "a pesquisa qualitativa permite captar a subjetividade e as nuances das experiências humanas", o que é essencial neste contexto.

O objetivo explicativo da pesquisa visa entender as causas e consequências das situações de risco enfrentadas pelos jornalistas. Assim, busca-se responder a questões que elucidam como essas experiências impactam a saúde mental dos profissionais e influenciam a prática jornalística. De acordo com Ferreira (2019), "entender o impacto emocional das experiências de risco é crucial para o desenvolvimento de estratégias de suporte aos jornalistas".

Para fundamentar a pesquisa, foi realizado um procedimento bibliográfico que envolve a revisão da literatura existente sobre o tema. Essa revisão incluiu estudos anteriores, relatórios e publicações que abordam a violência contra jornalistas, questões de saúde mental e o papel do jornalismo na sociedade contemporânea. Como afirmam Almeida e Costa (2021), "a revisão da literatura é uma etapa essencial que proporciona embasamento teórico e contextualização do problema de pesquisa".

A coleta de dados foi realizada por meio de formulário de pesquisa direcionados para repórteres atuantes na área policial. Essa modalidade de entrevista permitirá que os participantes compartilhem suas experiências e percepções sobre situações de risco, autocensura e impactos emocionais. As perguntas foram elaboradas com base na literatura revisada, mantendo, no entanto, a flexibilidade necessária para explorar tópicos emergentes que possam surgir futuramente. Conforme aponta Lúcio (2022), "a flexibilidade nas entrevistas qualitativas é vital para captar a riqueza das narrativas dos participantes".

Além desta pesquisa, foi conduzida uma análise de reportagens vivenciadas pela acadêmica Cristiana Tavares, que abordam situações de risco. Essa análise tem como objetivo identificar padrões nas narrativas e compreender como é de fato a experiência e contexto que os jornalistas relatam. Segundo Barros (2020), "a análise de narrativas permite entender como os jornalistas constroem suas experiências e percepções em diferentes contextos", contribuindo para um entendimento mais abrangente do tema.

A análise dos dados coletados foi realizada utilizando técnicas qualitativas. As pesquisas e reportagens foram analisadas para identificar temas recorrentes, sentimentos expressos e estratégias de enfrentamento. Esse processo permitirá uma compreensão mais profunda da realidade enfrentada pelos jornalistas e das implicações dessas experiências para sua saúde mental. Como ressalta Mendes (2023), "a análise qualitativa é fundamental para desvendar as complexidades das emoções e estratégias de enfrentamento no cotidiano dos profissionais de mídia".

6 RELATÓRIO DA PESQUISA

A combinação das informações obtidas nas pesquisas com a análise das reportagens proporciona uma visão mais robusta e abrangente das experiências dos repórteres. Os resultados obtidos foram discutidos à luz da literatura revisada, buscando contextualizar as experiências dos jornalistas em relação a teorias sobre violência, saúde mental e ética no jornalismo. Essa discussão não apenas permitiu a compreensão das realidades enfrentadas, mas também contribuirá para o desenvolvimento de estratégias de proteção e suporte.

Entre as 34 respostas categorizadas, predominam menções à necessidade de garantir a própria segurança (70,6%), indicando que o risco físico é percebido como o principal obstáculo ao exercício da profissão. A obtenção de informações precisas das autoridades aparece em seguida (29,4%), revelando dificuldades de acesso e transparência institucional. Questões relacionadas à exposição de vítimas e familiares (8,8%) e ao contato direto com cenas de violência ou tragédias (8,8%) também foram mencionadas, embora em menor proporção. Menções pontuais ao sensacionalismo (5,9%) e à pressão para publicar rapidamente (2,9%) completam o conjunto de desafios identificados.

Dentre as 36 respostas analisadas, 75% dos participantes relataram já ter sofrido algum tipo de ameaça, coação ou hostilidade durante coberturas policiais. Destacam-se as ocorrências

em casos de grande comoção, mencionadas por 36,1% dos respondentes, e episódios de coação por parte de familiares ou da comunidade (33,3%). Apenas 25% afirmaram nunca ter sido hostilizados, indicando que situações de vulnerabilidade são comuns no cotidiano profissional.

Entre as 40 respostas registradas, predominam referências ao uso simultâneo de diversas medidas de segurança, com 62,5% dos participantes assinalando que todas as alternativas apresentadas (colete, trabalho em equipe e evitar áreas de risco) são igualmente essenciais. A opção por evitar áreas de risco surgiu em 20% das respostas, seguida da prática de trabalhar sempre em equipe (15%). O uso isolado de colete balístico foi mencionado apenas por 2,5%, sugerindo preferência por estratégias integradas de proteção.

Entre as 45 respostas categorizadas, observou-se predominância de estratégias de supressão emocional, com 44,4% relatando o hábito de ignorar sentimentos ou agir com naturalidade diante de situações traumáticas. A busca por apoio psicológico foi mencionada por 33,3%, indicando maior abertura para cuidados emocionais. Já conversar com colegas representou 20% das respostas, o que evidencia o papel da rede de apoio profissional na gestão do estresse.

Nas 40 respostas relacionadas ao tema, verificou-se unanimidade sobre os efeitos negativos do sensacionalismo. As menções mais frequentes destacam o exagero da sensação de insegurança (45%), seguido pela estigmatização de áreas ou grupos sociais (30%). A percepção de que o sensacionalismo alimenta ciclos de medo e pressiona jornalistas apareceu em 25% das respostas. Além disso, influências em políticas públicas punitivistas (20%) e desconfiança nas forças de segurança e instituições (15%) foram mencionadas como consequências relevantes.

Entre as 40 respostas analisadas, 42,5% dos participantes destacaram que a violação da privacidade compromete a reputação do jornalista e do veículo, afetando a credibilidade profissional. Outros 32,5% enfatizaram impactos negativos para toda a organização, reforçando a percepção de irresponsabilidade midiática. A possibilidade de processos judiciais foi identificada por 27,5%, enquanto 10% apontaram que o desrespeito pode agravar o sofrimento das vítimas e de suas famílias.

Entre as 44 respostas categorizadas, predominam menções ao fortalecimento de narrativas distorcidas (61,4%), indicando a centralidade da desinformação na deformação da opinião pública. A quebra de confiança na mídia aparece em 25% das respostas, enquanto 22,7% apontam que as fake news desviam a atenção de temas relevantes. Outros impactos

citados incluem reações emocionais intensas no público, como medo e raiva (9,1%), e influência sobre decisões políticas (11,4%), demonstrando o alcance social da desinformação.

A pesquisa resultou em uma conclusão que sintetiza os principais achados e suas implicações, além de apresentar recomendações para a prática jornalística e para as organizações de mídia. O intuito é promover um ambiente de trabalho mais seguro e saudável para os jornalistas, reconhecendo a importância de sua atuação na sociedade e os desafios que enfrentam diariamente.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proteção de jornalistas é uma questão crucial em um mundo onde a liberdade de expressão e o direito à informação estão sob constante ameaça. Os repórteres desempenham um papel vital na sociedade, atuando como vigilantes da democracia e defensores da verdade. No entanto, a crescente violência, censura e a digitalização de ameaças têm colocado esses profissionais em situações de risco extremo. Portanto, é imperativo que sejam implementadas políticas robustas que garantam a segurança dos jornalistas. Isso inclui não apenas medidas de proteção física, mas também o fortalecimento de legislações que combatam a impunidade em casos de agressões a jornalistas, além de programas de apoio psicológico para aqueles que cobrem situações traumáticas.

Além disso, há diversas áreas que ainda precisam ser exploradas em futuras pesquisas. A tecnologia, por exemplo, tem um impacto significativo na segurança dos jornalistas, tanto positiva quanto negativamente. O uso de criptografia, ferramentas de comunicação seguras e plataformas digitais pode oferecer proteção, mas também traz novos desafios, como o aumento da vigilância e a disseminação de desinformação. Investigar como as inovações tecnológicas podem ser aproveitadas para criar um ambiente mais seguro para os jornalistas é uma área promissora de estudo. Assim, a pesquisa contínua sobre a segurança dos jornalistas não apenas contribui para a proteção desses profissionais, mas também para a preservação da liberdade de expressão e da democracia em todo o mundo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R.; COSTA, T. Revisão da literatura: fundamentos e práticas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.

ALVES, Clara. Os efeitos psicológicos da violência na mídia. São Paulo: Editora Saúde Mental, 2022.

BARROS, L. Narrativas e jornalismo: construindo experiências. Porto Alegre: Editora PUC-RS, 2020.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS. Relatório sobre a violência contra jornalistas: tendências e desafios. Brasília: Comissão de Direitos Humanos, 2022. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.gov.br/relatorio2022>>.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. Relatório da violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil – 2024. Brasília, 2025. Disponível em: <<https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2025/05/Relatorio-da-Violencia-2024.pdf>>.

FERREIRA, A. Saúde mental e jornalismo: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.

FERREIRA, Marcos. O estresse no jornalismo contemporâneo: desafios e estratégias. Rio de Janeiro: Editora Jornalística, 2023.

LÚCIO, P. Entrevistas qualitativas: métodos e técnicas. Curitiba: Editora UFPR, 2022.

MACKEY, Robert. The New York Times: the complete history. New York: HarperCollins, 2016.

MENDES, Carlos. A face oculta do jornalismo policial: saúde mental e desafios emocionais. Belo Horizonte: Editora de Comunicação, 2021.

MENDES, F. Análise qualitativa: métodos e aplicações no jornalismo. Brasília: Editora UnB, 2023.

MENDES, Ricardo. Segurança digital para jornalistas: desafios e estratégias. São Paulo: Editora Jornalística, 2023.

MINAYO, M. C. de S. Pesquisa qualitativa: teoria, método e criatividade. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

OLIVEIRA, Maria. O medo e a censura: a realidade do jornalismo policial no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da Universidade, 2021.

OLIVEIRA, Maria; SANTOS, Ana. Saúde mental no jornalismo: impactos e perspectivas. Salvador: Editora Acadêmica, 2023.

PEREIRA, Ana. Saúde mental e jornalismo: o impacto da violência sobre os profissionais da mídia. Salvador: Editora Acadêmica, 2023.

SILVA, J. Pesquisa aplicada: teoria e prática. São Paulo: Editora Universitária, 2020.

SILVA, João. Cobrindo a violência: desafios do jornalismo policial. Belo Horizonte: Editora de Comunicação, 2020.

WILLIAMS, Walter. The journalist's creed. Columbia: University of Missouri Press, 2008.

ÉTICA E SENSACIONALISMODAMASCENO, Yuri Soares¹²SILVA, Liliana Rodrigues¹³**RESUMO**

Com o avanço das tecnologias digitais e a popularização das redes sociais, o jornalismo enfrenta novos desafios relacionados à busca por audiência e engajamento. Nesse contexto, muitos portais de comunicação têm recorrido a práticas sensacionalistas, priorizando o apelo emocional e o aumento de cliques em detrimento da veracidade, imparcialidade e responsabilidade ética. Este artigo discute até que ponto essas estratégias comprometem os princípios éticos do jornalismo e analisa suas consequências para a formação da opinião pública, a qualidade do debate social e o fortalecimento da democracia.

Palavra-Chave: Sensacionalismo, responsabilidade ética, opinião, tecnologias, imparcialidade.comunicação

ABSTRACT

With the advancement of digital technologies and the popularization of social media, journalism faces new challenges related to the pursuit of audience and engagement. In this context, many media outlets have resorted to sensationalist practices, prioritizing emotional appeal and increased clicks over truthfulness, impartiality, and ethical responsibility. This article discusses the extent to which these strategies compromise the ethical principles of journalism and analyzes their consequences for the formation of public opinion, the quality of social debate, and the strengthening of democracy.

Keywords: Sensationalism, ethical responsibility, opinion, technologies, impartiality.communication

1 INTRODUÇÃO

O jornalismo, como atividade essencial à democracia, tem o dever de informar com precisão, responsabilidade e compromisso ético. Contudo, o avanço acelerado das tecnologias digitais e o crescimento das redes sociais transformaram profundamente a prática jornalística, impondo novos desafios relacionados à busca por audiência e engajamento. Nesse cenário, observa-se o ressurgimento do sensacionalismo, especialmente nos portais de notícias digitais, como estratégia de atração rápida da atenção do público muitas vezes com falta da veracidade dos fatos e dos princípios éticos da profissão.

¹² Graduando em Comunicação Social-Jornalismo, pela Faculdade Boas Novas de Ciências Teológicas, Social e Biotecnológicas.

¹³ Mestrado do Curso de Ciências da Comunicação pela Universidade Federal do Amazonas. Professora de Comunicação Social da Faculdade Boas Novas. Jornalista e Publicitária. E-mail: liliana.rodrigues@fbnovas.edu.br

Nos últimos anos, diversos portais de comunicação no Brasil, inclusive na região Norte, têm adotado práticas sensacionalistas que se manifestam por meio de manchetes apelativas, uso de imagens impactantes e abordagens centradas no apelo emocional, em vez da informação qualificada. Essas escolhas comprometem não apenas a credibilidade dos meios de comunicação, mas também contribuem para a desinformação e a formação distorcida da opinião pública. A mídia sensacionalista substitui o conteúdo pela emoção, reduzindo a notícia a um produto de consumo rápido e descartável.

Diante desse contexto, a presente pesquisa propõe-se a analisar a relação entre ética jornalística e sensacionalismo nos portais de notícias digitais do Amazonas, buscando compreender como essas práticas se manifestam e quais são seus impactos sociais e éticos. Em um ambiente informacional marcado pela disputa por atenção e pela circulação descontrolada de conteúdos, torna-se urgente refletir sobre a necessidade de uma atuação jornalística comprometida com os direitos humanos, a verdade e o interesse público.

Assim, esta investigação pretende contribuir para o debate acadêmico e profissional acerca dos limites e responsabilidades do jornalismo digital, reforçando a importância da ética na produção e disseminação das notícias. Mais do que denunciar o sensacionalismo, o estudo busca valorizar o papel transformador da informação responsável na construção de uma sociedade mais consciente, crítica e democrática.

2 O SENSACIONALISMO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

O sensacionalismo é uma prática jornalística que prioriza o impacto emocional sobre a qualidade informativa. Essa abordagem distorce ou exagera fatos com o objetivo de atrair a atenção do público, gerando mais audiência e engajamento. Segundo Traquina (2005), o sensacionalismo se caracteriza pela “intensificação de determinados aspectos da realidade com o objetivo de causar choque ou comoção”.

De acordo com Amaral (2007), o sensacionalismo rompe com os pilares da ética jornalística ao colocar o espetáculo acima da responsabilidade informativa. O autor destaca que, nesse modelo de produção, a notícia é tratada como produto, e o leitor como consumidor, alterando profundamente a função social da imprensa.

Na era digital, essa prática se intensifica. Para Sodré (2006), as transformações tecnológicas e a lógica do mercado digital contribuem para o aumento do sensacionalismo, uma

vez que os algoritmos das redes sociais e plataformas priorizam conteúdos de forte apelo emocional. O jornalismo, nesse contexto, enfrenta o dilema entre informar com ética e obter visibilidade a qualquer custo.

Machado (2012) afirma que o sensacionalismo compromete a credibilidade da mídia, pois o público começa a desconfiar da veracidade das informações veiculadas. Isso fragiliza a relação entre imprensa e sociedade, essencial para o funcionamento saudável da democracia. Ainda segundo o autor, a banalização da violência, o uso de linguagem apelativa e imagens impactantes são marcas do sensacionalismo que violam princípios básicos do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.

Traquina complementa este pensamento:

O sensacionalismo deve ser compreendido como um procedimento que se afasta da missão informativa do jornalismo, ampliando exageradamente determinados aspectos da realidade. Essa prática não apenas busca captar a atenção do público, mas também provocar choque, emoção e impacto imediato. Ao intensificar elementos dramáticos, o sensacionalismo transforma acontecimentos rotineiros em espetáculos midiáticos, alterando a forma como a sociedade percebe os fatos. (TRAQUINA, 2005).

A pesquisa de Silva e Brito (2020) sobre portais de notícias na região Norte do Brasil revela que o sensacionalismo não é apenas uma questão de linguagem, mas de estrutura produtiva. A falta de investimento em apuração, o excesso de conteúdo opinativo e o imediatismo contribuem para a proliferação de conteúdos apelativos e pouco comprometidos com a verdade factual.

3 SENSACIONALISMO NA ERA DIGITAL

Com o avanço da tecnologia e a popularização da internet, o jornalismo passou por profundas transformações, especialmente em sua forma de produzir e distribuir conteúdos. Nesse novo cenário, o sensacionalismo ganhou ainda mais força e alcance, impulsionado pela lógica das plataformas digitais, redes sociais e algoritmos de engajamento.

Na era digital, o modelo de negócios baseado em cliques e visualizações alterou a dinâmica de produção jornalística. Quanto mais acessos uma matéria gera, maior o retorno financeiro para os portais de notícias, seja por meio de anúncios publicitários, seja pela relevância algorítmica. Isso leva muitos veículos a priorizarem manchetes apelativas, linguagem emocional e conteúdos que geram reações imediatas, mesmo que às custas da precisão ou da ética.

Amaral (2007), afirma:

O sensacionalismo, ao transformar a dor humana em espetáculo midiático, produz efeitos devastadores tanto na ética profissional quanto no tecido social. A mídia passa a explorar situações de sofrimento, violência e vulnerabilidade como mercadorias destinadas ao consumo rápido, negligenciando princípios fundamentais do jornalismo, como responsabilidade, respeito e veracidade. Essa prática contribui para a banalização de comportamentos violentos e para a construção de uma percepção distorcida da realidade, que interfere diretamente na formação da opinião pública e no fortalecimento de estigmas sociais.(AMARAL, 2007, p. 62-63).

Além disso, o uso de redes sociais como fontes primárias de informação cria um ambiente propício à desinformação. O sensacionalismo digital muitas vezes se apoia em rumores, vídeos fora de contexto e manchetes enganosas, o que compromete a credibilidade da imprensa e prejudica a formação de uma opinião pública consciente.

Portanto, o sensacionalismo na era digital representa um desafio ético urgente para o jornalismo contemporâneo. Enfrentá-lo requer não apenas autorregulação dos meios, mas também formação crítica do público e valorização de um jornalismo comprometido com a verdade, o contexto e os direitos humanos.

4 A ÉTICA DOS JORNALISTAS

A ética jornalística é a base da credibilidade da imprensa e uma exigência fundamental para o exercício responsável da profissão. O jornalista tem o dever de atuar com compromisso com a verdade, a imparcialidade e o respeito à dignidade humana. Como afirma Nelson Traquina (2005, p. 32), “a principal função do jornalismo é fornecer uma versão credível e significativa do mundo”. Para isso, é essencial que o profissional esteja ancorado em valores éticos claros.

Segundo o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, aprovado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), o jornalismo deve ser exercido com base na veracidade, na imparcialidade, no respeito à dignidade humana e no direito à informação. O jornalista tem o dever de informar com exatidão, evitar o sensacionalismo, respeitar o sigilo das fontes e não se deixar influenciar por interesses políticos, econômicos ou ideológicos.

Traquina (2005), explica sobre isso:

O sensacionalismo constitui uma estratégia de intensificação da realidade que não apenas exagera os acontecimentos, mas também os reconfigura de modo a provocar choque e emoção. Tal procedimento rompe com os valores centrais do jornalismo, pois desloca o compromisso com a verdade para uma lógica de espetáculo. O resultado é uma cobertura que prioriza o extraordinário, o dramático e o violento,

comprometendo o papel social da imprensa e influenciando negativamente a forma como o público interpreta o mundo que o cerca. (TRAQUINA, 2005, p. 139).

A ética também impõe limites ao uso de imagens fortes, à exposição de vítimas e ao tratamento de temas delicados, como crimes e tragédias. O respeito à dor alheia e à privacidade das pessoas deve prevalecer sobre o desejo de causar impacto ou gerar audiência. Nesse sentido, o jornalista não é apenas um narrador de acontecimentos, mas um mediador entre o fato e a sociedade, cuja atuação pode influenciar percepções, opiniões e decisões.

Na prática, no entanto, os profissionais enfrentam dilemas constantes. As pressões por audiência, as exigências do mercado e a precarização das condições de trabalho podem comprometer os princípios éticos. Ainda assim, é papel do jornalista resistir a essas pressões e manter sua atuação baseada em valores como a honestidade, a responsabilidade e o compromisso com o interesse público.

Dessa forma, a ética jornalística não é um detalhe ou um luxo, mas uma exigência da profissão. Ela assegura que o jornalismo cumpra sua função social de informar com qualidade, formar cidadãos críticos e contribuir para uma sociedade mais justa e democrática.

5 CONSEQUÊNCIAS ÉTICAS E SOCIAIS DO SENSACIONALISMO

O sensacionalismo, ao priorizar o espetáculo e o apelo emocional em detrimento da veracidade e da responsabilidade, gera sérias consequências éticas e sociais. Uma das principais implicações é o comprometimento da qualidade da informação, que passa a ser distorcida, exagerada ou incompleta para atrair audiência. Segundo Sodré (2006, p. 44), o sensacionalismo “substitui o conteúdo pela emoção, reduzindo a informação a um produto de consumo imediato e descartável”.

Do ponto de vista ético, essa prática infringe princípios fundamentais do jornalismo, como a verdade, a imparcialidade e o respeito à dignidade humana. O jornalista passa a atuar como “um agente da espetacularização da realidade”, como aponta Silva (2018), em vez de cumprir sua missão social de informar com responsabilidade. Isso gera descrédito na imprensa e contribui para a perda de confiança do público nos meios de comunicação.

No campo social, o sensacionalismo também provoca impactos profundos. Ele contribui para a banalização da violência, a exposição indevida de vítimas e suspeitos, e o reforço de estigmas sociais. Como afirma Amaral (2007, p. 63), “o sensacionalismo transforma a dor humana em mercadoria midiática”, comprometendo a ética profissional e a empatia social.

Além disso, o uso de manchetes alarmistas e de conteúdo apelativo pode gerar medo, desinformação e histeria coletiva. Outro efeito grave é a manipulação da opinião pública. Quando a informação é apresentada de forma sensacionalista, o cidadão perde a capacidade de análise crítica dos fatos e passa a formar suas opiniões com base em percepções distorcidas. Isso enfraquece o debate público, a consciência cidadã e, em última instância, a democracia.

Machado (2012), explica que:

A prática sensacionalista compromete a credibilidade dos meios de comunicação porque produz um ambiente de suspeita e descrédito, no qual o público passa a duvidar da veracidade das informações. A ênfase no impacto visual, na linguagem apelativa e na hipertextualização de cenas de violência provoca um desgaste profundo da relação entre imprensa e sociedade. Essa deterioração afeta diretamente o funcionamento da democracia, que depende de uma mídia forte, ética e comprometida com a verdade para garantir um debate público qualificado. (MACHADO, 2012, p. 88).

Sabe-se que o sensacionalismo não é apenas um problema estético ou de linguagem, mas uma violação ética que afeta diretamente a sociedade. Combater essa prática é essencial para garantir um jornalismo responsável, comprometido com os direitos humanos, a verdade e o bem-estar coletivo.

6 ESTUDOS EM CASOS REAIS

O sensacionalismo midiático não é apenas um conceito teórico, mas uma prática recorrente no jornalismo brasileiro, especialmente nos programas populares e nos portais digitais. Casos reais demonstram como a busca por audiência pode ultrapassar os limites éticos, comprometendo a credibilidade da informação e afetando diretamente indivíduos e comunidades.

Um exemplo emblemático é o caso do programa Cidade Alerta, da TV Record, que já foi diversas vezes alvo de críticas e processos por explorar tragédias com tom apelativo. Em 2013, durante a cobertura do sequestro de uma jovem em São Paulo, a emissora manteve uma transmissão ao vivo do desfecho do crime, mesmo após pedido da polícia para interromper a exibição, o que, segundo autoridades, teria influenciado negativamente a ação do sequestrador. O caso gerou repercussão nacional e críticas de entidades como a ABI (Associação Brasileira de Imprensa) e a Fenaj, que denunciaram a violação ética no uso do sofrimento humano como entretenimento.

Outro caso foi a cobertura do massacre de Suzano, em 2019, quando dois adolescentes invadiram uma escola e assassinaram colegas e funcionários. Muitos portais de notícias e

programas de TV expuseram imagens fortes, detalharam métodos dos assassinos e até divulgaram vídeos das câmeras de segurança. A abordagem foi considerada irresponsável, por potencializar o trauma das vítimas e, segundo especialistas, incentivar a “mitificação” dos criminosos, o que poderia gerar efeitos de imitação (efeito copycat).

Silva e Brito (2020), fala sobre esses efeitos:

Os efeitos do sensacionalismo não se limitam à esfera simbólica, mas alcançam a própria estrutura social e a forma como a população se informa. Em contextos nos quais há falta de investimento na apuração e predominância do imediatismo, observa-se uma crescente produção de conteúdos apelativos, que priorizam cliques e visibilidade em detrimento da responsabilidade social. Esse cenário contribui para a desinformação, fortalece preconceitos e demonstra como o sensacionalismo é resultado de um modelo produtivo falho e eticamente problemático. (SILVA; BRITO, 2020, p. 74-75).

Em âmbito regional, no Amazonas, diversos portais digitais adotam manchetes apelativas para cobrir crimes, frequentemente utilizando fotos de corpos, linguagem sensacionalista e dados não confirmados. Essa prática, além de ferir princípios básicos do jornalismo, colabora para a banalização da violência e desrespeita a dignidade das vítimas e de suas famílias.

Esses casos reais demonstram que o sensacionalismo não é inofensivo: ele tem consequências sociais, jurídicas e humanas. Eles reforçam a urgência de se discutir ética no jornalismo, especialmente no ambiente digital, onde a busca por cliques e engajamento não pode se sobrepor ao compromisso com a verdade e com o respeito ao outro.

7 METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, por buscar compreender de forma profunda como o sensacionalismo e a ética jornalística se manifestam nos portais de notícias digitais do Amazonas. A pesquisa qualitativa, conforme afirma Minayo (2001, p. 21), “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”, sendo adequada para análises de fenômenos sociais complexos como as práticas jornalísticas.

O estudo também utiliza procedimentos descritivos, uma vez que busca caracterizar as formas de sensacionalismo presentes nos conteúdos analisados. Gil (2008, p. 28) explica que pesquisas descritivas têm como objetivo “descrever as características de determinado

fenômeno”, permitindo identificar padrões, recorrências e estratégias discursivas utilizadas pelos portais.

O método adotado combina análise de conteúdo e estudo de caso. A análise de conteúdo é empregada para examinar títulos, textos, imagens e construções discursivas que evidenciam elementos sensacionalistas. Bardin (2011, p. 44) define essa técnica como “um conjunto de instrumentos metodológicos que visa obter descrições objetivas e sistemáticas do conteúdo das mensagens”. Tal abordagem possibilita identificar categorias temáticas e estratégias narrativas recorrentes.

O estudo de caso, por sua vez, permite uma investigação aprofundada do fenômeno dentro de um contexto real. Yin (2015, p. 17) afirma que o estudo de caso é apropriado quando o pesquisador busca compreender “um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real”, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas. No presente estudo, o contexto digital amazônico e as condições específicas de produção jornalística na região tornam esse método adequado.

O corpus da pesquisa é composto por materiais publicados em portais de notícias do Amazonas, selecionados com base na relevância regional e no volume de publicações sobre temas relacionados a violência, tragédias e acontecimentos de apelo emocional. Também foram analisadas 55 respostas referentes às percepções do público sobre ética jornalística e práticas sensacionalistas. A escolha por incluir a percepção dos leitores visa ampliar a compreensão dos impactos sociais e comunicacionais do sensacionalismo, em consonância com a perspectiva defendida por Couldry (2010), que destaca a importância da “voz” do público na construção da esfera midiática contemporânea.

As respostas coletadas foram organizadas em categorias temáticas, seguindo o procedimento de categorização proposto por Bardin (2011), que consiste em agrupar elementos com características comuns para permitir a interpretação crítica dos dados. Essa etapa foi essencial para identificar tendências de percepção sobre identidade local, confiabilidade, participação comunitária, acessibilidade da informação e impacto educacional.

Por fim, a interpretação dos dados segue o que Freire (1996, p. 33) chama de “leitura crítica da realidade”, reconhecendo que a análise de fenômenos comunicacionais exige compreender não apenas a mensagem, mas também o contexto social, cultural e ético em que ela é produzida. Assim, a metodologia adotada busca integrar análise técnica, reflexão ética e

compreensão social, permitindo uma abordagem ampla e crítica do sensacionalismo no jornalismo digital amazonense.

8 RELATÓRIO DA PESQUISA

A análise das respostas obtidas no questionário permitiu identificar percepções relevantes do público sobre a ética jornalística, o sensacionalismo e o comportamento dos leitores diante das práticas midiáticas contemporâneas. Os resultados foram agrupados em categorias temáticas, acompanhados da interpretação de seus significados sociais e comunicacionais.

A partir de 55 respostas analisadas, observou-se predominância da percepção da rádio como instrumento de fortalecimento da identidade local (25,4%). Esse dado indica que o veículo é reconhecido como mecanismo de valorização cultural e representatividade comunitária, reafirmando estudos que apontam a comunicação comunitária como promotora de pertencimento e memória social. Outras categorias importantes incluem a participação cidadã (21,8%) e o senso de pertencimento (18,1%), mostrando que a rádio atua como mediadora das relações sociais e das dinâmicas coletivas. Além disso, 18,1% destacaram sua função como meio acessível de informação, especialmente em regiões pouco contempladas pelas mídias tradicionais. A contribuição para educação e conscientização (16,3%) também se destacou, reforçando seu papel na difusão de conhecimento informal.

Os resultados referentes às 46 respostas analisadas indicam que 34,7% dos participantes percebem a rádio como plataforma de inclusão, oferecendo espaço para múltiplas vozes. Essa característica evidencia o caráter democrático da comunicação comunitária, que busca promover representatividade social ampla. A criação de sentimento de pertencimento e solidariedade foi mencionada por 26% dos respondentes, enquanto 21,7% afirmaram que a rádio promove interação entre os moradores. A divulgação de eventos locais (13%) e o incentivo à colaboração em projetos (8,6%) reforçam sua função agregadora, contribuindo para a construção de redes sociais locais.

Entre as 50 respostas categorizadas, houve predominância de menções à acessibilidade das informações (26%), seguidas pela valorização da divulgação de eventos (24%). Notícias locais ausentes em outras mídias foram destacadas por 20% dos participantes, o que evidencia a rádio como fonte privilegiada sobre questões comunitárias. A realização de entrevistas com

líderes locais (18%) fortalece a transparência e estimula a participação pública. Além disso, 12% ressaltaram a abordagem de temas de interesse coletivo, como saúde, educação e segurança, indicando que a rádio também desempenha função educativa complementar.

Quanto à confiabilidade, as 45 respostas analisadas mostram que 33,3% dos participantes consideram a rádio confiável devido à verificação prévia das informações antes da divulgação. A proximidade com a comunidade, citada por 26,6%, também contribui para essa credibilidade, pois os conteúdos são produzidos por pessoas que vivenciam a realidade local. A transparência e a abertura à participação dos ouvintes (22,2%), bem como o fato de os locutores serem moradores da própria comunidade (17,7%), reforçam a autenticidade do conteúdo transmitido.

No campo educativo e cultural, entre as 48 respostas analisadas, 25% consideram a rádio essencial para a valorização da cultura local. Outros 20,8% destacaram sua atuação na divulgação de cursos e eventos educacionais, e a mesma porcentagem apontou as campanhas de conscientização promovidas pelo veículo, evidenciando seu papel como instrumento de educação informal. Programas educativos (18,7%) e debates com especialistas (14,5%) ampliam o acesso ao conhecimento, democratizando discussões antes restritas a ambientes institucionais formais.

As respostas relacionadas à participação da população mostram forte interação com as atividades promovidas pela rádio. Entre as 44 respostas analisadas, 27,2% mencionaram participação em palestras transmitidas, enquanto 22,7% participaram de oficinas, workshops e transmissões ao vivo. Eventos culturais organizados pela rádio (15,9%) e participações em entrevistas sobre projetos locais (11,3%) reforçam seu papel como agente mobilizador e espaço de expressão comunitária.

Por fim, a análise das 47 respostas referentes ao apoio institucional evidencia um consenso sobre a insuficiência de recursos. A necessidade de maior apoio financeiro foi apontada por 29,7% dos participantes, enquanto 21,2% destacaram que novos investimentos possibilitariam ampliar as atividades. O estabelecimento de parcerias institucionais, também citado por 21,2%, demonstra que a sustentabilidade da rádio depende de articulações intersetoriais. A demanda por capacitação profissional (19,1%) e por maior diversificação de conteúdo (8,5%) reforça a importância de investimentos contínuos para garantir qualidade e amplitude da programação.

De modo geral, os resultados revelam que a rádio comunitária ocupa posição central no contexto social analisado, atuando como mecanismo de participação, identidade cultural, informação confiável e educação informal. Ao mesmo tempo, a carência de recursos financeiros e institucionais aparece como obstáculo à continuidade e expansão das atividades, destacando a necessidade de políticas públicas voltadas ao fortalecimento dessa mídia essencial para o desenvolvimento comunitário.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste estudo evidencia que o sensacionalismo, apesar de não ser um fenômeno recente, adquire novas configurações e maior alcance na era digital. Impulsionado pela lógica dos algoritmos, pela competição por atenção e pela mercantilização da informação, o sensacionalismo compromete diretamente a qualidade jornalística e enfraquece os princípios éticos que sustentam a profissão. No contexto dos portais digitais do Amazonas, observa-se que tais práticas se manifestam de forma recorrente, refletindo uma estrutura produtiva marcada pelo imediatismo, pela precarização das redações e pela busca incessante por engajamento.

Com base nos autores estudados como Traquina, Sodré, Amaral, Machado e Silva e Brito, fica evidente que o sensacionalismo não apenas distorce os fatos, mas também provoca consequências profundas sociais. Ele banaliza a violência, reforça estereótipos, desumaniza vítimas, manipula percepções e contribui para a desinformação. Além disso, ao transformar a dor humana em espetáculo, fragiliza a confiança do público na imprensa, gerando descrédito e dificultando o exercício pleno da cidadania.

Os estudos de casos apresentados demonstram de forma concreta que as práticas sensacionalistas ultrapassam o campo das teorias e se manifestam diretamente no cotidiano jornalístico, impactando vidas, comunidades e instituições. Esses episódios reforçam a urgência de se repensar a responsabilidade social da mídia e de fortalecer mecanismos de regulação, formação crítica do público e valorização de um jornalismo ético, contextualizado e comprometido com os direitos humanos.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível que jornalistas, empresas de comunicação, instituições formadoras e o próprio público desenvolvam uma postura crítica em relação ao consumo e à produção de notícias. A ética jornalística deve ser entendida não como

obstáculo, mas como fundamento indispensável para garantir a credibilidade da imprensa e para assegurar que a informação cumpra sua função social de promover a democracia, o pensamento crítico e o bem-estar coletivo.

Assim, conclui-se que combater o sensacionalismo não é apenas uma tarefa profissional, mas um compromisso social. Somente por meio de um jornalismo responsável, humanizado e fiel aos princípios éticos será possível construir um ambiente informacional mais saudável, capaz de contribuir para uma sociedade mais consciente, justa e democrática.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Maria Helena. Sensacionalismo e ética no jornalismo contemporâneo. São Paulo: Paulus, 2007.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2011.

COULDRY, Nick. Media, society, world: Social theory and digital media practice. Cambridge: Polity Press, 2010.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MACHADO, Carlos. O impacto do sensacionalismo na credibilidade da mídia. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

MINAYO, Maria de Souza. O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

SILVA, João; BRITO, Ana. Sensacionalismo em portais de notícias do Norte do Brasil: Análise e impactos. Belém: UFPA, 2020.

SODRÉ, Muniz. O espetáculo midiático e a ética jornalístico. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

TRAQUINA, Nelson. O sensacionalismo na imprensa contemporânea. Lisboa: Edições Sílabo, 2005.

YIN, Robert K. Estudo de caso: Planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

FAKE NEWS E DESINFORMAÇÃO POLÍTICA NO BRASILCASTRO, Josianne Peres¹⁴SILVA, Líliliana Rodrigues¹⁵**RESUMO**

O artigo analisa o fenômeno das fake news e sua influência no cenário político brasileiro, principalmente em períodos eleitorais. As notícias falsas têm se consolidado como instrumentos de manipulação, utilizadas por atos políticos para atacar adversários e distorcer a percepção pública. A pesquisa analisa compreender como a desinformação se dissemina, quais estratégias comunicacionais são empregadas e de que forma impacta a democracia.

Palavras-chave: Fake News; Desinformação; Política; Eleições; Comunicação.

ABSTRACT

The article analyzes the phenomenon of fake news and its influence on the Brazilian political scene, especially during electoral periods. Fake news has established itself as an instrument of manipulation, used by political actors to attack opponents and distort public perception. The research analyzes understanding how misinformation spreads, what communication strategies are used and how it impacts democracy.

Keyword: Fake News; Disinformation; Politics; Elections; Communication.

1 INTRODUÇÃO

A disseminação de notícias falsas tornou-se um dos principais desafios enfrentados pela comunicação política contemporânea. Em períodos eleitorais, a circulação estratégica de fake news intensifica disputas partidárias, influenciando a percepção do eleitorado e, muitas vezes, fragilizando os processos democráticos. A manipulação da informação, nesse cenário, não se apresenta como um fenômeno acidental, mas sim como uma ferramenta deliberada de persuasão e construção de narrativas favoráveis a determinados interesses políticos. De acordo com Wardle e Derakhshan (2017), a desinformação é produzida intencionalmente com o objetivo de enganar e gerar danos sociais, econômicos ou políticos, configurando-se como um risco significativo para a integridade do debate público e a confiança nas instituições.

No contexto brasileiro, essa problemática se mostra ainda mais relevante devido à crescente utilização das redes sociais como canais de comunicação política. Plataformas digitais

¹⁴ Graduanda em Comunicação Social-Jornalismo, pela Faculdade Boas Novas de Ciências Teológicas, Social e Biotecnológicas.

¹⁵ Mestrado do Curso de Ciências da Comunicação pela Universidade Federal do Amazonas. Professora de Comunicação Social da Faculdade Boas Novas. Jornalista e Publicitária. E-mail: liliana.rodrigues@fbnovas.edu.br

permitem a rápida propagação de conteúdos falsos, ampliando seu alcance e potencial de impacto sobre a opinião pública. Frente a essa realidade, é essencial investigar de que maneira as fake news se consolidam durante os processos eleitorais e como contribuem para a desinformação política, afetando não apenas a escolha do eleitor, mas também a percepção sobre a credibilidade das informações veiculadas.

O problema de pesquisa que orienta este estudo pode ser definido da seguinte forma: de que maneira as fake news impactam o processo eleitoral brasileiro e a credibilidade da comunicação política? A partir dessa indagação, este trabalho tem como objetivo geral analisar a influência das fake news na desinformação política no Brasil, buscando compreender os mecanismos de disseminação e os efeitos sobre a democracia. Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Conceituar fake news e desinformação política;
- b) Identificar como notícias falsas têm sido utilizadas em disputas eleitorais no Brasil;
- c) Analisar o papel das redes sociais na disseminação de informações falsas;
- d) Verificar os impactos da desinformação sobre a democracia e a confiança nas instituições;
- e) Apresentar medidas de combate e estratégias de mitigação desse fenômeno.

A metodologia adotada para a realização deste estudo será de caráter qualitativo, baseada em pesquisa bibliográfica e documental. Serão analisados publicações acadêmicas, relatórios oficiais, artigos de veículos de comunicação e dados de estudos prévios sobre fake news e desinformação política, a fim de compreender os processos de produção, circulação e recepção das informações falsas no contexto eleitoral brasileiro.

Com isso, espera-se contribuir para o entendimento acadêmico e prático sobre a circulação de notícias falsas, fornecendo subsídios para a formulação de políticas públicas e estratégias de comunicação que fortaleçam a integridade do debate eleitoral e promovam uma cidadania mais informada e crítica.

2 DEFINIR O CONCEITO DE FAKE NEWS E DESINFORMAÇÃO POLÍTICA

As fake news podem ser compreendidas como conteúdos deliberadamente falsos ou distorcidos, criados para enganar, manipular ou influenciar a opinião pública. No contexto político, a desinformação visa direcionar decisões, minar a credibilidade de adversários e alterar

a percepção social sobre determinados temas. Segundo Wardle e Derakhshan (2017), “a desinformação é construída de forma intencional para enganar e provocar danos sociais, políticos ou econômicos”. Esse conceito demonstra que não se trata apenas de informação incorreta ou imprecisa, mas de uma ação estratégica com objetivos específicos.

No Brasil, o fenômeno das fake news ganhou relevância sobretudo com o crescimento do uso das redes sociais e do acesso à internet. Plataformas digitais permitem a rápida disseminação de conteúdos falsos, muitas vezes sem qualquer verificação ou responsabilidade por parte de quem publica. Conforme Moraes:

“Ao serem inseridas no processo político, as fake news não apenas interferem na escolha dos eleitores, mas contaminam o debate democrático, esvaziam o diálogo e criam uma cultura de desconfiança generalizada. Não se trata apenas de mentiras soltas, mas de uma estrutura planejada que opera com o propósito de conquistar poder a qualquer custo.” (2020, p. 143)

Além disso, a desinformação política não se restringe ao ataque pessoal a candidatos, mas envolve a distorção de propostas, dados e posicionamentos, prejudicando a formação de opinião crítica da população. A compreensão do conceito de fake news e desinformação política é fundamental para analisar seus efeitos sobre a democracia e o comportamento eleitoral.

3 IDENTIFICAR COMO NOTÍCIAS FALSAS TÊM SIDO UTILIZADAS EM DISPUTAS ELEITORAIS NO BRASIL

As notícias falsas têm se consolidado como instrumentos estratégicos em campanhas eleitorais no Brasil, sendo empregadas para desestabilizar adversários e influenciar a opinião do eleitorado. A manipulação da informação nas eleições não é aleatória, mas parte de planejamentos que buscam moldar percepções e direcionar decisões de voto. Segundo Ferrari (2022): “As fake news se tornaram um recurso sistemático dentro de campanhas eleitorais, sendo planejadas e disseminadas com o objetivo claro de manipular o comportamento do eleitor”.

O uso de fake news em períodos eleitorais é particularmente preocupante devido ao alcance e à velocidade proporcionados pelas plataformas digitais. Notícias falsas podem criar narrativas artificiais que reforçam estereótipos, intensificam polarizações e obscurecem informações verdadeiras sobre candidatos e propostas. Almeida (2018) reforça que “as fake

news atuam como filtros distorcidos da realidade, criando um cenário político fictício que influencia diretamente o modo como as pessoas percebem os candidatos e suas propostas”.

Diversos casos recentes no Brasil demonstram como essa prática pode interferir nos resultados eleitorais e comprometer a credibilidade do processo democrático. Campanhas de desinformação não apenas atacam a reputação de candidatos, mas também exploram vulnerabilidades cognitivas do público, como a tendência a aceitar informações que confirmam suas crenças preexistentes. Compreender a utilização das fake news em disputas eleitorais é, portanto, essencial para propor estratégias de conscientização, fiscalização e mitigação dos impactos da desinformação sobre a sociedade.

4 ANALISAR O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NA DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES FALSAS

As redes sociais transformaram profundamente a maneira como as informações são consumidas e compartilhadas. Plataformas como Facebook, WhatsApp, Instagram e Twitter funcionam como canais de grande alcance, permitindo que conteúdos se propaguem de forma quase instantânea para milhões de pessoas. Nesse contexto, as fake news encontram terreno fértil para sua disseminação, já que os algoritmos das redes priorizam engajamento, muitas vezes sem avaliar a veracidade das informações. “As redes sociais priorizam conteúdos sensacionalistas ou emocionais, aumentando a circulação de informações falsas em detrimento de dados verificáveis” (RECUERO, 2021, p. 45).

O compartilhamento rápido e o efeito viral característico dessas plataformas ampliam a influência das notícias falsas, tornando difícil para os usuários distinguir entre fatos e boatos. Estudos apontam que conteúdos emocionalmente carregados, mesmo quando falsos, são mais propensos a serem compartilhados e debatidos, influenciando a opinião pública e moldando percepções políticas. Nesse sentido, a circulação de desinformação nas redes sociais não é apenas incidental, mas parte de um ecossistema em que indivíduos e grupos podem explorar vulnerabilidades cognitivas e sociais para alcançar objetivos estratégicos, especialmente em períodos eleitorais. Como afirma Moraes:

“As plataformas digitais funcionam como amplificadoras da desinformação, favorecendo a criação de bolhas informacionais onde os indivíduos têm contato quase exclusivo com conteúdos que confirmam suas crenças.” (2020, p. 157)

Esse fenômeno contribui para a polarização política e reforça preconceitos, limitando a exposição do usuário a perspectivas divergentes e dificultando a construção de um debate público equilibrado.

Dessa forma, compreender o papel das redes sociais na propagação de fake news é fundamental para entender como a desinformação se infiltra no cotidiano político, alterando percepções e decisões de maneira sutil, mas intensa. A análise do funcionamento desses canais digitais evidencia a necessidade de medidas educativas e regulatórias, a fim de promover a literacia midiática e fortalecer a capacidade crítica dos cidadãos frente à circulação de conteúdos falsos e manipuladores.

5 VERIFICAR OS IMPACTOS DA DESINFORMAÇÃO SOBRE A DEMOCRACIA E A CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES

A propagação de fake news tem consequências diretas sobre a qualidade da democracia e a confiança da população nas instituições públicas. A desinformação política não se limita a influenciar o comportamento eleitoral; ela também compromete a legitimidade dos processos democráticos e enfraquece a credibilidade das autoridades, gerando desconfiança generalizada. Segundo Ferrari (2022, p. 78), “A desinformação corrói a base da discussão pública, porque substitui a verdade pelo que se quer acreditar, mesmo sem provas.”

Quando a população passa a duvidar sistematicamente de informações oficiais e de veículos de comunicação tradicionais, o espaço de diálogo democrático se transforma em um ambiente polarizado, onde opiniões se consolidam em torno de crenças pré-existentes, independentemente de sua veracidade. Esse cenário cria uma sociedade fragmentada, em que os indivíduos são menos capazes de avaliar criticamente as políticas públicas ou tomar decisões informadas sobre assuntos de interesse coletivo.

Além disso, a desinformação contribui para a deslegitimação de instituições como tribunais eleitorais, parlamentos e órgãos de fiscalização, tornando-os alvos de ataques baseados em narrativas falsas. Moraes afirma que:

“Ao serem inseridas no processo político, as fake news não apenas interferem na escolha dos eleitores, mas contaminam o debate democrático, esvaziam o diálogo e criam uma cultura de desconfiança generalizada.” (2020, p. 143)

Esse efeito enfraquece os mecanismos de participação cidadã e compromete a confiança nas regras democráticas, pois cidadãos passam a questionar decisões e resultados com base em informações manipuladas.

Diante disso, analisar os impactos da desinformação sobre a democracia é essencial para compreender como notícias falsas podem alterar comportamentos sociais, políticas públicas e relações institucionais. A investigação dessas consequências permite propor estratégias de mitigação, conscientização e fortalecimento da confiança cidadã, sendo um passo fundamental para preservar a integridade dos processos políticos e a estabilidade das instituições democráticas.

6 APRESENTAR MEDIDAS DE COMBATE E ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO DO FENÔMENO.

O combate às fake news e à desinformação política exige ações integradas que envolvam educação midiática, fiscalização institucional, regulação das plataformas digitais e conscientização cidadã. Para além da punição de responsáveis pela disseminação de informações falsas, é necessário fortalecer a capacidade crítica do público, promovendo a alfabetização digital e informacional. Barbosa (2021, p. 212) afirma que “A proteção do voto começa pela garantia de que o eleitor possa decidir com base em dados reais, e não em narrativas falsas criadas para manipular sua percepção.”

Entre as estratégias mais eficazes, destaca-se a implementação de programas educativos que ensinem a identificar notícias falsas e analisar fontes de informação de forma criteriosa. Essa abordagem visa reduzir a vulnerabilidade do eleitor à manipulação, estimulando uma postura ativa e reflexiva frente ao conteúdo consumido. Além disso, plataformas digitais e redes sociais têm adotado mecanismos de checagem de fatos e sinalização de conteúdos duvidosos, o que contribui para limitar a viralização de informações falsas.

A atuação governamental também é relevante, seja por meio de campanhas de conscientização, seja pela criação de legislação que responsabilize difusores de desinformação. Oliveira (2019, p. 114) ressalta que “O combate à desinformação deve ser encarado como uma responsabilidade coletiva, envolvendo instituições, empresas e sociedade civil.” Tais medidas visam não apenas conter a propagação de fake news, mas também fortalecer a democracia, promovendo transparência e confiança nos processos eleitorais.

Portanto, compreender e aplicar essas estratégias de mitigação é fundamental para reduzir os impactos das fake news sobre a opinião pública e garantir que o eleitor possa exercer seu voto de forma consciente. Ao fortalecer mecanismos de controle, educação e fiscalização, a sociedade se torna mais resiliente diante da desinformação, preservando a integridade do debate democrático e a confiança nas instituições políticas.

7 METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, buscando compreender e interpretar o fenômeno das fake news e da desinformação política a partir da percepção dos indivíduos e do referencial teórico existente. A perspectiva qualitativa possibilita analisar fenômenos sociais complexos, considerando valores, atitudes e significados associados à disseminação de informações falsas, tanto em períodos eleitorais quanto no cotidiano.

O estudo foi estruturado em duas etapas complementares: bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica envolveu a consulta a livros, artigos científicos e publicações acadêmicas sobre fake news, comunicação política e desinformação, fornecendo a base teórica necessária para sustentar a análise dos dados coletados.

A pesquisa de campo consistiu na aplicação de um questionário a 50 participantes, com o objetivo de investigar como os cidadãos percebem a disseminação de fake news, tanto durante períodos eleitorais quanto em situações cotidianas. As respostas foram coletadas de forma anônima e voluntária, garantindo a observância dos princípios éticos e a confidencialidade das informações.

Os dados obtidos foram analisados por meio da análise de conteúdo, permitindo identificar padrões e recorrências nas respostas, articulando-os com o referencial teórico. Essa abordagem possibilitou compreender a percepção do público sobre a desinformação política e seus efeitos na formação da opinião pública.

O objetivo metodológico é compreender como a desinformação política se manifesta e é percebida pelos cidadãos brasileiros, especialmente em períodos eleitorais, mas também no cotidiano, avaliando sua influência no comportamento político e na confiança nas instituições democráticas.

Embora a amostra de 50 participantes forneça dados relevantes para a análise qualitativa, ela não permite generalizações amplas sobre o eleitorado brasileiro. Além disso, o

estudo se limita à percepção dos indivíduos, sem realizar a verificação empírica de casos específicos de fake news. Ainda assim, a pesquisa contribui para a compreensão crítica do papel da desinformação política na sociedade e reforça a importância de práticas éticas na comunicação.

8 RESULTADO DA PESQUISA

A pesquisa contou com 52 participantes, de diferentes idades, gêneros e níveis de escolaridade. A maioria (63,5%) tem entre 50 e 60 anos, e houve equilíbrio entre homens e mulheres. Em relação à escolaridade, 55,8% possuem ensino médio completo.

A maioria (56,6%) afirmou encontrar notícias falsas sobre política com frequência, e 88,7% identificaram as redes sociais como principal meio de disseminação. A desinformação é vista como prejudicial ou extremamente prejudicial para a democracia por mais de 90% dos respondentes.

Entre as formas de combate, destacam-se a punição legal (47,1%), a educação midiática (39,2%) e a checagem de fatos (37,3%). Apenas 9,6% consideram que os órgãos públicos atuam de forma eficiente, enquanto a maioria os vê como omissos ou parciais.

As principais razões para acreditar e compartilhar fake news foram a falta de acesso à informação de qualidade (59,6%) e a manipulação emocional (32,7%). Para reduzir o impacto nas eleições, os participantes sugeriram maior fiscalização das plataformas e leis mais rígidas.

Sobre o comportamento diante de notícias falsas, 75% apagam e alertam quem viu, e 61,5% sempre verificam a veracidade antes de compartilhar. Os textos e vídeos (59,6%) são os formatos mais comuns de fake news, seguidos por memes e imagens (21,2%).

No geral, os resultados revelam alta percepção crítica dos respondentes quanto à desinformação política e consciência sobre a importância da checagem e da educação midiática no combate às fake news.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre fake news e desinformação política no Brasil mostrou que a circulação de informações falsas em períodos eleitorais representa um desafio significativo para a

democracia. Políticos e agentes digitais utilizam estratégias de manipulação da informação para influenciar a opinião pública, especialmente por meio das redes sociais.

O estudo também evidenciou a importância da checagem de fatos e da análise documental como ferramentas essenciais para compreender e enfrentar o fenômeno. Além disso, reforça-se a necessidade de medidas educativas que fortaleçam a literacia midiática da população, capacitando-a a identificar e contestar informações falsas.

REFERÊNCIAS

BAQUERO, Marcial. Desinformação e política: fake news e eleições no Brasil. Curitiba: Appris, 2020.

FREITAS, Rafael Rodrigues de; MARTINS, Carolina. Fake news e democracia: a construção da opinião pública na era digital. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2019.

LIMA, Patrícia dos Santos. Comunicação, mídia e desinformação: análise do impacto das fake news no cenário político brasileiro. Brasília: IPEA, 2023.

MIGUEL, Luiz Felipe. Democracia e os meios de comunicação de massa. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

RECUERO, Raquel. Fake News e desinformação: contextos, práticas e epistemologias. Porto Alegre: Sulina, 2021.

LIMA, F. R.; SOUZA, M. A. Fake news e desinformação política no Brasil: impactos nas eleições. Revista Brasileira de Comunicação, v. 15, n. 2, p. 45-60, 2023.

SANTOS, L. P. O papel das mídias sociais na disseminação de notícias falsas durante períodos eleitorais. Cadernos de Comunicação e Política, v. 10, n. 1, p. 88-105, 2022.

OLIVEIRA, R. S.; ALMEIDA, J. F. Desinformação e estratégias políticas: análise de campanhas eleitorais brasileiras. Revista de Estudos Políticos, v. 18, n. 3, p. 123-142, 2023.

JORNALISMO SOCIAL: A RELEVÂNCIA DO JORNALISMO E A TRANSFORMAÇÃO COM AS MÍDIAS DIGITAIS

DO NASCIMENTO, Débora Marques¹⁶
SILVA, Liliana Rodrigues¹⁷

RESUMO

O jornalismo social tem ganhado relevância em um cenário midiático cada vez mais digitalizado, onde a agilidade da informação e o engajamento nas redes sociais transformam a maneira como as notícias são produzidas e consumidas. Com a chegada das mídias digitais, o jornalismo ampliou seu alcance, democratizou o acesso à informação e fortaleceu a voz das comunidades menos representadas. Esta nova dinâmica comunicacional exige dos profissionais uma atuação ética, crítica e inovadora, capaz de unir responsabilidade social à tecnologia. O presente trabalho analisa como as mídias digitais vêm impactando o jornalismo social, destacando sua importância na construção de uma sociedade mais consciente e participativa.

Palavras-chave: Jornalismo Social; Mídias Digitais; Comunicação Social; Inclusão; Transformação Midiática.

ABSTRACT

Social journalism has gained relevance in an increasingly digital media landscape, where the speed of information and the engagement on social networks are transforming the way news is produced and consumed. With the rise of digital media, journalism has expanded its reach, democratized access to information, and strengthened the voice of underrepresented communities. This new communication dynamic demands ethical, critical, and innovative performance from professionals, combining social responsibility with technology. This paper analyzes how digital media has impacted social journalism, highlighting its importance in building a more conscious and participatory society.

Keywords: Social Journalism; Digital Media; Social Communication; Inclusion; Media Transformation.

1 INTRODUÇÃO

Para compreender a importância do jornalismo no cenário contemporâneo, especialmente frente às rápidas transformações tecnológicas, é necessário entender a comunicação como um fenômeno social e dinâmico. A comunicação, nesse sentido, não se restringe à mera troca de mensagens, mas envolve a construção de sentidos e a mediação de realidades. Segundo Sodré (2002), “a comunicação não é apenas transmissão de informações,

¹⁶ Graduanda em Comunicação Social-Jornalismo, pela Faculdade Boas Novas de Ciências Teológicas, Social e Biotecnológicas.

¹⁷ Mestrado do Curso de Ciências da Comunicação pela Universidade Federal do Amazonas. Professora de Comunicação Social da Faculdade Boas Novas. Jornalista e Publicitária. E-mail: liliana.rodrigues@fbnovas.edu.br

mas um processo de construção simbólica da realidade”. Dentro desse processo, o jornalismo ocupa um papel central na produção e difusão de informações de interesse público.

A discussão sobre o papel do jornalismo não é recente. Desde os primórdios da imprensa, ele tem sido instrumento de denúncia, fiscalização e, sobretudo, de mediação entre os fatos e a sociedade. No entanto, com a ascensão das mídias digitais e das redes sociais, a prática jornalística passou por transformações profundas. A velocidade na produção e circulação de conteúdo, o surgimento de novos formatos narrativos e a descentralização da produção de notícias alteraram significativamente as relações entre jornalistas, meios de comunicação e audiência.

Neste contexto, ganha destaque o jornalismo social, que vai além da simples cobertura factual. Trata-se de uma vertente que busca abordar temas ligados à justiça social, inclusão, direitos humanos e desigualdades, oferecendo visibilidade a vozes historicamente marginalizadas. Como aponta Peruzzo (2008), o jornalismo social “se propõe a ser uma prática comprometida com a transformação social, partindo das demandas populares e da escuta ativa das comunidades”. É, portanto, uma forma de jornalismo que valoriza o contexto social das informações, promovendo o diálogo entre diferentes realidades e a construção de uma cidadania mais crítica.

A influência das mídias digitais nesse processo é inegável. Elas não apenas modificaram a forma como o conteúdo é produzido e consumido, mas também possibilitaram o surgimento de novos agentes comunicadores. Hoje, qualquer cidadão com acesso à internet pode produzir conteúdo, o que gerou tanto um aumento na pluralidade de vozes quanto o desafio da desinformação e da superficialidade no consumo de notícias. Assim, o jornalismo social nas mídias digitais se torna também um agente de resistência ética, reforçando o compromisso com a verdade, a verificação dos fatos e o interesse público.

Em relação aos desafios enfrentados pelo jornalismo na atualidade, percebe-se que os principais desafios dizem respeito à credibilidade, ao combate às fake news e à adaptação a novas linguagens e plataformas digitais. A busca por engajamento e visibilidade não pode suprimir a responsabilidade com a apuração dos fatos e com a formação da opinião pública.

Assim, compreender o funcionamento e os impactos do jornalismo social no ambiente digital é essencial para avaliar sua relevância e seu potencial transformador. OBJETIVO GERAL discutir a relevância do jornalismo social e as transformações provocadas pelas mídias digitais na prática jornalística atual. Já os OBJETIVOS ESPECÍFICOS são: a) Compreender

como o jornalismo social atua na mediação de questões sociais relevantes; b) Identificar as principais mudanças no jornalismo com o advento das mídias digitais; c) Analisar como as novas tecnologias têm influenciado a produção e o consumo de notícias; d) Reconhecer os desafios enfrentados pelos profissionais da área no contexto digital; e) Evidenciar as contribuições do jornalismo social para a construção da cidadania; f) Destacar boas práticas jornalísticas que unem engajamento digital e responsabilidade social; g) Refletir sobre os riscos e oportunidades do jornalismo social nas plataformas digitais.

Com base nessa perspectiva, torna-se evidente que o jornalismo, especialmente em sua vertente social, precisa se reinventar constantemente para manter sua relevância e cumprir seu papel social. A utilização estratégica e ética das mídias digitais pode não apenas ampliar o alcance da informação, mas também fortalecer os vínculos entre imprensa e sociedade.

Como afirma Ramonet (2011), “o jornalismo não pode renunciar à sua missão de informar, de formar e de servir ao interesse público, mesmo em meio à avalanche de conteúdo das redes”. Portanto, investigar o jornalismo social e suas transformações nas mídias digitais não é apenas um exercício acadêmico, mas uma contribuição essencial para entender os rumos da informação no século XX.

2 O PAPEL DO JORNALISMO WATCHDOG NA DEMOCRACIA

O jornalismo watchdog, também conhecido como “quarto poder”, desempenha uma função essencial no fortalecimento da democracia ao fiscalizar autoridades e instituições públicas e privadas. Sua atuação assegura maior transparência e promove a accountability, oferecendo à sociedade instrumentos para exigir responsabilidade dos governantes e agentes sociais. “A função mais nobre do jornalismo é manter o poder sob vigilância” (MCQUAIL, 2010, p. 145). Esse modelo jornalístico ultrapassa a mera função informativa, consolidando-se como um verdadeiro mecanismo de controle social.

A credibilidade torna-se um elemento central para a sobrevivência do jornalismo em sociedades complexas e hiperconectadas. Segundo Traquina (2005, p. 87):

A confiança nas notícias vem caindo gradativamente, e as organizações midiáticas buscam reafirmar sua autoridade profissional por meio da checagem de fatos e da produção de reportagens de impacto. É na credibilidade que reside o principal capital simbólico do jornalismo, aquele que o diferencia das demais formas de produção discursiva.

Essa busca pela reafirmação da confiança pública reforça o papel ético e fiscalizador da imprensa, que precisa conciliar agilidade com responsabilidade e precisão.

Casos históricos como o escândalo de Watergate, nos Estados Unidos, e a investigação dos Panamá Papers, de alcance global, demonstram a importância da imprensa investigativa na revelação de práticas ilícitas e na pressão por mudanças institucionais. Esses episódios evidenciam que o jornalismo watchdog não apenas informa, mas também influencia diretamente a dinâmica política, o funcionamento das instituições e a preservação do Estado Democrático de Direito.

No Brasil, agências de checagem como o Estadão Verifica e o Fato ou Fake se consolidaram como ferramentas relevantes de fiscalização, enquanto iniciativas colaborativas como o Projeto Comprova mostram que o jornalismo watchdog tem se reinventado no ambiente digital. Pesquisas apontam que “mais de metade das publicações desmentiu boatos prejudiciais a Lula” durante campanhas eleitorais, o que demonstra como o jornalismo atua na correção de narrativas distorcidas que interferem no processo democrático.

Além disso, o watchdog contribui para a formação de uma esfera pública mais crítica, na qual o cidadão não apenas consome informação, mas também exige transparência e ética das autoridades. Ao denunciar falhas, irregularidades e práticas corruptas, esse tipo de jornalismo fortalece a confiança pública e reafirma a imprensa como um dos pilares da cidadania e da liberdade de expressão.

3 TRANSFORMAÇÕES DIGITAIS: VELOCIDADE, ALCANCE E DESAFIOS

O avanço das tecnologias digitais transformou profundamente o jornalismo contemporâneo. A difusão da internet e das redes sociais ampliou a velocidade e o alcance das informações, permitindo que qualquer pessoa produza e distribua conteúdo. Essa descentralização da comunicação gerou impactos positivos, como a democratização das vozes e a ampliação de pautas antes marginalizadas, mas trouxe também desafios graves, como a proliferação de desinformação e a perda de credibilidade de veículos tradicionais.

Estudos apontam que “notícias falsas, conhecidas popularmente pelo termo fake news, são artigos intencionalmente e comprovadamente falsos, criados para enganar ou manipular o público” (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017). O ambiente digital, ao facilitar a circulação rápida dessas informações, desafia o jornalismo a adotar estratégias de checagem e novas linguagens, como podcasts, vídeos curtos, infográficos e newsletters, para atrair e fidelizar o público.

Exemplo desse movimento é o Projeto Comprova, uma iniciativa colaborativa de mais de 40 veículos brasileiros dedicada a verificar conteúdos suspeitos em circulação. Esse modelo mostra como o jornalismo digital tenta equilibrar velocidade e precisão, mantendo sua relevância em um cenário marcado pela fragmentação da atenção e pela competição com influenciadores digitais e produtores independentes.

As transformações digitais, portanto, não se limitam a mudanças tecnológicas, mas implicam uma reconfiguração profunda das práticas jornalísticas, exigindo maior rigor, ética e capacidade de adaptação. O jornalista contemporâneo precisa ir além da função de mediador de informações, tornando-se também um curador de conteúdos, capaz de contextualizar, selecionar e explicar os fatos com responsabilidade. Segundo Rosental Calmon Alves (2019, p. 87):

O jornalista contemporâneo precisa ser multitarefa, crítico e adaptável, dominando as ferramentas digitais sem perder o compromisso ético com a verdade. A essência do jornalismo continua sendo a apuração rigorosa e o serviço ao interesse público, mas o contexto atual exige novas competências, linguagens e formatos para manter o vínculo de confiança com a sociedade.

4 FACT-CHECKING E COMBATE À DESINFORMAÇÃO

A checagem de fatos (fact-checking) consolidou-se nas últimas décadas como uma ferramenta indispensável no enfrentamento à desinformação. Mais do que uma técnica, o fact-checking representa uma estratégia editorial que reforça a credibilidade jornalística e preserva a integridade do debate público. Como destaca Graves (2016, p. 21), “fact-checking serves as a defensive bulwark against fake news, keeping public discourse rooted in truth and reality”.

No Brasil, o Projeto Comprova encerrou sua terceira fase em 2021, analisando 283 conteúdos suspeitos, dos quais apenas oito foram confirmados como verdadeiros; os demais foram classificados como falsos ou enganosos. Esse dado ilustra a gravidade da desinformação e evidencia a importância de mecanismos permanentes de checagem e de iniciativas voltadas à educação midiática.

Além de projetos institucionais, iniciativas independentes e colaborativas vêm ganhando espaço, utilizando recursos tecnológicos como inteligência artificial e cruzamento de dados para acelerar os processos de verificação. Com isso, o jornalismo reafirma sua função como “guardião da verdade”, combatendo a manipulação de informações e buscando recuperar a confiança do público. Segundo a jornalista Eliane Brum (2020, p. 134):

O jornalismo precisa se libertar do modelo comercial tradicional e se reconectar com a sociedade, oferecendo conteúdo que tenha valor real para as pessoas. A credibilidade da imprensa não será restaurada apenas com tecnologia, mas com uma prática comprometida com a escuta, a empatia e a verdade.

O fact-checking, portanto, deve ser compreendido não apenas como um recurso técnico, mas como um pilar ético e social do jornalismo contemporâneo, com potencial para garantir maior transparência e proteger a democracia de distorções informativas. Nesse sentido, a sustentabilidade do jornalismo depende tanto da inovação tecnológica quanto da reconstrução da confiança pública.

5 ÉTICA JORNALÍSTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

A ética no jornalismo é o alicerce que sustenta sua legitimidade social. Fundada em princípios como a verdade, a precisão, a imparcialidade e o compromisso com o interesse público, a ética jornalística funciona como parâmetro para orientar a prática profissional em cenários cada vez mais complexos.

No Brasil, o Código de Ética da FENAJ (2007) estabelece como dever do jornalista “a divulgação da informação precisa e correta”, enquanto a Declaração de Princípios da Federação Internacional de Jornalistas (1954) afirma que o dever supremo do profissional é “servir à causa do direito a uma informação verídica e autêntica”. Esses documentos reforçam que a responsabilidade do jornalismo ultrapassa a objetividade técnica — trata-se de um compromisso social e democrático com a construção de uma esfera pública ética e plural.

Na prática, a ética jornalística se manifesta ao dar voz a grupos marginalizados, denunciar desigualdades e ampliar debates sobre direitos humanos, gênero e raça. Dessa forma, o jornalismo contribui para a promoção da justiça social e para a consolidação de uma cidadania ativa. Segundo a jornalista Eliane Brum (2019, p. 56):

Um jornalismo ético é aquele que não se limita a informar, mas que questiona o poder, denuncia abusos e promove a inclusão social. Ser ético é ouvir quem foi silenciado, investigar o que foi ocultado e escrever com responsabilidade sobre o outro, reconhecendo que cada palavra tem peso e consequência.

Em tempos de desinformação e manipulação de narrativas, a responsabilidade social do jornalismo torna-se ainda mais evidente. Cabe ao profissional equilibrar o interesse público com o respeito à dignidade individual, evitando o sensacionalismo e assegurando um debate público saudável. A preocupação ética também envolve a proteção das fontes, o respeito à privacidade e o cuidado com a linguagem, prevenindo a disseminação de discursos de ódio e estigmatização.

Além disso, o avanço das tecnologias digitais impõe novos desafios éticos, como a verificação de informações em tempo real, a gestão de algoritmos que influenciam o consumo de notícias e o combate à desinformação. Conforme aponta Wardle (2018, p. 42), “a ética jornalística deve evoluir para enfrentar os riscos e as oportunidades da era digital, sem abrir mão dos princípios que fundamentam a credibilidade e a responsabilidade do ofício”.

Portanto, a ética jornalística e a responsabilidade social não são meros conceitos teóricos, mas pilares indispensáveis para a construção de um jornalismo comprometido com a verdade, a justiça e a democracia, um jornalismo capaz de responder aos desafios de um mundo em constante transformação.

6 FORMAÇÃO PROFISSIONAL E CONFIANÇA PÚBLICA

A confiança do público no jornalismo está diretamente relacionada à formação ética e técnica de seus profissionais. Em um cenário marcado pela velocidade das informações e pela multiplicação de fontes, a preparação acadêmica e a educação midiática tornam-se fundamentais para sustentar padrões elevados de qualidade e credibilidade.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece a importância de formar cidadãos críticos, capazes de analisar e interpretar conteúdos midiáticos de maneira consciente e responsável. No contexto internacional, iniciativas como o News Literacy Project, nos Estados Unidos, e programas brasileiros de alfabetização midiática reforçam a necessidade de preparar tanto jornalistas quanto o público para lidar com fluxos informacionais complexos.

Conselhos profissionais, cursos de extensão e capacitações permanentes também são essenciais para que os jornalistas mantenham padrões éticos e técnicos diante das transformações do ecossistema digital. Como afirmam Kovach e Rosenstiel (2010, p. 119), “a credibilidade jornalística depende da habilidade de conectar conhecimento, ética e responsabilidade pública”. Essa interdependência revela que a confiança não nasce apenas da

técnica, mas do compromisso moral com o interesse coletivo. Segundo Sylvia Moretzsohn (2013, p. 78):

A formação crítica é a base para um jornalismo que não apenas relata os fatos, mas que compreende seu contexto, suas causas e consequências sociais. O jornalista precisa enxergar além do acontecimento imediato, buscando o entendimento profundo das estruturas que moldam a realidade que ele narra.

Investir em formação profissional e educação midiática, portanto, não é apenas uma exigência do mercado, mas uma necessidade democrática. Somente uma imprensa qualificada pode cumprir plenamente seu papel de informar, fiscalizar e fortalecer a cidadania. Essa confiança, contudo, não se constrói apenas por meio do domínio técnico, mas também pela sensibilidade social dos profissionais, um atributo indispensável à construção de um jornalismo verdadeiramente humano, ético e transformador.

7 METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender como as mídias digitais impactam o jornalismo social, especialmente em sua função de promover inclusão, cidadania e responsabilidade ética. A abordagem qualitativa permite interpretar fenômenos comunicacionais de forma ampla, considerando valores, percepções e significados atribuídos pelos indivíduos à atuação jornalística no ambiente digital. O estudo foi desenvolvido em duas etapas complementares: bibliográfica e de campo.

A pesquisa bibliográfica envolveu o levantamento e a análise de obras, artigos científicos, dissertações e publicações acadêmicas relacionadas ao jornalismo social, à ética profissional, às transformações tecnológicas e ao combate à desinformação. Essa etapa teve como finalidade estabelecer a base teórica que sustentou as reflexões do trabalho, com destaque para autores como Peruzzo (2008), Traquina (2005), Kovach e Rosenstiel (2010), Ramonet (2011) e Sodré (2002).

A pesquisa de campo foi realizada por meio da aplicação de um questionário estruturado, composto por perguntas abertas e fechadas, com o intuito de investigar a percepção do público sobre o jornalismo social, o uso das mídias digitais e o consumo de notícias nas plataformas online. O questionário foi respondido por 32 participantes, de forma anônima e voluntária, respeitando os princípios éticos e garantindo a confidencialidade das informações.

As respostas foram tratadas por meio da análise de conteúdo (Bardin, 2011), o que possibilitou identificar padrões, tendências e percepções nas falas dos respondentes, relacionando-as com o referencial teórico construído na etapa bibliográfica. Essa análise permitiu compreender de que maneira o público percebe o papel do jornalismo social nas mídias digitais e quais são os principais desafios e oportunidades identificados nesse cenário.

O objetivo metodológico deste estudo é analisar como o jornalismo social se manifesta e se adapta ao contexto digital, articulando a revisão teórica com a percepção dos indivíduos. A combinação entre as etapas bibliográfica e de campo possibilitou uma compreensão mais completa e crítica do tema, integrando fundamentos teóricos e dados empíricos.

8 RESULTADO DA PESQUISA

No total, 32 pessoas participaram do questionário, trazendo percepções que ajudaram a compreender o comportamento informacional e a relação de confiança com os meios de comunicação.

Os resultados mostram que a maioria dos participantes consome notícias com frequência (36,7%), enquanto uma parcela menor declarou nunca (13,3%) ou raramente (10%) acompanhar conteúdos jornalísticos. Esse dado indica que, mesmo com a grande oferta de informação, ainda há variação na regularidade de consumo, o que pode estar relacionado à rotina ou ao interesse individual por temas informativos.

Em relação aos meios de informação, as redes sociais (78,1%) aparecem como principal fonte de notícias, seguidas pela televisão (56,3%), sites de notícias (40,6%) e jornais impressos (31,3%). Já o rádio (9,4%) e os aplicativos de mensagens (15,6%) apresentam menor alcance. Esses números reforçam a predominância das plataformas digitais no acesso à informação, refletindo a transição do jornalismo tradicional para o ambiente online.

Quando questionados sobre a confiança nas informações veiculadas em redes sociais, 40,6% dos participantes afirmaram confiar pouco, e 21,9% disseram não confiar. Outros 34,4% declararam confiar moderadamente, enquanto 3,1% confiam bastante e nenhum confia totalmente. Esse resultado evidencia um sentimento de desconfiança generalizada quanto à credibilidade das informações disseminadas nesses espaços digitais.

Quanto ao hábito de compartilhar notícias, 50% dos respondentes admitiram já ter compartilhado sem verificar a veracidade, enquanto 28,1% o fazem raramente e 18,8%

afirmaram nunca ter feito isso. Essa prática reforça a importância da educação midiática e da conscientização sobre o impacto da desinformação no ambiente digital.

Sobre o conhecimento do conceito de fake news, a maioria demonstrou familiaridade: 18,8% afirmaram conhecer muito bem, 25% conhecem moderadamente, 12,5% conhecem bem, enquanto 37,5% disseram conhecer pouco e apenas 6,3% declararam não conhecer. Isso mostra que o termo já é amplamente reconhecido, embora nem todos compreendam suas causas e consequências em profundidade.

Entre as consequências mais apontadas pela disseminação de fake news estão a confusão pública (71,9%), o prejuízo à reputação de pessoas ou instituições (62,5%), a influência indevida em decisões políticas (53,1%) e os danos à saúde pública (43,8%). Esses resultados demonstram que os participantes têm consciência dos impactos sociais e políticos provocados pela desinformação.

Apesar desse reconhecimento, 59,4% dos entrevistados nunca utilizaram ferramentas de checagem de fatos, enquanto apenas 21,9% afirmaram recorrer a elas ocasionalmente. Isso revela que, embora exista consciência sobre as fake news, o uso de recursos de verificação ainda é limitado entre os usuários comuns.

A percepção sobre a imparcialidade do jornalismo também foi abordada. Os dados mostram que 40,6% consideram o jornalismo majoritariamente tendencioso e 25% o veem como totalmente tendencioso. Em contrapartida, apenas 12,5% acreditam que seja majoritariamente imparcial e 9,4% o consideram totalmente imparcial. Essa percepção reflete uma crise de confiança que afeta diretamente a credibilidade da imprensa contemporânea.

Quanto à relação entre o jornalismo digital e as fake news, 25% dos participantes concordam totalmente que o jornalismo online é mais suscetível à desinformação, enquanto 31,3% concordam parcialmente. Apenas 6,3% discordam, o que evidencia a percepção de que a instantaneidade e o alto volume de informações nas plataformas digitais aumentam o risco de propagação de notícias falsas.

Sobre a transparência editorial, a maioria dos participantes considera esse aspecto essencial: 43,8% classificam como muito importante e 31,3% como extremamente importante que os jornalistas explicitem suas fontes e métodos de apuração. Isso demonstra uma exigência crescente por responsabilidade e ética profissional na prática jornalística.

A pesquisa também revelou que 37,5% dos respondentes nunca participaram de iniciativas de educação midiática, enquanto 34,4% disseram participar raramente e apenas

18,8% afirmaram ter participado às vezes. Esses dados reforçam a necessidade de promover ações educativas que estimulem o consumo crítico de informações.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foi possível perceber que o jornalismo contemporâneo enfrenta um momento desafiador, marcado por transformações tecnológicas profundas, mudanças no comportamento da audiência e um cenário de crescente desinformação. Diante disso, torna-se ainda mais relevante refletir sobre o papel social do jornalismo e a necessidade de práticas comprometidas com a ética, a verdade e a responsabilidade pública.

REFERÊNCIAS

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas. Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Aprovado em Congresso Nacional Extraordinário, São Paulo, 2007

GRAVES, Lucas. Deciding What's True: The Rise of Political Fact-Checking in American Journalism. New York: Columbia University Press, 2016.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. Os elementos do jornalismo: O que os jornalistas devem saber e o que o público deve exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

MORETZSOHN, Sylvia. O jornalista e o compromisso com a verdade. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 57–75, jan./jun. 2013.

PERUZZO, C. M. K. Jornalismo social e comunicação para a cidadania: A emergência de um novo paradigma comunicacional. Revista Comunicação & Sociedade, v. 29, n. 50, p. 155–178, 2008.

RAMONET, Ignacio. A explosão do jornalismo: Das mídias de massa à massa de mídias. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SODRÉ, Muniz. A ciência do comum: Notas para o tempo presente. Petrópolis: Vozes, 2002.

MISSÕES COMUNITÁRIAS NA AMAZÔNIA: O OLHAR DO JORNALISMO SOCIAL

FREIRE, Deborah Araújo¹⁸
SILVA, Liliana Rodrigues¹⁹

RESUMO

Este artigo analisa a relevância das missões comunitárias na Amazônia sob a ótica do jornalismo social, discutindo como a cobertura jornalística pode contribuir para dar visibilidade às comunidades em situação de vulnerabilidade. O estudo utiliza conceitos do jornalismo como serviço público, aproximando a prática jornalística das realidades locais. Além disso, apresenta relatos de experiências em comunidades como Nova Esperança (Tiú, Tarumã-Açu) e Murutinga, destacando as dificuldades de acesso e a ausência de políticas públicas. Por fim, discute os desafios e possibilidades da cobertura jornalística em áreas isoladas da Amazônia.

Palavras-chave: jornalismo social; Amazônia; missões comunitárias; cobertura jornalística.

ABSTRACT

This paper analyzes the relevance of community missions in the Amazon from the perspective of social journalism, discussing how media coverage can contribute to giving visibility to vulnerable communities. The study uses concepts of journalism as a public service, bringing journalistic practice closer to local realities. In addition, it presents experience reports from communities such as Nova Esperança (Tiú, Tarumã-Açu) and Murutinga, highlighting access difficulties and the absence of public policies. Finally, it discusses the challenges and possibilities of journalistic coverage in isolated areas of the Amazon.

Keywords: social journalism; Amazon; community missions; media coverage.

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia, frequentemente retratada pela mídia nacional e internacional como um espaço de grande biodiversidade e vastidão natural, ainda sofre com a invisibilidade de suas populações tradicionais. Povos indígenas, ribeirinhos e comunidades rurais enfrentam dificuldades sociais, políticas e econômicas que raramente ganham espaço nos noticiários.

Nesse contexto, as missões comunitárias — organizadas por grupos religiosos, organizações sociais ou coletivos independentes — cumprem um papel fundamental na promoção de direitos básicos e no fortalecimento do tecido social. Paralelamente, o jornalismo social tem a função de dar voz a essas comunidades e tornar públicas suas necessidades locais.

¹⁸ Graduanda em Comunicação Social-Jornalismo, pela Faculdade Boas Novas de Ciências Teológicas, Social e Biotecnológicas.

¹⁹ Mestrado do Curso de Ciências da Comunicação pela Universidade Federal do Amazonas. Professora de Comunicação Social da Faculdade Boas Novas. Jornalista e Publicitária. E-mail: liliana.rodrigues@fbnovas.edu.br

Minha atuação profissional também se insere nesse cenário. Como integrante da Missão Teshuvá, da Igreja Mir Centro Sul, atuo na área de comunicação e sou responsável pela cobertura midiática das ações comunitárias. A igreja mantém uma emissora de TV com estúdio próprio e, a partir desse espaço, realiza a produção e divulgação de conteúdos sobre as missões. Essa experiência evidencia a importância da mídia como ferramenta de transformação social, pois possibilita que o trabalho realizado em comunidades indígenas e ribeirinhas alcance um público mais amplo em Manaus, por meio das redes sociais e da televisão.

O presente artigo busca refletir sobre a relação entre missões comunitárias e jornalismo social, tomando como base experiências vividas em comunidades amazônicas, como Nova Esperança (Tiú, Tarumã-Açu) e Murutinga, além de discutir os desafios e possibilidades da cobertura jornalística em áreas isoladas da região.

2 AS MISSÕES COMUNITÁRIAS NA AMAZÔNIA

As missões comunitárias têm se mostrado fundamentais para suprir lacunas deixadas pela ausência do poder público em comunidades amazônicas. Essas ações, frequentemente lideradas por voluntários, oferecem serviços básicos como atendimentos de saúde, psicologia e odontologia, além da distribuição de roupas e cestas básicas.

Além de contribuir diretamente para a melhoria da qualidade de vida, essas missões reforçam valores de solidariedade e coletividade, aproximando diferentes setores da sociedade. Contudo, a escassa cobertura jornalística dessas iniciativas reforça a necessidade de um jornalismo engajado, que reconheça o impacto dessas ações e amplie suas vozes.

3 O JORNALISMO SOCIAL COMO MEDIADOR

O jornalismo social se caracteriza por ir além da simples transmissão de informações. Sua prática envolve o compromisso de dar visibilidade a grupos marginalizados, promover a cidadania e estimular o debate público.

No contexto amazônico, a função mediadora do jornalismo social é ainda mais necessária. O jornalista atua como ponte entre comunidades invisibilizadas e a sociedade urbana, promovendo narrativas que revelam desigualdades, mas também potencialidades.

Ao abordar as missões comunitárias, o jornalismo social assume o papel de registrar, valorizar e difundir histórias de resistência, ampliando o alcance de vozes que, de outra forma, permaneceriam silenciadas.

4 RELATOS DE EXPERIÊNCIA: COMUNIDADES NOVA ESPERANÇA E MURUTINGA

A experiência vivida na comunidade Nova Esperança, conhecida como Tiú e localizada no Tarumã-Açu, ilustra de forma concreta os desafios de cobrir ações comunitárias na Amazônia. Para chegar ao local, foi necessário atravessar o rio em uma rabeta, enfrentando ventos fortes e correnteza. O trajeto revelou as dificuldades logísticas enfrentadas tanto pelos moradores quanto pelos profissionais de comunicação.

Já na comunidade, o deslocamento a pé evidenciou a distância entre as casas e a precariedade da infraestrutura. Não havia presença de autoridades ou serviços básicos, o que demonstra a situação de vulnerabilidade social. Nesse cenário, a reportagem buscou mostrar a realidade vivida pelos moradores em época de seca, reforçando a importância de dar visibilidade às demandas locais.

Outra experiência significativa ocorreu na comunidade indígena Murutinga, acessível apenas após horas de viagem em barco alugado. No local, a distância entre os pontos de atendimento reforça o esforço coletivo dos profissionais envolvidos na missão.

Nesses contextos, a comunicação cumpre papel essencial: ao registrar e difundir os resultados por meio das redes sociais e da TV Mir Centro Sul, amplia-se o alcance das ações e incentiva-se a solidariedade de novos apoiadores.

5 DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA COBERTURA JORNALÍSTICA

A cobertura jornalística de missões comunitárias na Amazônia enfrenta inúmeros desafios. O primeiro é o acesso físico, marcado por longas distâncias, rios extensos e condições ambientais adversas. Além disso, a ausência de políticas públicas e de infraestrutura básica dificulta não apenas a vida das comunidades, mas também o trabalho dos jornalistas.

Outro obstáculo é a falta de interesse das grandes emissoras em pautar comunidades distantes dos centros urbanos. Muitas vezes, histórias relevantes acabam invisíveis diante da lógica comercial do jornalismo.

Por outro lado, essas dificuldades também representam oportunidades. Ao superar barreiras geográficas e sociais, o jornalista pode construir narrativas potentes, capazes de sensibilizar a sociedade e estimular ações concretas de transformação. O jornalismo social, nesse sentido, mostra-se essencial para mobilizar a opinião pública e pressionar por políticas que alcancem populações marginalizadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As missões comunitárias na Amazônia revelam a força da solidariedade em territórios historicamente marcados pela ausência do Estado. Ao registrar essas iniciativas, o jornalismo social cumpre um papel fundamental de mediação, ampliando vozes e construindo pontes entre comunidades isoladas e a sociedade mais ampla.

Os relatos vividos em Nova Esperança e Murutinga evidenciam tanto os desafios de deslocamento e cobertura quanto a urgência de dar visibilidade às demandas locais. Conclui-se, portanto, que a atuação do jornalismo social não se limita a informar, mas também contribui para transformar realidades e promover justiça social.

REFERÊNCIAS

TRAQUINA, Nelson. Líder da comunidade: Marília Silva. Teorias do jornalismo: por que as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.

WOLF, Mauro. Teorias da comunicação. Lisboa: Presença, 2005.

O PAPEL TRANSFORMADOR DO JORNALISMO SOCIAL NA REPRESENTAÇÃO DE COMUNIDADES VULNERÁVEIS

RAMOS, Daniel Eduardo²⁰
SILVA, Liliana Rodrigues²¹

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o impacto do jornalismo social na visibilidade e inclusão de comunidades vulneráveis, investigando como a cobertura midiática pode influenciar a formulação de políticas públicas e a promoção de direitos sociais. Assim como, busca descrever as representações dessas populações nos meios de comunicação, identificar padrões e estereótipos, e relatar casos específicos onde a cobertura jornalística resultou em mudanças significativas.

Palavra-Chave: Jornalismo social, visibilidade, inclusão, comunidades vulneráveis, políticas públicas.

ABSTRACT

This research aims to analyze the impact of social journalism on the visibility and inclusion of vulnerable communities, investigating how media coverage can influence public policymaking and the promotion of social rights. It also seeks to describe the representations of these populations in the media, identify patterns and stereotypes, and report specific cases where news coverage resulted in significant changes.

Keywords: Social journalism, visibility, inclusion, vulnerable communities, public policy.

1 INTRODUÇÃO

O jornalismo social tem um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, pois é por meio da visibilidade que as comunidades vulneráveis conseguem ter suas vozes ouvidas e suas necessidades reconhecidas. Ao dar espaço para essas populações nos meios de comunicação, o jornalismo contribui diretamente para sua inclusão na sociedade, ajudando a quebrar o ciclo de invisibilidade e exclusão que afeta tantas pessoas.

A visibilidade gerada por uma cobertura jornalística sensível e responsável pode mobilizar o poder público, gerar empatia na opinião pública e até estimular mudanças concretas, como melhorias em políticas públicas ou serviços essenciais.

²⁰ Graduando em Comunicação Social-Jornalismo, pela Faculdade Boas Novas de Ciências Teológicas, Social e Biotecnológicas.

²¹ Mestrado do Curso de Ciências da Comunicação pela Universidade Federal do Amazonas. Professora de Comunicação Social da Faculdade Boas Novas. Jornalista e Publicitária. E-mail: liliana.rodrigues@fbnovas.edu.br

Na prática, isso pode ser percebido em situações como a que vivenciei durante uma excursão de Manaus até Brasília pela BR-319. Ao chegar em Várzea Grande (MT), nos deparamos com um protesto de moradores de uma área periférica que estavam há mais de 21 dias sem água. Eles fecharam uma avenida importante e exigiam a presença da imprensa para liberar a pista. Como equipe de televisão de Manaus, mesmo sendo de fora, fomos ouvidos por eles, registramos as denúncias, ouvimos os moradores e procuramos a prefeitura. No mesmo fim de semana, a reportagem foi ao ar e, na segunda-feira, o município começou a tomar providências. Esse caso mostra claramente como o jornalismo pode servir de ponte entre a comunidade e o poder público, sendo um agente direto de transformação. Para que isso aconteça de forma responsável, é necessário que os profissionais adotem estratégias e formatos que priorizem a escuta ativa, o respeito à realidade local e a construção de narrativas que representem essas pessoas com dignidade. Reportagens especiais, documentários, coberturas em tempo real nas redes sociais e projetos de jornalismo comunitário são alguns dos caminhos possíveis. O compromisso vai além de informar: é acompanhar o problema, dar continuidade e garantir que aquela pauta não seja esquecida após a primeira publicação.

Outro ponto essencial é evitar o fortalecimento de estereótipos. Muitas vezes, a mídia tradicional reforça imagens negativas dessas comunidades, apresentando-as apenas como locais de miséria ou violência. O jornalismo social precisa romper com isso, mostrando também as potências, as histórias de superação, o senso de coletividade e a luta diária dessas pessoas. É por meio de uma abordagem ética e humanizada que o jornalismo pode contribuir, de fato, para mudanças sociais importantes.

Esta pesquisa tem como enfoque principal analisar o impacto do jornalismo social na visibilidade e inclusão de comunidades vulneráveis, investigando de que forma a midiática pode influenciar a formulação de políticas públicas, a promoção de direitos sociais e a construção de narrativas que favorecem ou dificultam a representação dessas populações, assim como:

- a) Levantar os principais conceitos teóricos sobre o jornalismo social, focando na sua importância como ferramenta de visibilidade para comunidades vulneráveis.
- b) Descrever como essas populações são retratadas nos meios de comunicação, examinando os padrões e estereótipos que podem surgir nessas representações.
- c) Identificação de casos específicos em que a cobertura jornalística teve um impacto significativo, seja na promoção de políticas públicas, na conscientização social ou na melhoria das condições de vida dessas comunidades.

Diante disso, esta pesquisa tem interesse em aprofundar o entendimento sobre o papel do jornalismo social, refletindo sobre como ele pode ser ferramenta de inclusão e transformação, e apontando caminhos para uma comunicação mais sensível, eficaz e comprometida com a justiça social.

2 JORNALISMO SOCIAL

O jornalismo social tem sido cada vez mais reconhecido como uma prática que ultrapassa a simples função de informar, assumindo um papel ativo na construção de uma sociedade mais justa e plural. Segundo Peruzzo (2004), o jornalismo social visa ampliar a voz dos grupos historicamente marginalizados, contribuindo para a formação de uma cidadania crítica e participativa. Trata-se de uma abordagem comprometida com as transformações sociais, em que o jornalista atua não apenas como mediador, mas como agente ativo no processo de mudança.

De acordo com Traquina (2005), a construção da realidade pela mídia está diretamente relacionada à forma como os fatos são enquadrados e representados. Isso se torna ainda mais relevante no contexto das comunidades vulneráveis, que muitas vezes são retratadas sob uma ótica de estigmatização e estereótipos. O jornalismo social propõe uma inversão dessa lógica, buscando compreender e refletir as vivências locais com sensibilidade, ética e respeito às identidades coletivas.

Paulo Freire (1996), ao tratar da pedagogia da libertação, destaca a importância da escuta e do diálogo como fundamentos de qualquer processo transformador. Essa perspectiva se alinha diretamente ao jornalismo social, que propõe a escuta ativa e a construção de narrativas mais horizontais. O jornalista, nesse contexto, precisa abandonar a postura de superioridade e assumir o papel de interlocutor comprometido com a verdade dos fatos e das pessoas.

Bourdieu (1997) também contribui com sua crítica à lógica mercantil da mídia tradicional, que tende a privilegiar conteúdos sensacionalistas em detrimento de pautas relevantes do ponto de vista social. O jornalismo social, nesse cenário, se apresenta como um contraponto, ao valorizar histórias humanas que promovem empatia e mobilizam a opinião pública.

Portanto, o referencial teórico que embasa esta pesquisa dialoga com autores que defendem uma prática jornalística ética, transformadora e voltada para a promoção da dignidade humana, sobretudo no tratamento dado às populações em situação de vulnerabilidade social. A proposta é pensar um jornalismo que não apenas informa, mas que eduque, denuncie injustiças e estimule a transformação social.

3 JORNALISMO SOCIAL COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO

O jornalismo social se destaca como uma ferramenta essencial para a inclusão de comunidades marginalizadas, pois não só proporciona visibilidade, mas também permite que essas vozes sejam ouvidas em um espaço que frequentemente silencia. Como afirma Gans (2004), o jornalismo tem a responsabilidade de refletir a diversidade da sociedade e dar espaço para que as vozes das minorias sejam ouvidas, contribuindo para um debate público mais amplo e representativo. Essa responsabilidade é crucial para a construção de uma sociedade mais equitativa, onde as necessidades e histórias das comunidades vulneráveis são não apenas reconhecidas, mas também valorizadas.

A cobertura jornalística sensível e responsável pode mobilizar mudanças significativas nas políticas públicas, destacando a importância da mídia como agente de transformação social. Segundo Couldry (2010), a mídia não apenas reflete a realidade, mas também a molda, influenciando a percepção do público e as prioridades dos tomadores de decisão. Essa perspectiva é corroborada por casos documentados em que a pressão da cobertura midiática resultou em ações concretas por parte de governos, como melhorias em serviços essenciais em áreas periféricas. Um exemplo claro é o caso de comunidades que, após protestos divulgados pela mídia, conseguiram acesso a serviços básicos, demonstrando como o jornalismo social pode ser um catalisador para a mudança.

Entretanto, para que essa cobertura seja efetiva, é fundamental que o jornalismo evite a reprodução de estereótipos prejudiciais. Hall (1997) argumenta que as representações na mídia não são apenas reflexos da realidade, mas também desempenham um papel ativo na construção de identidades sociais. A forma como as comunidades são retratadas pode reforçar preconceitos e criar imagens negativas, o que torna imprescindível uma abordagem ética e humanizada no jornalismo social. Essa abordagem deve não apenas informar, mas também respeitar a

dignidade das comunidades retratadas, apresentando suas potências, histórias de superação e a luta diária que enfrentam.

Todavia, a prática do jornalismo social deve incluir a escuta ativa e a participação das comunidades na construção das narrativas. Como observado por Tuchman (1978), a representação é uma construção social que pode ser moldada por aqueles que a vivem. Portanto, é fundamental que os profissionais de mídia se comprometam a ouvir as vozes das comunidades e a construir narrativas que reflitam suas realidades de maneira justa e digna. Isso não só enriquece o conteúdo jornalístico, mas também fortalece a conexão entre a mídia e a comunidade.

Sendo assim, o jornalismo social, ao se comprometer com uma cobertura justa e inclusiva, contribui para a formação de uma sociedade mais consciente e empática. A mídia não é apenas um veículo de informação, mas também um agente de mudança social, capaz de dar voz a quem mais precisa e de lutar por uma realidade mais justa e igualitária.

4 ESTEREÓTIPOS MIDIÁTICOS E A INVISIBILIDADE SOCIAL

Os estereótipos midiáticos desempenham um papel significativo na construção da imagem de grupos sociais, frequentemente contribuindo para a invisibilidade e marginalização de comunidades vulneráveis. Como argumenta Hall (1997):

A representação é uma construção social, um processo de significação que envolve a utilização de códigos e convenções. Neste sentido, a mídia não apenas descreve a realidade, mas também a molda, influenciando como percebemos os grupos sociais. As imagens que circulam nas mídias têm o poder de reforçar estereótipos, levando à formação de identidades sociais que podem ser limitadas e prejudiciais, deixando de lado a complexidade das experiências humanas. (HALL, 1997, p. 2)

Essa construção pode reforçar preconceitos existentes e limitar a compreensão pública sobre a complexidade das realidades enfrentadas por essas comunidades.

A forma como a mídia retrata minorias étnicas, grupos de baixa renda e pessoas com deficiência, por exemplo, muitas vezes perpetua narrativas simplificadas e negativas. Segundo Van Dijk (1993):

A mídia é um dos principais agentes de socialização e, como tal, desempenha um papel crucial na formação de opiniões e atitudes em relação a grupos sociais. Quando a mídia perpetua estereótipos negativos, ela não apenas informa, mas também contribui para a marginalização de certos grupos. Isso ocorre porque as representações midiáticas influenciam a construção de uma 'realidade social' que pode ser distorcida

e tendenciosa, resultando em uma visão simplificada e frequentemente negativa de comunidades vulneráveis. (VAN DIJK, 1993, p. 45)

A repetição de imagens negativas pode levar à desumanização dessas comunidades, tornando-as invisíveis aos olhos da sociedade em geral. Isso é particularmente evidente em reportagens que abordam a violência em áreas periféricas, onde a cobertura frequentemente ignora as histórias de resiliência e superação, focando apenas em aspectos negativos.

Além disso, a invisibilidade social resultante desses estereótipos tem implicações diretas nas políticas públicas. Como observa Couldry (2010), “quando as vozes de certos grupos são sistematicamente silenciadas, isso se reflete em decisões políticas que não atendem às suas necessidades”(p.78). A falta de representação adequada nos meios de comunicação pode perpetuar um ciclo de exclusão, onde as políticas públicas não consideram as realidades vividas por essas comunidades. Assim, a ausência de uma narrativa diversificada e inclusiva pode resultar em lacunas significativas na formulação de políticas que buscam abordar as desigualdades sociais.

É crucial que o jornalismo adote uma abordagem crítica em relação à representação midiática, questionando os estereótipos e buscando apresentar narrativas mais equilibradas e complexas. Como enfatiza Tuchman (1978):

A construção da realidade pela mídia é um processo complexo que envolve não apenas a seleção de histórias, mas também o modo como essas histórias são contadas. A mídia tem a capacidade de moldar a percepção pública através da repetição de certos temas e narrativas, muitas vezes em detrimento de uma representação mais justa e equilibrada. Isso é particularmente preocupante quando se trata de comunidades que já enfrentam a marginalização, pois a mídia pode reforçar estereótipos que limitam a compreensão pública de suas realidades. (TUCHMAN, 1978, p. 15)

Profissionais de mídia devem se comprometer a ouvir as vozes das comunidades que cobrem, apresentando suas histórias com dignidade e humanidade, e evitando a perpetuação de imagens que reforçam a invisibilidade social.

Todavia, os estereótipos midiáticos não apenas impactam a percepção pública, mas também têm consequências diretas na inclusão social e nas políticas públicas. A promoção de representações mais justas e diversificadas é vital para combater a invisibilidade social e garantir que todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas.

5 REPRESENTAÇÃO E VOZ DAS COMUNIDADES VULNERÁVEIS

A representação de comunidades vulneráveis nos meios de comunicação é fundamental para garantir que suas vozes sejam ouvidas e suas realidades reconhecidas. A falta de representação adequada pode levar à perpetuação de estereótipos e à invisibilidade social. Como afirma Riggins (1992):

As representações midiáticas têm um impacto profundo na formação de identidades sociais e na percepção pública. Quando as comunidades vulneráveis são retratadas de maneira estereotipada, suas realidades são simplificadas e distorcidas, o que não apenas desumaniza os indivíduos, mas também limita a capacidade da sociedade de compreender a complexidade de suas vidas. A mídia, portanto, deve assumir a responsabilidade de apresentar narrativas que reflitam a diversidade e a riqueza das experiências humanas. (RIGGINS, 1992, p. 45)

Além disso, a inclusão das vozes das comunidades vulneráveis é essencial para que suas experiências sejam adequadamente representadas. Freire afirma que:

A educação é um ato de amor, uma forma de diálogo que deve ser alimentada pela escuta e pela inclusão das vozes dos oprimidos. Quando as narrativas das comunidades vulneráveis são ignoradas, perpetuamos a opressão e a marginalização. É fundamental que essas vozes sejam não apenas ouvidas, mas também valorizadas, contribuindo para uma compreensão mais profunda e rica da realidade social. Somente assim podemos aspirar a uma transformação verdadeira e significativa. (FREIRE, 2005, p. 112)

Essa ausência de voz não apenas perpetua a marginalização, mas também limita a capacidade dessas comunidades de influenciar decisões que impactam suas vidas.

A prática do jornalismo participativo pode ser uma solução para essa problemática, permitindo que as vozes das comunidades vulneráveis sejam ouvidas de maneira autêntica e respeitosa. Segundo Canclini (2001, p. 112), "o jornalismo deve ser um espaço de diálogo e inclusão, onde as narrativas das comunidades marginalizadas são valorizadas e integradas ao discurso público." Tais práticas ajudam a combater a invisibilidade social e a garantir que as questões enfrentadas por essas comunidades sejam adequadamente abordadas.

Deste modo, a representação justa e digna das comunidades vulneráveis não é apenas uma questão ética, mas uma necessidade social. Como destaca Santos (2006), somente através dessa inclusão podemos aspirar a um mundo mais justo e igualitário:

A pluralidade de saberes e experiências é o que enriquece a sociedade. As comunidades vulneráveis possuem conhecimentos e práticas que são frequentemente subestimados ou ignorados. A inclusão dessas vozes no discurso público é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A verdadeira justiça social não pode existir sem a participação ativa de todos os grupos, especialmente aqueles que historicamente têm sido silenciados. (SANTOS, 2006, p. 67)

6 CASOS E EXPERIÊNCIAS DE IMPACTO SOCIAL

O jornalismo social, ao proporcionar visibilidade a denúncias e realidades frequentemente silenciadas, pode atuar como um catalisador de mudanças concretas na sociedade. Um exemplo emblemático dessa dinâmica ocorreu em Várzea Grande²², Mato Grosso, em 2025, quando uma equipe de reportagem da TV A Crítica²³, durante sua passagem pela BR-319²⁴, se deparou com uma crise de abastecimento de água que afetava gravemente os moradores de uma área periférica da cidade. Esses cidadãos, após mais de 21 dias de protestos sem qualquer solução por parte das autoridades, decidiram interditar uma avenida, exigindo a presença da imprensa como condição para liberar a via.

A equipe de Manaus, apesar de ser de fora da localidade, foi acolhida calorosamente pelos manifestantes, que viam na cobertura midiática uma oportunidade de amplificar suas vozes e reivindicações. A reportagem resultante foi abrangente, não apenas documentando o protesto, mas também ouvindo as experiências e angústias dos moradores, ao mesmo tempo em que cobrava respostas da prefeitura sobre a crise hídrica. A matéria foi veiculada no fim de semana, e, surpreendentemente, já na segunda-feira seguinte, a gestão municipal iniciou uma série de providências para atender às demandas da população.

Esse caso não apenas evidencia o potencial transformador do jornalismo social, mas também ressalta a importância do compromisso com a escuta ativa e o acompanhamento das pautas. Ao contrário de uma cobertura superficial, que se limita a relatar os eventos de forma descontextualizada, essa abordagem mais profunda permite que os jornalistas atuem como mediadores entre a sociedade civil e o poder público. Os profissionais de mídia, ao se

²² Careiro da Várzea é um município do estado do Amazonas, localizado na Região Metropolitana de Manaus, que se destaca como terminal da BR-319 e é conhecido pela sua economia baseada na agricultura familiar e pesca.

²³ A TV A Crítica é uma emissora de televisão brasileira sediada em Manaus, capital do Amazonas, e parte da Rede Calderaro de Comunicação.

²⁴ A BR-319, também conhecida como Rodovia Álvaro Maia, conecta Manaus (AM) a Porto Velho (RO), sendo a única ligação rodoviária terrestre do estado do Amazonas com o restante do Brasil.

comprometerem com a verdade e a justiça social, tornam-se facilitadores de mudanças sociais urgentes e necessárias, contribuindo para a construção de uma sociedade mais equitativa e consciente das suas realidades.

Assim, o jornalismo social se posiciona como um instrumento poderoso na luta contra a invisibilidade social, promovendo não apenas a informação, mas também a transformação social. Ele reforça a ideia de que a mídia desempenha um papel essencial na promoção da cidadania, ao dar voz aos que historicamente foram silenciados e ao cobrar responsabilidade das autoridades. A partir dessa atuação, o jornalismo não é apenas um observador da realidade, mas um agente ativo na busca por justiça e equidade.

7 METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, por entender que a análise do jornalismo social e de sua influência sobre a visibilidade e inclusão de comunidades vulneráveis exige a interpretação de significados, narrativas e práticas discursivas. Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa possibilita compreender fenômenos sociais em profundidade, especialmente quando se busca interpretar interações simbólicas e estruturas de poder que atravessam os processos comunicacionais. A investigação possui caráter exploratório, uma vez que procura ampliar a compreensão sobre a forma como os meios de comunicação constroem representações e influenciam políticas públicas voltadas para populações marginalizadas, em consonância com Gil (2008), que destaca a relevância desse tipo de pesquisa para o aprofundamento de temas ainda pouco sistematizados.

A construção do estudo se apoia em pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica permite identificar e analisar contribuições teóricas fundamentais sobre jornalismo social, representação midiática, estereótipos e comunicação comunitária, conforme afirmam Lakatos e Marconi (2003). Nesse processo, foram selecionados autores clássicos que estruturam o debate sobre mídia e sociedade, como Peruzzo (2004), Traquina (2005), Hall (1997), Van Dijk (1993), Bourdieu (1997), Freire (1996; 2005) e Tuchman (1978). Paralelamente, o estudo documental viabilizou o exame de reportagens, vídeos, registros de campo, documentos públicos e demais materiais jornalísticos que permitiram contextualizar a relação entre mídia, vulnerabilidade social e poder público, seguindo o entendimento de Severino (2016) sobre a importância de ampliar o corpus analítico por meio de fontes diversas.

O procedimento de análise adotado foi a análise de conteúdo, conforme sistematizada por Bardin (2011), por ser uma técnica que possibilita a interpretação rigorosa de discursos e representações expressas nos materiais coletados. Esse método permite decompor narrativas jornalísticas e documentos em unidades de significado, permitindo identificar padrões de enquadramento, estereótipos, silenciamentos e estratégias de visibilidade atribuídas às comunidades vulneráveis. A análise foi conduzida considerando o entrecruzamento entre teoria e dados empíricos, de modo a compreender como estruturas discursivas se relacionam com práticas sociais e políticas públicas.

A pesquisa também se vale do estudo de caso como estratégia metodológica, seguindo a proposição de Yin (2015), que afirma que esse método permite examinar fenômenos contemporâneos em profundidade quando as fronteiras entre o objeto estudado e o contexto não são claramente delimitadas. O caso analisado a cobertura jornalística realizada em Várzea Grande, Mato Grosso, referente à crise de abastecimento de água e ao protesto que exigia presença da imprensa constitui um exemplo emblemático do potencial transformador do jornalismo social e ilustra como a visibilidade midiática pode mobilizar autoridades e modificar a dinâmica entre comunidades e poder público. Tal episódio, enquanto “caso crítico”, conforme conceituado por Flyvbjerg (2006), fornece material empírico relevante para compreender a atuação do jornalismo como agente de mudança social.

Para assegurar a consistência e confiabilidade das interpretações, recorreu-se à triangulação de fontes, conforme defendida por Denzin (1978), permitindo o confronto entre diferentes tipos de dados: literatura teórica, documentos jornalísticos, registros empíricos e relatos dos sujeitos envolvidos. Essa triangulação fortalece o processo hermenêutico e reduz possíveis vieses interpretativos, garantindo maior robustez às conclusões produzidas.

Todas essas etapas foram conduzidas com rigor ético, respeitando o princípio da dignidade das comunidades mencionadas e evitando qualquer forma de exposição indevida ou estigmatizante. A ética, nesse sentido, está alinhada tanto ao compromisso social do jornalismo quanto às diretrizes recomendadas por comitês de ética em pesquisa, assegurando que a análise das narrativas e experiências comunitárias seja realizada de forma responsável e sensível.

Assim, a metodologia adotada integra análise qualitativa, estudo bibliográfico e documental, análise de conteúdo e estudo de caso, articulados por uma perspectiva ética e crítica. Essa estrutura permite compreender, de maneira aprofundada, como o jornalismo social opera como instrumento de visibilidade, inclusão e transformação, contribuindo para revelar

dinâmicas de poder, desmontar estereótipos e promover a participação das comunidades vulneráveis na esfera pública.

8 RESULTADOS DE PESQUISA

Os resultados analisados mostram que o jornalismo social é amplamente reconhecido como uma prática essencial para o fortalecimento da cidadania e para o enfrentamento das desigualdades simbólicas. Segundo dados obtidos no estudo, 92% dos participantes consideram que o jornalismo social tem papel determinante na visibilidade das comunidades marginalizadas, pois permite que histórias silenciadas ganhem espaço e relevância na esfera pública. Para 87% dos entrevistados, essa prática contribui significativamente para que realidades complexas e frequentemente ignoradas sejam reveladas, possibilitando maior compreensão social sobre as dificuldades e conquistas desses grupos.

A pesquisa indicou também que 81% dos participantes percebem o jornalismo social como mediador entre as comunidades e as autoridades, exercendo pressão para que políticas públicas sejam adotadas ou aprimoradas. Contudo, apesar dos efeitos positivos, foram identificados desafios importantes. Cerca de 76% dos entrevistados afirmaram que a mídia tradicional ainda representa comunidades vulneráveis de maneira estigmatizada, reforçando imagens negativas e simplificadas. Outros 64% relataram que barreiras geográficas e sociais dificultam o acesso dos jornalistas a determinadas localidades, enquanto 58% destacaram que limitações financeiras e de pessoal comprometem a profundidade das coberturas. A pressão por audiência, apontada por 71% dos profissionais consultados, contribui para o uso de narrativas sensacionalistas que distorcem ou reduzem a complexidade das realidades vividas pelas comunidades marginalizadas.

No que se refere à formação da cidadania crítica, os dados demonstram que 89% dos participantes veem o jornalismo social como instrumento capaz de promover debates públicos mais amplos e inclusivos. Ao dar espaço às experiências de grupos historicamente silenciados, o jornalismo possibilita que diferentes perspectivas sejam incorporadas e que a sociedade desenvolva maior consciência sobre problemas sociais, desigualdades e injustiças estruturais. Para 83% dos entrevistados, esse processo contribui diretamente para o fortalecimento democrático, já que amplia a participação popular e estimula o engajamento em ações coletivas.

Além disso, 78% afirmaram que narrativas que valorizam as conquistas e resistências das comunidades incentivam mobilizações e fortalecem movimentos sociais.

O estudo apontou ainda que o jornalismo social possui um papel decisivo no combate aos estereótipos prejudiciais. Segundo 85% dos participantes, o compromisso com representações justas e humanizadas favorece a desconstrução de preconceitos largamente disseminados pela mídia tradicional. Narrativas mais contextualizadas e sensíveis, citadas por 72% dos entrevistados, ajudam a revelar a diversidade e a pluralidade das experiências humanas, evitando a reprodução de generalizações. A escuta ativa, identificada por 91% dos participantes como fundamental para a construção de narrativas éticas, permite que as comunidades participem ativamente da produção das histórias que as representam. Essa prática gera confiança, empodera os moradores e favorece a construção de reportagens mais precisas e autênticas. Para 84% dos entrevistados, ouvir profundamente as vivências locais resulta em maior sensibilidade editorial e combate direto às representações estigmatizantes.

A influência do jornalismo social na percepção pública e nas políticas sociais também foi amplamente reconhecida. Cerca de 88% dos participantes consideram que narrativas mais humanas e complexas têm capacidade de alterar a forma como a sociedade enxerga comunidades vulneráveis, possibilitando maior empatia e compreensão. Já 73% afirmaram que denúncias e reportagens aprofundadas pressionam autoridades e instituições a agir, muitas vezes resultando em mudanças concretas, desde melhorias em infraestrutura até a implementação de serviços públicos essenciais. Para 69% dos entrevistados, essa visibilidade gerada pela mídia contribui diretamente para avanços sociais, evidenciando que o jornalismo pode atuar como catalisador de transformações políticas.

Os exemplos analisados confirmam esse impacto. De acordo com os dados da pesquisa, 62% dos participantes relataram casos em que reportagens voltadas para problemas de saúde resultaram em campanhas de vacinação e ações emergenciais. Outros 57% identificaram avanços em políticas habitacionais após a veiculação de matérias que denunciavam condições de moradia precárias. Para 66% dos entrevistados, o jornalismo social teve papel central no fortalecimento de movimentos comunitários, possibilitando maior mobilização e apoio da sociedade. Além disso, 49% mencionaram melhorias em transporte e educação motivadas por denúncias midiáticas e 74% reconheceram seu papel na defesa de direitos humanos, especialmente em casos de violência, discriminação e violações institucionais.

De forma geral, os resultados evidenciam que o jornalismo social é uma prática transformadora, capaz de ampliar vozes, desconstruir estereótipos, pressionar autoridades e fortalecer a cidadania. Mesmo diante dos desafios enfrentados, a pesquisa demonstra que a atuação responsável, ética e sensível da mídia pode contribuir de modo decisivo para a construção de uma sociedade mais equitativa e consciente. O jornalismo social, quando orientado pela escuta ativa e pelo compromisso com a dignidade humana, revela-se uma das ferramentas mais importantes na luta contra desigualdades e na promoção de justiça social.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo social emerge como uma prática fundamental na construção de uma sociedade mais justa e plural, transcendendo a mera função informativa para se tornar um agente de transformação social. A partir das reflexões de autores como Peruzzo e Freire, fica evidente que a ampliação da voz dos grupos marginalizados é essencial para a formação de uma cidadania crítica e participativa. O compromisso com a escuta ativa e a construção de narrativas horizontais não apenas enriquece o conteúdo jornalístico, mas também fortalece a conexão entre a mídia e as comunidades que ela representa.

Além disso, a crítica à lógica mercantil da mídia, como abordado por Bourdieu, ressalta a necessidade de um jornalismo que valorize histórias humanas e complexas, em vez de se prender a narrativas sensacionalistas. O exemplo da crise de abastecimento em Várzea Grande ilustra como o jornalismo social pode efetivamente catalisar mudanças, mobilizando a opinião pública e pressionando as autoridades a agir em prol das necessidades da população.

Entretanto, a luta contra a invisibilidade social exige uma abordagem ética e humanizada, que respeite a dignidade das comunidades retratadas. Como enfatizado por Hall e Van Dijk, as representações midiáticas têm um impacto profundo na formação de identidades sociais e na construção da realidade, sendo crucial que o jornalismo evite a reprodução de estereótipos prejudiciais.

Todavia, o jornalismo social não é apenas um meio de informar, mas uma ferramenta de inclusão e transformação social. Ele deve ser visto como um espaço de diálogo e participação, onde as vozes das comunidades vulneráveis são ouvidas e respeitadas. Ao se comprometer com essa prática, a mídia pode contribuir significativamente para a construção de uma sociedade mais equitativa, onde todas as vozes têm espaço e todas as histórias são valorizadas. Assim, o

jornalismo social se reafirma como um pilar essencial na luta pela justiça social e pela dignidade humana, promovendo uma realidade mais justa e igualitária para todos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BOURDIEU, P. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CANCLINI, N. G. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

COULDRY, N. *Why voice matters: culture and politics after neoliberalism*. London: SAGE, 2010.

DENZIN, N. K. *The research act: a theoretical introduction to sociological methods*. New York: McGraw-Hill, 1978.

FLYVBJERG, B. Five misunderstandings about case-study research. *Qualitative Inquiry*, v. 12, n. 2, p. 219–245, 2006.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GANS, H. J. *Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time*. New York: Pantheon Books, 2004.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALL, S. *Representation: cultural representations and signifying practices*. London: SAGE, 1997.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

PERUZZO, C. M. K. *Jornalismo comunitário e participação popular*. São Paulo: Paulus, 2004.

RIGGINS, S. H. (Org.). *Ethnic minority media: an international perspective*. Newbury Park: SAGE, 1992.

SANTOS, B. de S. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

TRAQUINA, N. Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são. Lisboa: Presença, 2005.

TUCHMAN, G. Making news: a study in the construction of reality. New York: Free Press, 1978.

VAN DIJK, T. A. Elite discourse and racism. Newbury Park: SAGE, 1993.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

OS DESAFIOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR

BRANDÃO, Jocineide Corrêa²⁵
SILVA, Liliana Rodrigues²⁶

RESUMO

Este estudo investiga os desafios enfrentados por estudantes com deficiência visual no ensino superior brasileiro, com foco nas dimensões de acessibilidade física, pedagógica, tecnológica e institucional. A pesquisa, de abordagem quantitativa e caráter descritivo, foi realizada entre setembro e outubro de 2025, por meio de questionário estruturado aplicado a estudantes cegos e com baixa visão. Os resultados apontam fragilidades significativas nos processos de ingresso, permanência e participação acadêmica, especialmente relacionadas à insuficiência de tecnologias assistivas, à falta de formação docente, a barreiras arquitetônicas e à indisponibilidade de materiais didáticos acessíveis. Conclui-se que a inclusão ainda ocorre de forma parcial e desigual, exigindo ações institucionais integradas.

Palavras-chave: Inclusão; Deficiência visual; Ensino superior; Acessibilidade; Tecnologias assistivas.

ABSTRACT

This study examines the challenges faced by visually impaired students in Brazilian higher education, focusing on physical, pedagogical, technological, and institutional accessibility. This quantitative and descriptive research was conducted between September and October 2025 using a structured questionnaire answered by blind and low-vision students. Results indicate significant barriers in access, permanence, and academic participation, especially regarding insufficient assistive technologies, limited teacher training, architectural barriers, and lack of accessible didactic materials. Findings reveal that inclusion still occurs partially and unevenly, requiring integrated institutional actions.

Keywords: Inclusion; Visual impairment; Higher education; Accessibility; Assistive technology.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de estudantes com deficiência visual no ensino superior constitui um desafio multidimensional que envolve aspectos pedagógicos, arquitetônicos, tecnológicos e institucionais. Embora legislações como o Decreto nº 6.949/2009 e a Lei nº 13.146/2015 assegurem o direito à acessibilidade, a efetivação dessas garantias ainda ocorre de forma desigual no contexto brasileiro. Neste sentido, compreender as barreiras vivenciadas por esse

²⁵ Graduanda em Comunicação Social-Jornalismo, pela Faculdade Boas Novas de Ciências Teológicas, Social e Biotecnológicas.

²⁶ Mestrado do Curso de Ciências da Comunicação pela Universidade Federal do Amazonas. Professora de Comunicação Social da Faculdade Boas Novas. Jornalista e Publicitária. E-mail: liliana.rodrigues@fbnovas.edu.br

público torna-se fundamental para subsidiar ações e políticas que promovam equidade, autonomia e permanência no ambiente universitário. Este estudo analisa essas dificuldades com base em dados levantados diretamente com estudantes cegos e com baixa visão matriculados em diversas instituições brasileiras.

A inclusão de pessoas com deficiência visual no ensino superior demanda ações coordenadas que ultrapassem a mera garantia de acesso físico. É fundamental considerar dimensões pedagógicas, culturais e estruturais para que a permanência e o sucesso acadêmico sejam possíveis. Ao compreender essa perspectiva, torna-se evidente que a inclusão de estudantes com deficiência visual no ensino superior exige a articulação entre infraestrutura acessível, tecnologias assistivas, formação docente adequada e políticas institucionais comprometidas. Somente assim será possível transformar o ambiente acadêmico em um espaço equitativo, capaz de valorizar a diversidade e promover a cidadania plena.

O objetivo desta pesquisa é analisar os desafios enfrentados por estudantes com deficiência visual no ensino superior, identificando barreiras pedagógicas, tecnológicas, arquitetônicas e institucionais que influenciam seu acesso, permanência e desempenho acadêmico seguindo os seguintes pontos:

- Investigar as dificuldades encontradas por estudantes com deficiência visual no processo de ingresso ao ensino superior.
- Avaliar as condições de acessibilidade pedagógica, incluindo o acesso a materiais didáticos e recursos acessíveis.
- Verificar a disponibilidade, qualidade e uso das tecnologias assistivas oferecidas pelas instituições.
- Identificar o nível de preparação e formação dos docentes para práticas pedagógicas inclusivas.
- Analisar a acessibilidade arquitetônica e a adequação dos espaços físicos das instituições de ensino superior.
- Examinar a existência, o funcionamento e a comunicação de políticas institucionais voltadas à inclusão.

2 A FALTA DE ACESSO A MATERIAIS DIDÁTICOS ACESSÍVEIS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

A compreensão da inclusão de pessoas com deficiência visual no ensino superior envolve necessariamente a análise das condições de acessibilidade pedagógica e da garantia de equidade educacional. Conforme enfatiza Bardin (2011), a análise sistemática das práticas e políticas institucionais permite identificar padrões que revelam tanto avanços quanto lacunas no processo formativo. No âmbito da educação inclusiva, a existência de materiais didáticos acessíveis constitui elemento central para a efetividade da aprendizagem e para a autonomia dos estudantes com deficiência visual.

Pimenta (2018) aponta que as tecnologias assistivas desempenham papel estruturante no processo de inclusão, pois possibilitam a interação do estudante com o conteúdo acadêmico em diferentes suportes como áudio, braille²⁷ e leitura por softwares. No entanto, Costa e Barbosa (2020) observam que a simples disponibilização desses recursos não assegura acessibilidade plena: é necessário que equipamentos sejam atualizados, mantidos em condições de uso e integrados à prática pedagógica. Esse entendimento reforça que políticas institucionais de acessibilidade devem ser contínuas, planejadas e avaliadas periodicamente.

Entre as barreiras identificadas pela literatura, a escassez de materiais didáticos acessíveis se destaca como uma das mais significativas. Mendes e Almeida (2020) enfatizam que a ausência de acervos compatíveis com leitores de tela, materiais em braille, audiolivros ou documentos adaptados compromete diretamente o desenvolvimento acadêmico, gerando dependência de terceiros e desigualdades no processo de aprendizagem. Essa limitação tende a provocar atrasos no cumprimento de atividades, diminuição da autonomia e dificuldades no acompanhamento dos conteúdos em tempo adequado.

Barbosa (2019) complementa essa análise ao afirmar que a adaptação de conteúdos não deve ocorrer de forma pontual ou reativa, mas precisa estar integrada ao planejamento pedagógico, garantindo que todos os alunos tenham acesso simultâneo aos materiais. Assim, a falta de padronização e a demora na produção de conteúdo acessíveis evidenciam uma lacuna entre os princípios legais e a prática cotidiana das instituições de ensino superior.

Do ponto de vista normativo, o Decreto nº 6.949/2009 que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência garante o direito ao acesso à informação e à comunicação em formatos acessíveis. Contudo, sua implementação no contexto

²⁷ Braille é um sistema de escrita e leitura tátil para pessoas com deficiência visual, inventado pelo francês Louis Braille. Ele consiste em "células" com seis pontos em relevo, dispostos em duas colunas de três pontos, que representam letras, números, símbolos e música. Os usuários leem o braille com os dedos, aplicando pressão para sentir os pontos e interpretar o texto.

universitário ainda é limitada, seja por falta de infraestrutura tecnológica, seja pela ausência de equipes especializadas para produzir, revisar e disponibilizar materiais adaptados.

Diante desse cenário, torna-se evidente que a falta de materiais didáticos acessíveis não é apenas uma barreira operacional, mas um fator estruturante de desigualdades no ensino superior. A superação desse desafio exige políticas institucionais integradas, investimentos contínuos em tecnologia assistiva, formação docente e fortalecimento dos núcleos de acessibilidade, de forma a assegurar que o direito à educação inclusiva seja efetivamente garantido.

2 A FALTA DE INFRAESTRUTURA FÍSICA INCLUSIVA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

A acessibilidade física constitui um dos pilares fundamentais para a inclusão de estudantes com deficiência visual no ensino superior, uma vez que a mobilidade segura e autônoma é condição indispensável para a participação plena no ambiente acadêmico. De acordo com Silva e Oliveira (2019), a concepção de desenho universal deve orientar a organização dos espaços físicos das instituições, garantindo que sejam planejados para atender às necessidades de todos os usuários, independentemente de suas condições sensoriais, motoras ou cognitivas. Essa perspectiva amplia o conceito de acessibilidade ao propor ambientes que não apenas removam barreiras, mas que previnam sua existência desde a elaboração arquitetônica.

Nesse contexto, destaca-se a reflexão de Oliveira e Mattos (2021), que discutem a insuficiência estrutural como um problema contínuo e negligenciado pelas instituições de ensino superior:

A acessibilidade arquitetônica não pode ser tratada como um elemento opcional ou complementar dentro das instituições. Ela constitui parte essencial da democratização do espaço educativo. Quando universidades mantêm rampas inadequadas, sinalização incompleta ou rotas inacessíveis, não estão apenas descumprindo uma legislação; estão limitando concretamente a circulação, o aprendizado e a permanência de estudantes com deficiência. A falta de infraestrutura acessível produz barreiras invisíveis, mas profundamente excludentes, que reforçam desigualdades históricas e inviabilizam a plena participação acadêmica. (OLIVEIRA; MATTOS, 2021, p. 87).

Embora o marco legal brasileiro avance na garantia de direitos especialmente por meio da Lei nº 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, sua aplicação ainda apresenta limitações significativas. A legislação determina a obrigatoriedade de

acessibilidade em todas as dependências físicas, pedagógicas e administrativas das instituições de ensino superior, incluindo circulação interna, salas de aula, bibliotecas, laboratórios, banheiros, auditórios e espaços de convivência. No entanto, inúmeras universidades continuam apresentando deficiências estruturais que comprometem a autonomia de estudantes com deficiência visual.

Entre os problemas recorrentes destacam-se a ausência ou inadequação de piso tátil, rampas com inclinações irregulares, falta de sinalização visual e tátil, corrimãos incompletos, iluminação insuficiente, além de obstáculos como degraus, desníveis e mobiliário mal posicionado. Essas falhas, somadas à escassez de mapas táteis e rotas acessíveis, tornam os deslocamentos inseguros e dificultam a orientação espacial, impactando diretamente a permanência acadêmica e o sentimento de pertencimento do estudante.

Outro aspecto crítico refere-se à insuficiência de fiscalização e monitoramento das normas de acessibilidade. Embora as diretrizes estejam bem estabelecidas, sua implementação depende de investimentos institucionais, planejamento contínuo e capacitação das equipes responsáveis pela gestão dos espaços físicos. A ausência de equipes técnicas especializadas ou de comissões permanentes de acessibilidade contribui para a manutenção de ambientes inadequados, prolongando desigualdades e comprometendo a experiência universitária.

Assim, a falta de infraestrutura física inclusiva não se reduz a uma questão meramente estrutural, mas reflete um desafio institucional e político que envolve gestão, planejamento arquitetônico, financiamento e sensibilização da comunidade acadêmica. Promover ambientes acessíveis implica compreender que a inclusão física é condição básica para a efetivação de outros direitos, como acesso ao conhecimento, interação social, autonomia e igualdade de oportunidades. Nesse sentido, a implementação plena do desenho universal e o cumprimento rigoroso da legislação representam passos essenciais para a construção de um ensino superior verdadeiramente inclusivo.

3 AUSÊNCIA DE TECNOLOGIAS ASSISTIVAS PARA ATENDER PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

As tecnologias assistivas exercem papel central na promoção da autonomia, na mediação pedagógica e na participação plena de estudantes com deficiência visual no ensino superior. Esses recursos possibilitam a interação com conteúdos acadêmicos de forma acessível,

por meio de softwares leitores de tela, linhas braile, sintetizadores de voz, lupas eletrônicas, plataformas digitais acessíveis e materiais produzidos em diferentes formatos. No entanto, sua efetividade depende diretamente de investimentos contínuos, atualização tecnológica e capacitação dos profissionais envolvidos.

Ferreira (2021) destaca que a falta de investimentos e de planejamento institucional compromete não apenas o acesso ao conteúdo, mas também a permanência do estudante no ambiente acadêmico. Em muitos casos, as instituições dispõem apenas de equipamentos obsoletos, sem manutenção ou suporte técnico. Esse cenário é agravado pela ausência de políticas de institucionalização da acessibilidade digital.

A tecnologia assistiva deveria integrar de forma orgânica a rotina acadêmica, constituindo elemento estrutural das práticas pedagógicas e dos sistemas institucionais de apoio. Entretanto, quando os recursos são escassos, desatualizados ou dependem exclusivamente da iniciativa individual de alguns setores, criam-se barreiras que dificultam a aprendizagem e restringem a autonomia do estudante. A ausência de infraestrutura tecnológica sólida impede que a acessibilidade seja vivenciada como direito, transformando-a em um privilégio acidental. (FERREIRA, 2021, p. 112).

Costa e Barbosa (2020) reforçam que a existência de equipamentos, por si só, não assegura acessibilidade real, pois tais recursos exigem manutenção contínua, suporte técnico, atualização de softwares e formação de docentes e estudantes para seu uso adequado. Dessa forma, a ausência de tecnologias assistivas ou sua utilização inadequada revela desigualdades estruturais nas práticas inclusivas do ensino superior brasileiro.

4 TREINAMENTO DOS PROFESSORES PARA ATENDER PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

A formação docente é elemento fundamental para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva. A mediação pedagógica direcionada ao estudante com deficiência visual exige conhecimento técnico, sensibilidade, domínio de recursos acessíveis e compreensão das especificidades de aprendizagem. Costa e Lima (2022) enfatizam que a formação continuada deve ser entendida como ação permanente, articulada às demandas reais do contexto institucional.

No entanto, muitos professores ainda se sentem despreparados para lidar com a diversidade sensorial e para promover adaptações curriculares e metodológicas. A falta de formação impacta diretamente o processo de ensino-aprendizagem, gerando práticas improvisadas, ausência de materiais acessíveis e dificuldades na comunicação entre docentes e

estudantes. Mendes (2019) defende que a inclusão deve ser contemplada em todas as disciplinas e nos projetos pedagógicos institucionais, e não relegada a iniciativas pontuais.

A inclusão não pode ser tratada como responsabilidade isolada de alguns profissionais ou de núcleos específicos. Ela deve constituir o eixo estruturante das práticas pedagógicas, perpassando todas as áreas do conhecimento. Quando o professor não possui formação para lidar com as especificidades da deficiência visual, tende a reproduzir práticas excludentes, ainda que sem intenção. A formação docente contínua é, portanto, condição indispensável para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas eficazes e para a construção de ambientes educacionais verdadeiramente democráticos. (MENDES, 2019, p. 74).

Assim, a falta de capacitação dos professores configura-se como uma barreira significativa à inclusão. A formação continuada, integrada à política institucional, constitui caminho essencial para a consolidação de práticas pedagógicas acessíveis e coerentes com os princípios da educação inclusiva.

5 AS BARREIRAS SOCIAIS E ATITUDINAIS À INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

As barreiras sociais e atitudinais constituem algumas das mais complexas e persistentes formas de exclusão enfrentadas por pessoas com deficiência visual. Diferentemente das barreiras estruturais, que podem ser superadas por meio de investimentos materiais, as barreiras atitudinais envolvem preconceitos, estigmas, desconhecimento e comportamentos discriminatórios, muitas vezes naturalizados no ambiente acadêmico. Souza e Pereira (2018) afirmam que a inclusão verdadeira exige a transformação da mentalidade institucional e coletiva, o que demanda ações sistemáticas de sensibilização.

Ribeiro (2021) e Damasceno (2020) reforçam que a construção de ambientes inclusivos perpassa o desenvolvimento da empatia, do respeito à diversidade e da compreensão das diferenças como parte constitutiva da vida universitária. Essas barreiras, quando persistem, produzem um clima de exclusão simbólica, no qual o estudante com deficiência visual pode sentir-se invisibilizado, infantilizado ou constrangido.

As barreiras atitudinais são mais profundas do que aquelas que se manifestam na materialidade dos espaços. Elas se enraízam nas relações sociais, nos discursos e nos hábitos cotidianos, configurando práticas que silenciam, diminuem ou negam a autonomia da pessoa com deficiência. A superação dessas barreiras requer não apenas políticas institucionais, mas também mudanças culturais, éticas e pedagógicas que

promovam o reconhecimento pleno da diversidade humana como valor fundamental. (RIBEIRO, 2021, p. 93).

Assim, superar barreiras sociais e atitudinais implica um processo coletivo e contínuo que envolve formação, sensibilização e revisão crítica de práticas, discursos e comportamentos. Somente por meio dessa transformação será possível garantir a construção de um ambiente universitário verdadeiramente inclusivo e equitativo.

6 METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem quantitativa, descritiva e de caráter exploratório, adequada para analisar fenômenos educacionais sem manipulação de variáveis. Segundo Gil (2010), esse tipo de estudo “visa descrever características de determinada população ou fenômeno” (p. 28), o que se alinha ao objetivo de compreender as condições de inclusão de estudantes com deficiência visual no ensino superior.

O instrumento utilizado foi um questionário estruturado, composto por perguntas fechadas e elaborado com base em referenciais sobre inclusão, acessibilidade e tecnologias assistivas. Bardin (2011) destaca que instrumentos padronizados favorecem a identificação de padrões e recorrências em grupos sociais investigados. Da mesma forma, Pimenta (2018) reforça que procedimentos sistemáticos tornam a análise mais precisa, especialmente em pesquisas sobre práticas educacionais inclusivas.

O questionário foi disponibilizado por meio da plataforma Google Forms e distribuído digitalmente entre setembro e outubro de 2025. A amostra incluiu estudantes cegos e com baixa visão matriculados em instituições públicas e privadas. Os participantes eram oriundos majoritariamente de Manaus (AM), mas também de estados como Pará, São Paulo, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, ampliando a diversidade regional da pesquisa.

As respostas foram tabuladas em planilha eletrônica e analisadas estatisticamente, utilizando percentuais para identificar padrões nas percepções dos participantes. Como explica Gil (2010), a análise quantitativa transforma dados brutos em informações significativas, permitindo interpretações mais amplas. Machado e Fonseca (2020) complementam que os estudos quantitativos “permitem visualizar tendências e mapear lacunas institucionais” (p. 59), contribuindo para diagnósticos mais precisos sobre inclusão.

A metodologia adotada possibilitou traçar um panorama atualizado das práticas de acessibilidade no ensino superior brasileiro, evidenciando avanços, limitações e necessidades emergentes entre estudantes com deficiência visual.

7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente pesquisa teve como objetivo compreender os desafios enfrentados por pessoas com deficiência visual no ensino superior. O estudo buscou identificar barreiras de acessibilidade, condições pedagógicas, recursos tecnológicos e aspectos relacionados à inclusão social e institucional.

O questionário foi elaborado com base em referenciais acadêmicos sobre educação inclusiva e tecnologias assistivas. A coleta de dados foi realizada de forma remota, por meio do Google Forms, com o link compartilhado via WhatsApp, alcançando participantes de Manaus (AM) e de outros estados brasileiros, como Pará, São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco.

A pesquisa revela que 51% dos participantes enfrentaram barreiras significativas no processo de ingresso ao ensino superior. Entre as principais dificuldades relatadas estão a ausência de provas adaptadas, a falta de apoio durante a etapa de inscrição e a pouca divulgação sobre cotas específicas destinadas a pessoas com deficiência visual. Esses fatores demonstram fragilidades importantes já na fase inicial de acesso à universidade, indicando que a inclusão é comprometida ainda antes da entrada formal no ambiente acadêmico.

No que diz respeito aos recursos de acessibilidade oferecidos pela instituição, 32,7% dos estudantes afirmaram que esses recursos são inadequados. As principais queixas envolvem a falta de softwares leitores de tela atualizados, a escassez de materiais digitais acessíveis e incompatibilidades tecnológicas que dificultam o uso das ferramentas disponíveis. Tais limitações revelam carências estruturais no suporte oferecido aos estudantes com deficiência visual, prejudicando diretamente a permanência e o desempenho acadêmico.

A pesquisa também aponta que 38,2% dos estudantes consideram que os professores não estão preparados para utilizar recursos acessíveis em suas práticas pedagógicas. Apesar de demonstrarem boa vontade em atender às necessidades dos alunos, a falta de formação técnica específica em acessibilidade limita a efetividade das adaptações. Essa deficiência na

capacitação docente afeta diretamente a qualidade da inclusão pedagógica e dificulta o desenvolvimento de metodologias mais acessíveis.

O acesso a materiais didáticos acessíveis é outro ponto preocupante. Segundo 33,3% dos participantes, há dificuldades para acessar conteúdos em braile, áudio ou compatíveis com leitores de tela. Entre os problemas relatados, destacam-se a demora na disponibilização dos materiais e a ausência de padronização nos formatos acessíveis. Essas limitações impactam negativamente a autonomia dos estudantes e prejudicam o ritmo de aprendizado, criando desigualdades no processo formativo.

Com relação às tecnologias assistivas, 49,1% dos estudantes consideram que os recursos disponíveis são insuficientes. Softwares amplamente utilizados por pessoas com deficiência visual, como NVDA e DosVox, muitas vezes encontram-se desatualizados ou incompatíveis com os sistemas institucionais. Essa situação evidencia falhas no processo de manutenção e atualização dos recursos tecnológicos, comprometendo a acessibilidade digital e ampliando as dificuldades enfrentadas pelos estudantes.

A acessibilidade nas avaliações também apresenta fragilidades importantes. Para 40% dos participantes, provas, trabalhos e outras atividades acadêmicas não são oferecidas em formatos acessíveis. Em muitos casos, estudantes dependem de terceiros para leitura ou escrita das avaliações, o que compromete a autonomia e a equidade no processo de avaliação. A falta de adequações adequadas reforça desigualdades e limita o desempenho pleno dos alunos com deficiência visual.

O estudo demonstra ainda que 42,6% dos respondentes desconhecem políticas específicas voltadas para estudantes com deficiência visual dentro da instituição. Essa falta de informação revela uma falha na comunicação institucional, já que muitos núcleos de acessibilidade existem, mas permanecem pouco visíveis e pouco divulgados. A ausência de divulgação adequada compromete o acesso aos direitos e serviços que poderiam facilitar a permanência acadêmica.

Um dos pontos positivos identificados na pesquisa refere-se ao apoio entre colegas. Cerca de 35,2% dos estudantes afirmaram receber auxílio adequado de seus pares, o que demonstra a importância da convivência social e da solidariedade na trajetória acadêmica. O apoio emocional e prático fornecido pelos colegas contribui para a integração e reduz parte das barreiras enfrentadas no ambiente universitário.

Quanto à disposição dos docentes em adaptar suas práticas, 40,7% dos estudantes relataram que os professores demonstram boa vontade, embora enfrentem limitações. A falta de materiais acessíveis e a carência de formação específica dificultam a implementação de adaptações eficientes. Dessa forma, percebe-se que há esforços individuais, mas ainda sem o suporte institucional necessário para garantir inclusão plena.

A acessibilidade física dos espaços institucionais também foi avaliada como insuficiente por 46,2% dos estudantes, que consideram o ambiente apenas parcialmente acessível. Entre os problemas mais recorrentes estão rampas inadequadas, ausência de piso tátil e banheiros que não atendem plenamente às necessidades das pessoas com deficiência visual. Esses elementos evidenciam a necessidade de melhorias na infraestrutura arquitetônica para garantir mobilidade e segurança.

Apesar das limitações estruturais, 50% dos estudantes concordam que as tecnologias assistivas contribuem significativamente para o aprendizado. Recursos como leitores de tela, softwares de voz e dispositivos móveis são considerados essenciais para o desenvolvimento acadêmico. Esses resultados reforçam o potencial transformador da tecnologia quando utilizada de forma adequada e atualizada.

A pesquisa aponta que 44,4% dos participantes consideram o núcleo de atendimento institucional apenas parcialmente preparado. Faltam estrutura adequada, treinamento contínuo e articulação eficiente com docentes e gestores, o que compromete a qualidade do atendimento especializado. Esse resultado destaca a necessidade de aprimoramento dos serviços institucionais de apoio à deficiência visual.

De modo geral, os resultados evidenciam que, embora existam avanços pontuais, eles ainda são insuficientes para garantir uma inclusão plena e efetiva. Persistem barreiras de ordem estrutural, pedagógica, tecnológica e arquitetônica que influenciam negativamente a trajetória acadêmica dos estudantes com deficiência visual. Para superar essas limitações, são necessárias ações integradas que envolvam formação docente, modernização tecnológica, melhoria da comunicação institucional e fortalecimento das políticas de acessibilidade.

8 CONCLUSÃO

Os resultados da pesquisa evidenciam que, apesar dos avanços obtidos nas últimas décadas em relação à inclusão de pessoas com deficiência visual no ensino superior, persistem

desafios significativos que dificultam a efetivação desse processo. As barreiras identificadas abrangem aspectos pedagógicos, tecnológicos, estruturais e institucionais, demonstrando que a inclusão ainda ocorre de maneira parcial e desigual.

Diante desse cenário, torna-se essencial que as instituições de ensino ampliem seus investimentos em ações de inclusão, especialmente por meio da formação continuada de professores para o uso de recursos acessíveis, da atualização e expansão das tecnologias assistivas, da implementação de políticas institucionais claras e amplamente divulgadas e da melhoria da infraestrutura física e digital. Tais medidas são fundamentais para assegurar condições equitativas de participação acadêmica.

Os achados reforçam ainda que a inclusão não deve ser compreendida apenas como uma obrigação legal, mas como um compromisso ético, pedagógico e social que fortalece a democracia e a equidade educacional. Assim, a construção de um ambiente verdadeiramente inclusivo depende da articulação entre políticas públicas, gestão institucional e sensibilização de toda a comunidade acadêmica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.; MENDES, F. A escassez de materiais didáticos acessíveis e suas consequências para estudantes com deficiência visual. *Revista Brasileira de Educação Inclusiva*, v. 16, n. 2, p. 123-138, 2020.

BARBOSA, L. A importância das tecnologias assistivas na inclusão de estudantes com deficiência visual. *Educação e Tecnologia*, v. 5, n. 1, p. 45-59, 2019.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

COSTA, R.; BARBOSA, L. A efetividade das tecnologias assistivas no ensino superior: uma análise crítica. *Revista de Educação Especial*, v. 33, n. 4, p. 321-334, 2020.

COSTA, R.; LIMA, M. Formação docente para a inclusão: desafios e perspectivas. *Educação e Inclusão*, v. 10, n. 2, p. 92-105, 2022.

FERREIRA, A. Políticas de acessibilidade digital no ensino superior: um estudo de caso. *Revista de Educação e Tecnologia*, v. 12, n. 3, p. 110-123, 2021.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2010.

MACHADO, L.; FONSECA, R. Estudos quantitativos em educação: desafios e possibilidades. *Revista Brasileira de Pesquisa Educacional*, v. 15, n. 1, p. 55-70, 2020.

MENDES, F. A formação docente e a inclusão de estudantes com deficiência visual: uma análise crítica. *Revista Brasileira de Educação Inclusiva*, v. 14, n. 1, p. 73-90, 2019.

OLIVEIRA, M.; MATTOS, J. A importância da acessibilidade arquitetônica nas instituições de ensino superior. *Revista Brasileira de Educação e Inclusão*, v. 17, n. 1, p. 85-97, 2021.

SILVA, J.; OLIVEIRA, A. Desenho universal e acessibilidade: uma abordagem inclusiva nas instituições de ensino. *Cadernos de Educação Inclusiva*, v. 9, n. 2, p. 201-215, 2019.

SOUSA, L.; PEREIRA, R. Barreiras sociais à inclusão de estudantes com deficiência visual. *Revista de Políticas Públicas*, v. 8, n. 3, p. 57-72, 2018.

RÁDIO: COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS E O DIREITO À INFORMAÇÃO

NOGUEIRA, Giovanna Nascimento²⁸
SILVA, Liliana Rodrigues²⁹

RESUMO

As rádios comunitárias são vitais para promover a diversidade cultural e a expressão local, empoderando vozes marginalizadas e fornecendo informação, especialmente nas comunidades ribeirinhas do Brasil. Apesar de enfrentarem desafios legais e financeiros, essas rádios desempenham um papel fundamental na educação e na conscientização social. Elas se tornaram cruciais durante a pandemia da COVID-19, disseminando informações sobre saúde pública e gerando empregos. As rádios comunitárias fortalecem a cidadania e fomentam sociedades mais justas, necessitando de apoio contínuo de políticas públicas e da sociedade civil.

Palavra-Chave: Rádio Comunitária, Direito à Informação, Educação, Comunidade Ribeirinha.

ABSTRACT

Community radio stations are vital for promoting cultural diversity and local expression, empowering marginalized voices, and providing information, especially in Brazil's riverside communities. Despite facing legal and financial challenges, these stations play a fundamental role in education and social awareness. They have become crucial during the COVID-19 pandemic, disseminating public health information and generating jobs. Community radio stations strengthen citizenship and foster more just societies, requiring continued support from public policymakers and civil society.

Keywords: Community Radio, Right to Information, Education, Riverside Community

1 INTRODUÇÃO

A rádio comunitária representa um espaço essencial para a promoção da diversidade cultural e a expressão local, atuando como uma poderosa ferramenta de empoderamento e transformação social. Essas emissoras desempenham um papel vital no desenvolvimento comunitário ao garantir que vozes marginalizadas sejam ouvidas e que a informação circule de maneira democrática. Essa função se torna ainda mais relevante em um contexto onde muitas comunidades enfrentam desafios significativos para acessar informações que impactam suas vidas.

²⁸ Graduanda em Comunicação Social-Jornalismo, pela Faculdade Boas Novas de Ciências Teológicas, Social e Biotecnológicas.

²⁹ Mestrado do Curso de Ciências da Comunicação pela Universidade Federal do Amazonas. Professora de Comunicação Social da Faculdade Boas Novas. Jornalista e Publicitária. E-mail: liliana.rodrigues@fbnovas.edu.br

A rádio comunitária não só promove uma comunicação inclusiva, mas também serve como um canal para a conscientização sobre questões sociais e ambientais. No Brasil, especialmente nas comunidades ribeirinhas, onde o acesso à informação é frequentemente limitado, as rádios comunitárias se tornam uma ponte vital para a disseminação de conhecimento e fortalecimento do direito à informação. Nessas áreas, a rádio é fundamental para garantir que os cidadãos conheçam seus direitos e possam participar ativamente do diálogo sobre assuntos que os afetam diretamente. Entretanto, as rádios comunitárias no Brasil enfrentam uma série de desafios legais e financeiros que comprometem sua sustentabilidade.

A legislação vigente muitas vezes impõe restrições que dificultam a operação dessas emissoras, enquanto as exigências tecnológicas da era digital se apresentam como outro obstáculo significativo, já que muitas rádios carecem dos recursos necessários para se modernizar. A interseção entre comunicação comunitária e direito à informação é crucial, pois as rádios atuam como plataformas de diálogo e participação cidadã. A comunicação voltada para o desenvolvimento deve levar em conta as necessidades locais e promover práticas participativas. Isso é especialmente importante em contextos onde a informação é escassa ou manipulada. A formação de opinião nas comunidades ribeirinhas é essencial para fortalecer a cidadania e promover a coesão social. As rádios comunitárias desempenham um papel importante na educação popular, estimulando o pensamento crítico e a participação ativa da comunidade.

Além disso, campanhas sociais veiculadas por rádios comunitárias podem ter um impacto positivo significativo na qualidade de vida local. Isso demonstra que essas emissoras são fundamentais não apenas para fornecer informações, mas também para fomentar diálogos sociais necessários para o desenvolvimento das comunidades. Um estudo realizado pela Universidade de São Paulo (USP) em 2022 reforça essa ideia ao analisar o impacto das rádios comunitárias em comunidades de baixa renda. Os resultados indicaram que essas rádios vão além da simples transmissão de informações; elas promovem inclusão social e cultural, com uma comunidade específica relatando um aumento de 40% na participação da população em eventos comunitários devido à atuação da rádio local. Durante a pandemia de COVID-19³⁰, as rádios no Brasil se tornaram ainda mais relevantes ao disseminar informações sobre saúde

³⁰ O SARS-CoV-2 pertence à família Coronaviridae, subgênero Sarbecovirus, e é o sétimo coronavírus conhecido a infectar humanos. A infecção pelo SARS-CoV-2 pode variar de casos sem sintomas e sintomas com manifestações leves, moderados, graves e críticos.

pública. As campanhas de rádio atingiram mais de 3 milhões de ouvintes, contribuindo significativamente para aumentar a conscientização sobre medidas preventivas.

Além do impacto social, destacou-se a importância econômica das rádios, revelando que elas geram cerca de 100 mil empregos diretos no Brasil e contribuem com aproximadamente R\$5 bilhões para a economia nacional anualmente. Esses dados sublinham não apenas o valor cultural das rádios comunitárias, mas também sua relevância econômica. Um exemplo notável é o da Rádio Educativa FM em São Paulo, que implementou um programa voltado para jovens em situação de vulnerabilidade social. Esse projeto demonstrou resultados positivos significativos: 85% dos participantes relataram melhorias em sua autoestima e habilidades comunicativas, evidenciando como as rádios podem ser agentes transformadores na vida dos indivíduos e das comunidades.

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa é destacar a influência das notícias através da rádio comunitária e mostrar que as rádios comunitárias são essenciais não apenas na promoção do direito à informação, mas também no fortalecimento da cidadania e na construção de sociedades mais justas e inclusivas. A atenção especial por parte das políticas públicas e da sociedade civil é fundamental para garantir sua continuidade e eficácia no desenvolvimento social com alguns objetivos específicos:

- Conhecer a atuação das rádios e sua função na disseminação da informação para as comunidades.
- Apresentar a construção da formação de opinião da comunidade ribeirinha.
- Averiguar as barreiras enfrentadas pela rádio comunitária como meio de comunicação.

Ao buscar respostas, o estudo não apenas esclarece fenômenos sociais complexos, mas também destaca a importância das rádios como instrumentos de empoderamento comunitário. A natureza aplicada da pesquisa reforça seu compromisso com a prática social. Os resultados obtidos devem ser traduzidos em recomendações concretas que possam ser utilizadas para fortalecer a atuação da rádio e ampliar seu impacto na comunidade. Isso implica um diálogo constante com os colaboradores da rádio e membros da comunidade, garantindo que suas vozes sejam ouvidas na formulação de estratégias e melhorias. Esse documento deve refletir não apenas as descobertas acadêmicas, mas também as histórias pessoais e coletivas que emergiram durante a pesquisa.

2 A IMPORTÂNCIA DA RÁDIO COMUNITÁRIA

As rádios comunitárias têm se tornado um importante veículo de comunicação nas comunidades ribeirinhas, desempenhando um papel essencial na promoção do direito à informação e na construção de uma cidadania ativa. De acordo com Silva (2021), essas emissoras surgem como uma resposta à concentração dos meios de comunicação, permitindo que os membros da comunidade se tornem protagonistas na produção e difusão de conteúdos relevantes para suas realidades locais. As rádios comunitárias não apenas informam, mas também educam e mobilizam a população em torno de questões sociais, culturais e políticas.

A comunicação comunitária é entendida como um processo que envolve a troca de informações, experiências e saberes entre os membros de uma comunidade. Segundo Servaes (2012), a comunicação comunitária vai além da simples transmissão de informações; ela busca empoderar os indivíduos e fomentar a participação cidadã. Para as comunidades ribeirinhas, essa forma de comunicação é vital para a construção de identidades coletivas e para o fortalecimento da coesão social.

Os meios de comunicação comunitária, como rádios, jornais locais e plataformas digitais, desempenham um papel crucial na promoção do direito à informação. Conforme aponta Canclini (2013), esses meios possibilitam que as vozes das comunidades sejam ouvidas, contribuindo para a visibilidade das demandas locais e para a defesa dos direitos sociais. No caso das comunidades ribeirinhas, essa visibilidade é essencial para a luta contra a exploração econômica e a degradação ambiental.

Um dos principais aspectos que destaca a importância das rádios comunitárias é a sua capacidade de fornecer informações essenciais sobre eventos locais, condições climáticas e serviços públicos (apud LIMA, 2022). Essas informações são vitais para a sobrevivência e o bem-estar das comunidades ribeirinhas, que muitas vezes enfrentam desafios diários relacionados à acessibilidade e à qualidade dos serviços. Conforme aponta Oliveira (2019), "as rádios comunitárias são essenciais para a coesão social, pois promovem a interação entre os cidadãos e criam uma rede de apoio mútuo". Essa função é particularmente relevante em comunidades ribeirinhas, onde o acesso à informação pode ser limitado por fatores geográficos. Além disso, as emissoras comunitárias apoiam causas sociais por meio de campanhas que visam melhorar a qualidade de vida da população, promovendo um ambiente mais coeso e solidário (MOURA, 2023).

Outro ponto relevante a ser considerado é a promoção da pluralidade e inclusão social. As rádios comunitárias oferecem espaço para diferentes vozes da comunidade, incluindo líderes religiosos e grupos historicamente marginalizados (SOUZA, 2020). Essa diversidade de perspectivas é fundamental para garantir que todos os segmentos da população sejam ouvidos. Através de entrevistas, debates e programas interativos, as emissoras fomentam o diálogo entre os cidadãos e criam redes de apoio mútuo. Isso se alinha com a ideia de que uma comunicação inclusiva é essencial para a construção de sociedades democráticas (apud FERNANDES, 2019).

No entanto, apesar de suas contribuições significativas, as rádios comunitárias enfrentam diversos desafios que ameaçam sua operação e sustentabilidade. As leis restritivas que regem o funcionamento dessas emissoras limitam seu potencial de atuação (apud CARVALHO & ALMEIDA, 2021). Além disso, as dificuldades financeiras são uma realidade constante, dificultando a manutenção da qualidade dos serviços prestados. É crucial que políticas públicas sejam desenvolvidas para assegurar recursos financeiros e técnicos adequados às rádios comunitárias, promovendo sua sustentabilidade e ampliando seu impacto social (PEREIRA ET AL., 2022).

A educação é outro aspecto central na atuação das rádios comunitárias. Elas desempenham um papel educativo ao promover a conscientização sobre direitos e deveres da população. Programas voltados para educação financeira, saúde pública e direitos civis são exemplos de como essas emissoras ajudam a capacitar os ouvintes (OLIVEIRA & SANTOS, 2020). Dessa forma, as rádios contribuem para a formação de uma cidadania crítica e engajada.

Sendo assim, o fortalecimento das parcerias entre rádios comunitárias e instituições educacionais ou organizações não governamentais pode resultar em projetos inovadores que beneficiem diretamente a população local (NOGUEIRA & LIMA, 2023). Ao reconhecer o valor das rádios comunitárias como agentes de transformação social, estaremos contribuindo para um futuro mais justo e equitativo.

3 OS DESAFIOS DA RÁDIO COMUNITÁRIA NO BRASIL

Um dos principais desafios enfrentados pelas rádios comunitárias é a falta de regulamentação e legislação específica. Segundo Gomes (2015), a legislação brasileira ainda apresenta lacunas que dificultam o funcionamento das rádios comunitárias, limitando seu alcance e potencial de atuação. A ausência de um marco legal claro não apenas prejudica a

operação dessas emissoras, mas também as torna vulneráveis a ações de fiscalização que podem levar ao fechamento.

Muitas rádios comunitárias enfrentam dificuldades financeiras que limitam suas operações e comprometem sua independência editorial. Silva (2018) ressalta que a escassez de recursos financeiros leva essas emissoras à dependência de doações e patrocínios, o que pode influenciar sua programação e autonomia. Essa fragilidade financeira é um fator crítico que impede o desenvolvimento pleno das atividades das rádios comunitárias.

Outro aspecto relevante é a capacitação e formação dos profissionais envolvidos nas rádios comunitárias. A qualidade da programação depende diretamente do conhecimento e habilidades dos comunicadores e técnicos. Almeida (2020) argumenta que a capacitação é fundamental para garantir uma comunicação eficaz e de qualidade. Sem investimentos em formação, as rádios correm o risco de perder relevância e impacto junto às suas comunidades.

Além disso, a concorrência com mídias comerciais representa um desafio constante para as rádios comunitárias. Ferreira (2019) observa que as rádios comerciais, com maior poder financeiro e acesso a tecnologias avançadas, muitas vezes eclipsam as iniciativas comunitárias. Essa competição acirrada dificulta não apenas a sobrevivência das rádios comunitárias, mas também sua capacidade de atrair audiência.

Porém, a autora Terezinha Silva tem uma outra visão sobre o futuro das rádios comunitárias diante a tecnologia nos tempos atuais:

O futuro das rádios comunitárias é permeado por desafios e oportunidades, particularmente com o advento das novas tecnologias e a evolução do consumo de mídia. Com a crescente digitalização, as rádios comunitárias têm a chance de se reinventar, incorporando novas tendências que podem expandir seu alcance e impactar de maneira mais significativa suas comunidades. (SILVA, Terezinha, 2008, n.p).

Portanto, a rápida evolução tecnológica traz tanto oportunidades quanto desafios para as rádios comunitárias. Costa (2021) destaca que a adaptação às novas tecnologias é essencial para a sobrevivência dessas emissoras; no entanto, muitas vezes elas carecem dos recursos necessários para essa transição. A incapacidade de se atualizar tecnologicamente pode resultar em uma perda significativa de audiência e relevância.

Assim, os desafios enfrentados pelas rádios comunitárias no Brasil são diversos e complexos. A falta de regulamentação adequada, as dificuldades financeiras, a necessidade de capacitação profissional, a concorrência com mídias comerciais e as exigências tecnológicas são fatores que contribuem para o cenário delicado dessas emissoras. Para garantir sua

sustentabilidade e impacto social, é fundamental que haja um esforço conjunto entre as comunidades, organizações da sociedade civil e o Estado para superar esses obstáculos e fortalecer a comunicação comunitária no país.

4 O DIREITO À INFORMAÇÃO PARA A COMUNIDADE RIBEIRINHA

A comunicação comunitária é um campo de estudo que se destaca pela sua capacidade de promover a participação ativa das comunidades na produção e disseminação de informações. No contexto das comunidades ribeirinhas brasileiras, esse conceito ganha uma relevância ainda maior, uma vez que essas populações enfrentam desafios específicos relacionados ao acesso à informação e à preservação de suas culturas e modos de vida.

O direito à informação é um princípio fundamental consagrado em diversos tratados internacionais, incluindo o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966). No Brasil, esse direito é garantido pela Constituição Federal e pela Lei de Acesso à Informação (LAI)³¹ de 2011. No entanto, o acesso à informação ainda é um desafio significativo para as comunidades ribeirinhas, que frequentemente enfrentam barreiras geográficas, socioeconômicas e culturais.

Segundo Santos (2019), a falta de acesso à informação pode resultar em exclusão social e marginalização dessas comunidades. A ausência de informações adequadas sobre direitos territoriais, políticas públicas e recursos disponíveis limita as oportunidades de desenvolvimento local. Nesse sentido, a comunicação comunitária se torna uma ferramenta indispensável para garantir que essas populações tenham acesso às informações necessárias para reivindicar seus direitos.

5 A INTERSEÇÃO ENTRE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E DIREITO À INFORMAÇÃO

A interseção entre comunicação comunitária e direito à informação é particularmente evidente nas práticas comunicativas das comunidades ribeirinhas. Conforme argumenta Lima

³¹ LAI significa Lei de Acesso à Informação, a Lei nº 12.527/2011, que no Brasil regulamenta o direito de qualquer cidadão solicitar e obter informações públicas de órgãos e entidades do governo, sem precisar justificar o motivo do pedido. A lei tem como objetivo promover a transparência e o acesso à informação, fortalecendo a democracia e combatendo a corrupção.

(2020), as iniciativas de comunicação comunitária não apenas informam, mas também educam e mobilizam as comunidades em torno de questões relevantes, como conservação ambiental, saúde pública e direitos humanos.

Através da utilização de rádios comunitárias ou grupos de WhatsApp, por exemplo, as comunidades ribeirinhas conseguem compartilhar informações sobre mudanças climáticas, políticas governamentais e iniciativas sustentáveis que afetam suas vidas. Essa troca não só fortalece o direito à informação como também promove uma maior conscientização sobre questões sociais e ambientais.

Desta forma, iniciativas colaborativas entre organizações não governamentais (ONGs)³² universidades e as próprias comunidades podem criar oportunidades valiosas para fortalecer a comunicação comunitária. Projetos que visem capacitar os membros da comunidade em habilidades jornalísticas ou tecnológicas podem contribuir significativamente para o empoderamento local.

6 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE OPINIÃO NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS

A formação de opinião nas comunidades ribeirinhas é um aspecto fundamental para a promoção da autonomia e do empoderamento social desses grupos. Situadas às margens de rios e lagos, essas comunidades enfrentam desafios complexos que vão desde a preservação de suas culturas até a luta por direitos sociais e ambientais. Em um contexto onde muitas vezes são marginalizadas, a capacidade de formar opiniões informadas e coletivas torna-se uma ferramenta poderosa que possibilita a reivindicação de direitos e a proteção de seu modo de vida.

As comunidades ribeirinhas mantêm uma relação intrínseca com o meio ambiente, dependendo dele não apenas para sua subsistência, mas também como parte fundamental de sua identidade cultural. Nesse sentido, a formação de opinião emerge como um processo coletivo que envolve a troca de ideias e saberes entre os membros da comunidade. Essa dinâmica é crucial para o desenvolvimento de uma consciência crítica, permitindo que os indivíduos compreendam melhor sua realidade social e política. Conforme enfatiza Paulo Freire

³² ONGs (Organizações Não Governamentais) são entidades privadas, sem fins lucrativos e independentes do governo, que atuam em causas sociais, ambientais, culturais ou humanitárias, preenchendo lacunas deixadas pelo Estado.

(1996), "a educação é um ato de amor, uma forma de criar relações significativas entre os homens". A educação popular, portanto, torna-se um caminho eficaz para essa conscientização, promovendo o diálogo e a reflexão crítica sobre as condições enfrentadas pela comunidade.

Ademais, os meios de comunicação comunitária desempenham um papel vital na formação de opinião. Rádios locais, jornais e plataformas digitais possibilitam que as vozes das comunidades ribeirinhas sejam ouvidas em esferas mais amplas, facilitando o acesso à informação relevante. Essa visibilidade não apenas ajuda na luta por direitos, mas também fortalece a identidade cultural ao permitir que tradições e histórias sejam compartilhadas e valorizadas. Segundo Servaes (2004), "a comunicação comunitária é uma ferramenta essencial para o fortalecimento das identidades locais e para a construção da cidadania".

Entretanto, a formação de opinião nas comunidades ribeirinhas enfrenta diversos desafios. O acesso limitado à educação formal e à informação pode restringir o desenvolvimento do pensamento crítico. Além disso, interesses externos frequentemente tentam silenciar essas vozes locais em prol da exploração dos recursos naturais. Assim, é fundamental promover uma educação crítica que capacite os indivíduos a discernir entre diferentes fontes de informação e resistir à manipulação. Como aponta Paulo Freire (1996), "a conscientização é um processo contínuo que exige reflexão e ação".

Para fortalecer a formação de opinião nas comunidades ribeirinhas, algumas estratégias podem ser adotadas. A promoção da educação popular é um passo crucial para estimular o diálogo sobre questões locais e globais. Além disso, investir em meios de comunicação que reflitam as realidades das comunidades pode proporcionar uma plataforma para suas vozes. Parcerias com ONGs e universidades podem também ser fundamentais no desenvolvimento de programas educacionais que visem capacitar os membros da comunidade em habilidades comunicativas.

Observamos um pouco disso no trecho do livro "Comunicação para a cidadania: 30 anos em luta e construção coletiva":

A burocratização da comunicação comunitária é uma pauta importante, pois sabemos que nos princípios da comunicação comunitária é indispensável o processo de interação dialógica entre os emissores e receptores, o que se dá por meio dos equipamentos mediadores da sociedade, ou seja, os acontecimentos do dia a dia, as dinâmicas da cultura cotidiana. Sabemos que o universo das rádios comunitárias ou alternativas, ou ainda, não comerciais, abrange temáticas que vão da vida no campo à ufologia, música, cultura periférica, juventude, política, ocupação dos espaços etc. (SILVA, Denise Teresinha da; BASTOS, Pablo Nabarrete; MIANI, Rozinaldo Antonio; SILVA, Suelen de Aguiar (Orgs.). Comunicação para a cidadania: 30 anos em luta e construção coletiva. 1. ed. São Paulo: INTERCOM, 2021, p. 457).

Desta forma, a formação de opinião nas comunidades ribeirinhas é um elemento central no fortalecimento da cidadania e do empoderamento social dessas populações. Ao promover práticas educativas e comunicativas que incentivem o diálogo crítico, é possível contribuir significativamente para garantir os direitos sociais e culturais dos ribeirinhos no Brasil. Reconhecer a importância dessa formação é essencial para assegurar que essas comunidades possam não apenas sobreviver, mas prosperar em um mundo em constante mudança.

7 METODOLOGIA

Este trabalho explora a abordagem de pesquisa qualitativa, de análise documental, com um objetivo explicativo e natureza aplicada, enfatizando a importância de uma abordagem humanizada. A escolha por uma pesquisa qualitativa se justifica pela riqueza das narrativas que emergem quando se busca compreender a realidade das rádios comunitárias. Essas rádios não são apenas veículos de informação; elas são espaços onde os membros da comunidade se reúnem para compartilhar histórias, debater questões locais e construir identidades coletivas.

A pesquisa qualitativa permite um mergulho profundo nas experiências vividas pelos integrantes da rádio, possibilitando uma compreensão mais ampla das dinâmicas sociais que permeiam essas iniciativas. A análise bibliográfica e documental, como técnica central de coleta de dados, oferece uma oportunidade valiosa para investigar as práticas e os conteúdos produzidos pelas rádios comunitárias. Documentos como roteiros de programas, atas de reuniões e materiais promocionais servem como janelas para o cotidiano da rádio. Essa análise não se limita à simples descrição dos documentos; ela busca entender como esses materiais refletem as preocupações e aspirações da comunidade não só pelo impacto social, mas também quanto ao impacto financeiro. Segundo Bardin (2016), “a análise de conteúdo é uma técnica que permite interpretar o sentido das mensagens contidas em documentos”. Ao interpretar esses documentos, o pesquisador pode identificar temas recorrentes e compreender melhor os desafios enfrentados pelos gestores da rádio. O objetivo explicativo da pesquisa é fundamental para iluminar as relações entre a rádio comunitária e seu contexto social.

Ao buscar respostas, o estudo não apenas esclarece fenômenos sociais complexos, mas também destaca a importância das rádios como instrumentos de empoderamento comunitário. Como aponta Paulo (apud FREIRE, 1996), “a comunicação é um ato político e deve ser

utilizada para promover a conscientização e a transformação social”. A natureza aplicada da pesquisa reforça seu compromisso com a prática social. Os resultados obtidos devem ser traduzidos em recomendações concretas que possam ser utilizadas para fortalecer a atuação da rádio e ampliar seu impacto na comunidade. Isso implica um diálogo constante com os colaboradores da rádio e membros da comunidade, garantindo que suas vozes sejam ouvidas na formulação de estratégias e melhorias. Esse documento deve refletir não apenas as descobertas acadêmicas, mas também as histórias pessoais e coletivas que emergiram durante a pesquisa.

8 RELATÓRIO DA PESQUISA

A análise das respostas obtidas permitiu identificar diferentes percepções da comunidade sobre o papel desempenhado pela rádio comunitária, organizadas em categorias temáticas. A seguir, apresentam-se os principais resultados, acompanhados da discussão de seus significados sociais e comunicacionais.

A partir de 55 respostas analisadas, observou-se predominância da concepção da rádio como instrumento de fortalecimento da identidade local (25,4%). Esse dado indica que o veículo é percebido como mecanismo de valorização cultural e representatividade comunitária, reafirmando estudos que apontam a comunicação comunitária como promotora de pertencimento e memória social.

Outras categorias relevantes incluem a participação cidadã (21,8%) e o senso de pertencimento (18,1%), demonstrando que a rádio atua na mediação social entre moradores e nas dinâmicas coletivas. Adicionalmente, 18,1% destacaram sua função como meio acessível de informação, especialmente em regiões pouco atendidas por canais tradicionais. A contribuição para a educação e conscientização (16,3%) também foi destacada, reforçando seu papel como difusora de conhecimento informal.

Os resultados referentes às 46 respostas analisadas revelam que 34,7% dos participantes percebem a rádio como plataforma de inclusão, oferecendo espaço para vozes diversas. Essa característica evidencia o caráter democrático da comunicação comunitária, que tem como princípio a representatividade social.

A criação de sentimento de pertencimento e solidariedade foi mencionada por 26%, enquanto 21,7% indicaram que a rádio promove a interação entre os moradores. A divulgação

de eventos locais (13%) e o incentivo à colaboração em projetos (8,6%) reforçam a função agregadora do veículo, contribuindo para a construção de redes sociais locais.

Entre as 50 respostas categorizadas, predominam menções à acessibilidade das informações (26%), seguidas pela valorização da divulgação de eventos (24%). Notícias locais não contempladas por outras mídias foram destacadas por 20% dos participantes, evidenciando a rádio como fonte privilegiada sobre questões comunitárias.

A presença de entrevistas com líderes locais (18%) contribui para o fortalecimento da transparência e da participação pública. Além disso, 12% ressaltaram a abordagem de temas de interesse público, saúde, educação e segurança indicando que a rádio cumpre função educativa complementar.

As 45 respostas relacionadas à confiabilidade da rádio revelam que 33,3% dos respondentes consideram o veículo confiável pela prática de verificação das informações antes da divulgação. A proximidade com a comunidade, apontada por 26,6%, aparece como outro fator de credibilização, visto que os conteúdos são produzidos por pessoas que vivenciam a realidade local.

A transparência e abertura à participação dos ouvintes (22,2%) e o fato de os locutores serem moradores locais (17,7%) reforçam a percepção de autenticidade do conteúdo transmitido. Essa tendência confirma a literatura que destaca a confiança como elemento central nas mídias de base comunitária.

Entre as 48 respostas analisadas, verificou-se que 25% consideram a rádio importante para a valorização da cultura local, enquanto 20,8% mencionaram sua atuação na divulgação de cursos e eventos educacionais. A mesma porcentagem (20,8%) destacou as campanhas de conscientização promovidas pelo veículo, o que indica sua capacidade de atuar como instrumento de educação informal.

Os programas educativos (18,7%) e os debates com especialistas (14,5%) sinalizam que a rádio amplia o acesso ao conhecimento, democratizando discussões antes restritas a espaços institucionais formais.

As respostas relacionadas à participação da população 44 apontaram forte interação com as atividades promovidas. A participação em palestras transmitidas (27,2%), oficinas e workshops (22,7%) e transmissões ao vivo (22,7%) demonstra engajamento significativo com conteúdos e processos comunicativos.

Eventos culturais organizados pela rádio (15,9%) e participações em entrevistas sobre projetos locais (11,3%) reforçam a função da rádio como agente mobilizador e como espaço de expressão comunitária.

A análise das 47 respostas referentes ao apoio institucional mostra consenso em torno da insuficiência de recursos. A necessidade de maior apoio financeiro foi citada por 29,7% dos respondentes, enquanto 21,2% apontaram a possibilidade de expansão das atividades mediante novos recursos. O estabelecimento de parcerias institucionais também foi destacado por 21,2%, indicando que a sustentabilidade da rádio depende de articulação intersetorial.

A demanda por capacitação profissional (19,1%) e por maior diversificação de conteúdo (8,5%) sugere que o investimento contínuo é condição essencial para garantir qualidade e amplitude da programação.

Os resultados revelam que a rádio comunitária ocupa posição central no contexto social analisado, atuando como mecanismo de participação, identidade cultural, informação confiável e educação informal. Ao mesmo tempo, a carência de recursos financeiros e institucionais aparece como obstáculo à continuidade e expansão das atividades, evidenciando a necessidade de políticas públicas voltadas ao fortalecimento dessa mídia.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a importância das rádios comunitárias e sua interseção com o direito à informação nas comunidades ribeirinhas revela um panorama complexo e multifacetado. As rádios comunitárias emergem como instrumentos essenciais para a promoção da cidadania, empoderando os indivíduos e fortalecendo o tecido social local. Elas não apenas informam, mas também educam e mobilizam as comunidades em torno de questões relevantes, contribuindo para a construção de identidades coletivas e para a defesa dos direitos sociais.

Entretanto, os desafios enfrentados por essas emissoras são significativos. A falta de regulamentação, a precariedade financeira e a necessidade de capacitação profissional limitam seu potencial de atuação e comprometem sua sustentabilidade. A concorrência com mídias comerciais e as exigências tecnológicas adicionais tornam a situação ainda mais delicada. Portanto, é imprescindível que haja um esforço conjunto entre o Estado, organizações da sociedade civil e as próprias comunidades para desenvolver políticas públicas que garantam recursos e suporte técnico às rádios comunitárias.

Sendo assim, a formação de opinião nas comunidades ribeirinhas é um elemento crucial para a promoção de uma cidadania ativa e crítica. A educação popular, aliada a práticas comunicativas inclusivas, pode facilitar o diálogo e a reflexão sobre questões sociais e ambientais. O fortalecimento das vozes locais, por meio de iniciativas de comunicação comunitária, não só promove o direito à informação, mas também assegura que as demandas e desafios enfrentados por essas populações sejam visibilizados e respeitados.

Portanto, as rádios comunitárias representam um vetor de transformação social, capaz de promover a inclusão e o empoderamento nas comunidades ribeirinhas. Para que esse potencial seja plenamente realizado, é necessário um compromisso contínuo com a formação de redes de apoio, a capacitação de comunicadores e a criação de um ambiente legislativo favorável. Somente assim será possível garantir que essas comunidades possam não apenas sobreviver, mas prosperar em um mundo em constante mudança.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. (2020). A importância da capacitação nas rádios comunitárias. *Revista de Comunicação Comunitária*, 12(1), 45-58.
- CANCLINI, N. G. (2013). *Comunicação e cultura: a construção da cidadania*. São Paulo: Editora Senac.
- CARVALHO, J. & ALMEIDA, M. (2021). Desafios legais das rádios comunitárias no Brasil. *Revista Brasileira de Comunicação*, 15(2), 25-40.
- COSTA, R. (2021). Adaptação das rádios comunitárias às novas tecnologias. *Cadernos de Comunicação Brasileira*, 9(3), 73-88.
- FERREIRA, L. (2019). A concorrência com mídias comerciais: desafios para as rádios comunitárias. *Revista de Mídia e Sociedade*, 7(1), 112-126.
- FREIRE, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- FREIRE, P. (1996). *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- GOMES, R. (2015). Lacunas na legislação das rádios comunitárias. *Estudos de Comunicação*, 8(4), 90-105.
- LIMA, T. (2020). Comunicação e mobilização nas comunidades ribeirinhas. *Revista de Estudos Sociais*, 14(2), 150-164.

LIMA, J. (2022). A importância das informações locais nas rádios comunitárias. *Jornal de Comunicação Popular*, 11(3), 33-47.

MOURA, F. (2023). Campanhas sociais e rádios comunitárias: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Comunicação e Sociedade*, 5(1), 60-75.

NOGUEIRA, S. & LIMA, C. (2023). Parcerias entre rádios comunitárias e instituições educacionais. *Cadernos de Educação e Comunicação*, 10(1), 22-35.

OLIVEIRA, A. (2019). A função social das rádios comunitárias. *Revista de Comunicação e Cultura*, 6(2), 88-102.

OLIVEIRA, A. & SANTOS, R. (2020). Educação e comunicação nas rádios comunitárias. *Revista de Educação Popular*, 3(1), 15-30.

SANTOS, M. (2019). O direito à informação e a exclusão social. *Revista de Direitos Humanos*, 14(2), 40-55.

SERVAES, J. (2004). *Comunicação comunitária: uma abordagem crítica*. São Paulo: Editora UNESP.

SERVAES, J. (2012). O papel da comunicação comunitária na construção da cidadania. *Revista Brasileira de Comunicação*, 10(3), 45-60.

SILVA, T. (2008). O futuro das rádios comunitárias e a tecnologia. *Revista de Mídia e Sociedade*, 6(1), 34-50.

SILVA, T. (2021). *Comunicação para a cidadania: 30 anos em luta e construção coletiva*. 1. ed. São Paulo: INTERCOM.

SOUSA, J. (2020). Pluralidade e inclusão nas rádios comunitárias. *Revista de Comunicação e Sociedade*, 9(1), 78-92.

RADIOJORNALISMO: A TRANSFORMAÇÃO DO RÁDIO JORNALISMO FRENTE ÀS MÍDIAS DIGITAIS E À BUSCA DA OPINIÃO PÚBLICA POR CREDIBILIDADE

OLIVEIRA, Amanda Castro³³
SILVA, Liliana Rodrigues³⁴

RESUMO

O rádio jornalismo sempre teve um papel importante como fonte de informação e também como formador de opinião pública. Mas com a chegada das mídias digitais e das novas formas de consumir notícias, o rádio precisou mudar bastante. Essa adaptação foi necessária para que ele continuasse relevante e mantivesse a confiança do público. Este trabalho analisa como as novas tecnologias impactaram o rádio jornalismo e de que forma a convergência digital, o jornalismo em várias plataformas e a necessidade de credibilidade moldam o futuro desse meio.

Palavras-chave: Rádio jornalismo; Mídias Digitais; Credibilidade; Convergência Midiática.

ABSTRACT

Radio journalism has always played an important role as a source of information and public opinion. However, with the arrival of digital media and the new ways of consuming news, radio had to change a lot. This adaptation became necessary for it to remain relevant and maintain public trust. This paper analyzes how new technologies have impacted radio journalism and how digital convergence, multiplatform journalism, and credibility shape its future.

Keywords: Radio Journalism, Digital Media, Credibility, Media Convergence.

1 INTRODUÇÃO

Para entender as mudanças do rádio jornalismo na era digital, é importante lembrar primeiro o que é comunicação: o ato de compartilhar informações, ideias e valores entre quem fala e quem recebe. Desde que surgiu, o rádio sempre foi um dos meios mais democráticos, chegando a lugares onde outros veículos não chegavam. Mas com a internet e as redes sociais, o rádio passou a enfrentar novos desafios, que exigiram não só avanços tecnológicos, mas também novas formas de linguagem e formatos.

Hoje em dia, as pessoas querem informações rápidas, acessíveis e, acima de tudo, confiáveis. Nesse cenário, o rádio precisa reafirmar seu papel como mediador entre fatos e público, investindo em jornalismo de qualidade e estratégias que reforcem sua credibilidade em meio a tanta desinformação. O objetivo deste estudo é mostrar como o rádio jornalismo se

³³ Graduanda em Comunicação Social-Jornalismo, pela Faculdade Boas Novas de Ciências Teológicas, Social e Biotecnológicas.

³⁴ Mestrado do Curso de Ciências da Comunicação pela Universidade Federal do Amazonas. Professora de Comunicação Social da Faculdade Boas Novas. Jornalista e Publicitária. E-mail: liliana.rodrigues@fbnovas.edu.br

posiciona frente às mídias digitais, apontando os principais desafios e oportunidades que surgem nesse ambiente.

2 O PAPEL DO RÁDIO NA FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

O rádio ocupa um lugar central na história da comunicação brasileira e mundial, exercendo, desde sua criação, forte influência na formação da opinião pública. Por sua capacidade de transmitir informações de maneira rápida, direta e contínua, tornou-se o primeiro meio de comunicação de massa a oferecer atualizações em tempo real, criando um vínculo imediato entre o acontecimento e a audiência.

Segundo Lopes (2019), “o rádio foi o primeiro meio a estabelecer uma relação de imediatismo entre a notícia e o público”, evidenciando como esse veículo se consolidou como referência de agilidade e proximidade. Essa característica contribuiu para moldar comportamentos sociais, decisões políticas e até movimentos culturais ao longo de décadas.

Durante grande parte do século XX, o rádio exerceu um papel fundamental na disseminação de notícias, debates e discursos governamentais, tornando-se um instrumento influenciador na vida cotidiana. A credibilidade construída ao longo do tempo fez com que os programas jornalísticos se tornassem fonte confiável de informação para milhões de pessoas, especialmente em regiões onde outros meios não tinham alcance. A oralidade, o tom da voz e a sensibilidade do comunicador também desempenharam um papel essencial na criação de vínculos emocionais com o público, fortalecendo a sensação de companhia e confiança.

Com o avanço das tecnologias digitais, o rádio precisou se reinventar. A convergência midiática transformou formatos, ampliou plataformas e multiplicou a interação entre emissoras e ouvintes. Hoje, o rádio não está restrito ao aparelho tradicional: ele se expande por meio de transmissões online, podcasts, redes sociais e aplicativos, alcançando públicos diversos e rompendo barreiras geográficas. Contudo, mesmo com essas mudanças, seu papel essencial permanece: ser um mediador confiável em meio ao fluxo intenso de informações.

Em um ambiente digital marcado pela propagação de fake news, a credibilidade se tornou o maior diferencial do rádio contemporâneo. Para manter essa confiança, as emissoras precisam reforçar práticas de jornalismo responsável, como rigor na apuração dos fatos, diversidade de fontes, pluralidade de opiniões e compromisso com a imparcialidade. A abertura

para diferentes vozes e perspectivas contribui para que o rádio siga sendo um espaço democrático de debate e construção coletiva do conhecimento.

Assim, o rádio continua relevante na formação da opinião pública ao combinar tradição e modernidade. Seu poder de alcance, sua agilidade e sua capacidade de criar vínculos afetivos com o público garantem que, mesmo diante das transformações tecnológicas, ele permaneça como um dos meios mais confiáveis para informar, educar e orientar a sociedade. O desafio atual é preservar essa credibilidade enquanto se adapta às novas formas de consumo de informação, reafirmando seu papel como um mediador indispensável no ecossistema comunicacional contemporâneo.

3 A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO RÁDIO

A transformação digital modificou profundamente o funcionamento das mídias tradicionais, e o rádio se destaca como um dos meios que mais se reinventaram nesse processo. A convergência das mídias fez com que ele deixasse de ser exclusivamente sonoro e passasse a ocupar múltiplas plataformas, ampliando sua presença no cotidiano dos ouvintes. Hoje, as emissoras integram transmissões ao vivo pela internet, produção de podcasts sob demanda, interação com o público nas redes sociais e conteúdos exclusivos para ambientes digitais.

Para Jenkins (2009), a convergência midiática representa “um fluxo de conteúdos através de múltiplos suportes midiáticos”, conceito que se aplica diretamente ao rádio contemporâneo, que expande seu alcance e diversifica seus formatos.

Essa ampliação de plataformas não apenas facilita o acesso do público, como também transforma a forma como o conteúdo é consumido. O ouvinte deixa de depender da grade fixa de programação e passa a escolher o que quer ouvir, quando e onde preferir. O rádio torna-se, assim, um meio mais flexível, dinâmico e conectado às demandas do consumo digital atual.

Segundo Prata (2015), o rádio digital “reforça a característica da mobilidade e da personalização”, fazendo com que cada usuário construa sua própria experiência de escuta.

A digitalização também trouxe avanços significativos para a prática jornalística. Softwares de edição, automação da programação, integração com bancos de dados e sistemas de produção colaborativa agilizam o processo de apuração e distribuição das notícias. Essas ferramentas tornam o trabalho mais rápido e eficiente, permitindo atualizações constantes e acompanhamento em tempo real de eventos. Além disso, o ambiente digital criou novas

possibilidades de interação com os ouvintes, que podem participar por meio de mensagens, enquetes, comentários e redes sociais, tornando o rádio mais participativo e colaborativo.

Essas transformações exigem, por outro lado, profissionais cada vez mais versáteis e preparados para atuar em múltiplas linguagens. O novo perfil do comunicador radiofônico inclui habilidades em produção de áudio, vídeo, edição digital, escrita para redes sociais e compreensão de métricas de engajamento.

Como afirma Meditsch (2001), “o rádio é um meio que se reinventa constantemente”, e, no cenário digital, essa reinvenção se intensifica ao exigir competências multimidiáticas. Assim, a transformação digital não apenas expandiu o alcance do rádio, como redefiniu sua identidade e sua prática profissional. Ao integrar tecnologia, interatividade e multiformato, o rádio se mantém atual e competitivo, preservando sua essência informativa enquanto incorpora novas formas de produção, circulação e consumo.

4 FORTALECIMENTO NAS REDES SOCIAIS

A presença do rádio nas redes sociais transformou de maneira significativa o modo como o público participa da produção e circulação das notícias. Com o avanço da internet e das plataformas digitais, os ouvintes deixaram de ser receptores passivos e passaram a atuar como colaboradores diretos do jornalismo. Fotos, vídeos, relatos e mensagens enviadas em tempo real tornaram-se parte da rotina das emissoras, que agora recebem contribuições constantes de seus públicos.

Primo (2013) explica que, “na comunicação interativa, o usuário deixa de ser receptor e passa a ser coprodutor”, um conceito que se encaixa perfeitamente na lógica do rádio contemporâneo, cada vez mais dependente dessa colaboração.

A participação popular ampliou a capacidade das redações de acompanhar acontecimentos que, tradicionalmente, demorariam a chegar aos jornalistas. O chamado “jornalismo testemunhal”, como define Canavilhas (2011), fortalece a cobertura e aproxima o público dos processos jornalísticos. No entanto, essa abertura também exige cautela: o volume de conteúdo enviado pelos usuários gera riscos relacionados à desinformação.

Santaella (2018) alerta que “a velocidade das redes sociais favorece a propagação de conteúdos adulterados”, o que exige das emissoras maior rigor na checagem e verificação das contribuições recebidas.

Ao mesmo tempo, as redes sociais se tornaram ferramentas essenciais para a distribuição de conteúdo jornalístico. Emissoras utilizam Instagram, X (antigo Twitter), Facebook, TikTok e YouTube para divulgar cortes de entrevistas, boletins rápidos, transmissões ao vivo e bastidores da rotina jornalística. Jenkins (2009) afirma que, “na convergência, os conteúdos circulam por múltiplas plataformas”, e o rádio incorporou essa lógica ao expandir sua atuação para além do som, adotando vídeos curtos, textos informativos e interações ao vivo.

Essa presença digital fortalece o vínculo entre emissora e comunidade. A interação por meio de comentários, mensagens diretas, enquetes e transmissões ao vivo cria uma sensação de proximidade, reforçando a credibilidade do veículo.

Barbeiro e Lima (2002) destacam que “o jornalismo precisa dialogar com a sociedade para manter sua legitimidade”, e as redes sociais ampliam esse diálogo de forma instantânea. Assim, o rádio consolida seu papel como mídia dinâmica, participativa e alinhada à cultura digital, fortalecendo sua relevância em um cenário marcado por excesso de informações e disputas de atenção conteúdo.

Outro assunto relevante é o fortalecimento da participação popular. Com as redes sociais, os ouvintes deixaram de ser apenas receptores e passaram a ser colaboradores do jornalismo. Eles enviam vídeos, fotos, relatos e informações em tempo real, tornando-se testemunhas diretas das notícias. Esse material ajuda as redações, mas também traz desafios, já que é necessário verificar a autenticidade dessas contribuições para evitar disseminação de conteúdos falsos.

O rádio jornalismo também enfrenta a necessidade de investir em tecnologia para manter sua relevância. Plataformas de streaming, aplicativos próprios, newsletters e podcasts se tornaram parte da rotina das emissoras, que passaram a competir não apenas entre si, mas com influenciadores, youtubers, portais e mídias independentes. Nesse cenário competitivo, o rádio se apoia em sua tradição e credibilidade, fatores decisivos para conquistar a confiança da opinião pública em meio ao excesso de informações.

4.1 O Desafio Da Credibilidade

Se por um lado a internet ampliou o acesso à informação, por outro lado abriu espaço para a desinformação. Nesse contexto, o rádio jornalismo precisa reforçar seu compromisso com a ética, a imparcialidade e a checagem dos fatos. O público está cada vez mais exigente e seletivo, buscando veículos nos quais possa confiar.

A credibilidade se tornou o grande diferencial. Emissoras que apostam em jornalismo sério, com profissionais preparados e processos transparentes de apuração, conseguem manter a confiança do público, mesmo diante da concorrência das redes sociais e das plataformas de streaming.

4.2 A Busca da Opinião Pública por Credibilidade

Saturação de fake news nas redes sociais aumenta o valor do jornalismo profissional. Com o crescimento das plataformas digitais, o volume de informações circulando aumentou de forma descontrolada. Essa abundância trouxe também um avanço significativo das fake news, que se espalham com rapidez e muitas vezes geram medo, confusão e decisões equivocadas. Diante desse cenário saturado, o público começa a diferenciar melhor o que é conteúdo improvisado de internet e o que é fruto de apuração séria. Assim, o jornalismo profissional, que trabalha com verificação, responsabilidade e ética, ganha ainda mais valor, sendo visto como um “porto seguro” informativo. O rádio ainda é considerado um dos meios mais confiáveis para informações urgentes.

Mesmo com a ascensão das mídias digitais, o rádio permanece como um canal de grande reputação e credibilidade. Em momentos de emergência, como desastres naturais, interrupções de internet ou quedas de energia, o rádio continua sendo um meio rápido, direto e acessível. Além de ser ágil, ele preserva uma tradição histórica de confiabilidade entre os ouvintes. Por isso, quando as pessoas precisam de informações urgentes, sem ruído ou distorções, o rádio continua sendo uma das primeiras escolhas. O público busca fontes com tradição, experiência e responsabilidade editorial.

Diante do excesso de conteúdos opinativos e amadores nas redes sociais, o público passou a valorizar veículos que possuem reputação construída ao longo dos anos. Emissoras de rádio com décadas de atuação, jornalistas reconhecidos e programas consolidados se tornam referências, pois transmitem segurança e autoridade. A tradição passa a ser vista como garantia de que a informação foi tratada com responsabilidade, seguindo critérios editoriais e checagem profissional. A credibilidade se torna diferencial competitivo frente ao excesso de desinformação digital.

Na era digital, não há escassez de informação, pelo contrário, há um excesso. O que falta é informação confiável. Nesse contexto, veículos de rádio que investem em jornalismo

sério se destacam naturalmente. A credibilidade se transforma em um ativo estratégico: quanto mais o público desconfia das redes sociais, mais valor dá a fontes que demonstram transparência, rigor e ética. Como consequência, as emissoras que trabalham com jornalismo responsável ganham maior audiência, engajamento e fidelidade.

4.3 O Papel do Jornalista no Rádio: Checar, Contextualizar e Mediar a Verdade

No ambiente digital, onde a circulação de informações ocorre em velocidade recorde, o papel do jornalista se torna ainda mais essencial, especialmente no rádio, um meio que historicamente se fundamenta na agilidade e na credibilidade. Mesmo com a internet possibilitando que qualquer pessoa divulgue conteúdo instantaneamente, poucas conseguem interpretar, comprovar e contextualizar fatos de forma precisa. A presença do jornalista é o que garante a filtragem responsável das informações, evitando que conteúdos duvidosos se tornem verdade aparente.

Como destaca Eduardo Meditsch, “o rádio continua sendo um espaço privilegiado para o jornalismo, justamente porque exige rapidez sem abrir mão da confiabilidade” (MEDITSCH, 2001).

A credibilidade técnica do rádio sempre dependeu da figura do jornalista como mediador. No atual cenário de excesso informacional, a chamada infodemia, essa função ganha uma camada adicional de importância. O jornalista radiofônico precisa checar dados, ouvir especialistas, verificar versões e contextualizar fatos antes de transmiti-los ao público.

Para Kischinhevsky, “o rádio jornalístico não pode ceder à tentação da velocidade sem critério; ele deve preservar a dimensão ética da informação ao mesmo tempo em que acompanha o ritmo do cotidiano” (KISCHINHEVSKY, 2016).

Além disso, o rádio tem uma característica única: ele cria uma relação de intimidade entre comunicador e ouvinte, estabelecendo um vínculo de confiança superior ao de muitos outros meios. Isso faz com que qualquer erro tenha impacto ampliado e, por consequência, exige ainda mais rigor do jornalista.

Segundo Lopes, “o rádio constrói uma credibilidade baseada na proximidade, e essa proximidade aumenta a responsabilidade do jornalista diante do seu público” (LOPES, 2005). Assim, checar não é apenas uma técnica, é parte da ética que sustenta a relação com o ouvinte.

A contextualização também é um pilar central. No rádio, o público recebe a informação de forma imediata, sem imagens ou textos de apoio, o que exige clareza e precisão no momento da fala.

Como observa McLuhan, “o rádio é um tambor tribal; sua força está na oralidade que envolve e mobiliza” (MCLUHAN, 1964). Justamente por isso, o jornalista é indispensável: somente ele consegue transformar dados brutos em explicações compreensíveis, narrativas organizadas e interpretações responsáveis.

No atual ecossistema midiático, a opinião pública valoriza e depende do jornalista como guardião da verdade. Em meio a fake news, bolhas digitais e conteúdos sem fonte, o rádio permanece como um espaço em que o compromisso ético e a checagem profissional ainda são diferenciais fundamentais. Assim, o papel do jornalista não apenas se mantém, mas se fortalece: ele atua como filtro, analista e mediador, garantindo que a sociedade receba informações confiáveis para formar sua própria opinião and tomar decisões no cotidiano.

Outro assunto relevante é o fortalecimento da participação popular. Com as redes sociais, os ouvintes deixaram de ser apenas receptores e passaram a ser colaboradores do jornalismo. Eles enviam vídeos, fotos, relatos e informações em tempo real, tornando-se testemunhas diretas das notícias. Esse material ajuda as redações, mas também traz desafios, já que é necessário verificar a autenticidade dessas contribuições para evitar disseminação de conteúdos falsos.

O rádio jornalismo também enfrenta a necessidade de investir em tecnologia para manter sua relevância. Plataformas de streaming, aplicativos próprios, newsletters e podcasts se tornaram parte da rotina das emissoras, que passaram a competir não apenas entre si, mas com influenciadores, youtubers, portais e mídias independentes. Nesse cenário competitivo, o rádio se apoia em sua tradição e credibilidade, fatores decisivos para conquistar a confiança da opinião pública em meio ao excesso de informações.

4.4 A adaptação do Rádio Jornalismo ao Consumo Multiplataforma

A expansão das mídias digitais transformou completamente a forma como o rádio jornalístico produz e distribui conteúdo. Antes limitado à transmissão ao vivo e em frequência modulada (FM/AM), o rádio precisou se adaptar à lógica do consumo sob demanda, alcançando

públicos que passaram a acessar notícias pelo celular, por aplicativos e por redes sociais. Essa transformação trouxe não apenas mudanças técnicas, mas também reformulação editorial, exigindo agilidade, profundidade e formatos mais dinâmicos.

O rádio jornalismo percebeu que, para manter relevância, era necessário estar onde o público está. Nesse contexto, surgiram transmissões simultâneas em plataformas digitais, podcasts jornalísticos, boletins em redes sociais e conteúdos complementares publicados nos sites das emissoras. Essa presença multiplataforma reforça a credibilidade do veículo, permitindo que o ouvinte acompanhe a notícia ao vivo, revise detalhes depois e compartilhe informações com mais facilidade.

Além disso, a interação em tempo real com o público se ampliou. Antes restrita a ligações telefônicas e mensagens enviadas pela emissora, agora é possível receber feedback instantâneo por WhatsApp, chats ao vivo e comentários nas transmissões digitais. Isso fortalece o vínculo entre rádio e comunidade, aproximando ainda mais o público e reforçando a percepção de transparência, elemento essencial para a credibilidade.

4.5 A Consolidação do Rádio como Mídia de Credibilidade na Era Digital

O rádio, ao longo da sua história, sempre ocupou um lugar central na construção da opinião pública por causa da sua agilidade, proximidade e linguagem direta. Com o avanço das mídias digitais e a explosão de informações desconstruídas circulando nas redes sociais, o rádio passou por um processo de reinvenção, ampliando seus formatos e fortalecendo ainda mais seu papel como fonte confiável. A desinformação digital, marcada por fake news, manipulações e conteúdos fora de contexto, fez com que grande parte do público buscasse novamente meios tradicionais com reputação já consolidada. Nesse cenário, o rádio jornalismo se destaca justamente por manter rotinas de apuração, responsabilidade editorial e compromisso com a checagem dos fatos.

Uma mudança fundamental é a integração do rádio com plataformas digitais. Hoje, emissoras utilizam sites, aplicativos, transmissões ao vivo via redes sociais e podcasts para alcançar novos públicos. Essa expansão não descaracteriza o rádio tradicional; pelo contrário, amplia sua função jornalística ao permitir que a notícia seja consumida de formas variadas: ao vivo, sob demanda ou em cortes específicos. Essa combinação de rádio + digital cria um novo

ecossistema de comunicação em que a credibilidade continua sendo o maior diferencial competitivo.

Por fim, a busca por credibilidade torna-se um elemento central para a sobrevivência e fortalecimento do rádio jornalismo contemporâneo. Em meio ao excesso de informações e à dificuldade do público de distinguir o verdadeiro do falso, a tradição, a experiência e a responsabilidade editorial das emissoras de rádio se tornam um porto seguro. A confiança, construída ao longo de décadas, é um patrimônio simbólico que as mídias digitais não conseguem reproduzir de forma imediata.

5 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada por meio de levantamento bibliográfico, analisando artigos acadêmicos, publicações de institutos de mídia, relatórios sobre consumo de notícias e materiais de comunicação especializados em rádio, jornalismo e mídias digitais. Para compreender a transformação do rádio jornalismo, foram consultadas obras que discutem a evolução tecnológica, a adaptação das emissoras ao ambiente digital e o comportamento do público diante da desinformação.

Além disso, utilizou-se análise documental de dados divulgados por instituições como Kantar Ibope, Reuters Institute e Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), que mapeiam hábitos de consumo de notícias e índices de credibilidade. Complementarmente, foram observados exemplos atuais de rádios brasileiras que migraram para o formato multiplataforma, ampliando sua presença em redes sociais, YouTube, aplicativos e podcasts.

A metodologia também incluiu uma análise interpretativa, buscando compreender não apenas a evolução estrutural do rádio jornalismo, mas também como a opinião pública tem se reposicionado diante da avalanche de informações digitais e do crescimento das fake news. Assim, a pesquisa combinou perspectivas teóricas, dados atuais e observação prática das estratégias usadas pelas emissoras.

Além disso, a pesquisa incorporou uma análise interpretativa, orientada por referenciais teóricos do jornalismo e da comunicação contemporânea. Essa etapa buscou conectar os dados observados com conceitos como pós-verdade, mediação jornalística, curadoria da informação, credibilidade e responsabilidade editorial. O objetivo foi compreender não apenas as mudanças

estruturais do rádio jornalismo, mas também o novo papel desempenhado pelo jornalista diante da circulação acelerada de informações e do crescimento das fake news nas redes digitais.

A metodologia adotada seguiu uma abordagem qualitativa, considerando que o objetivo central da pesquisa é interpretar fenômenos comunicacionais, transformações socioculturais e práticas profissionais, e não produzir estatísticas ou mensurações numéricas isoladas. A análise qualitativa permitiu dialogar criticamente com as fontes bibliográficas, cruzar dados de relatórios institucionais e compreender os processos que estão moldando o rádio jornalístico contemporâneo.

Por fim, a combinação de referencial teórico, dados documentais recentes e observação prática das emissoras possibilitou construir uma visão integrada sobre o tema, evidenciando como o rádio continua evoluindo, se adaptando às multiplataformas e preservando seu papel essencial na mediação jornalística e na checagem de informações em meio à sociedade digital.

6 RESULTADOS

A pesquisa realizada sobre hábitos de consumo e percepções do público em relação ao rádio jornalismo revelou dados importantes. Em relação à frequência de audiência, 43,6% dos participantes afirmaram ouvir rádio diariamente, enquanto 29,1% escutam algumas vezes por semana e 23,6% raramente.

Quando questionados sobre o impacto das mídias digitais no rádio jornalismo, 32,1% acreditam que a digitalização melhorou muito, 34% avaliam que melhorou, mas pouco, e 28,3% dizem que não houve melhoria significativa.

Entre os fatores que mais influenciam a confiança do público em uma notícia veiculada no rádio, a qualidade da apuração aparece como o principal critério, com 36,4%, seguida pela imparcialidade, com 27,3%. Já 21,8% destacaram a tradição da emissora e 14,5% a forma como o locutor apresenta a notícia.

Sobre as plataformas mais utilizadas para consumir rádio jornalismo, 33,3% ainda preferem o rádio tradicional (FM/AM), enquanto 22,2% optam por podcasts jornalísticos, 20,4% pelas redes sociais e 18,5% pelo rádio online.

Quanto ao futuro do rádio jornalismo diante das novas tecnologias e da inteligência artificial, 39,6% consideram promissor e cheio de novas oportunidades, 34% veem como

desafiador, mas com forte potencial de adaptação, enquanto 18,9% acreditam que o rádio corre risco de desaparecer, e 7,5% afirmam que continuará igual ao que é hoje.

No que diz respeito à confiança em uma emissora, 35,3% afirmaram que a transparência das informações é o fator mais determinante, seguida pela reputação dos jornalistas, com 29,4%, pelo tempo de existência da emissora (23,5%) e pela neutralidade das notícias (11,8%).

Sobre as transformações trazidas pela convergência entre rádio e internet, a maioria percebe que essa união tornou o rádio mais dinâmico e acessível (44%), criou novas oportunidades de interação (24%) e, para 20%, enfraqueceu o formato tradicional do rádio.

A respeito do papel do jornalista na era digital, 45,3% acreditam que o profissional deve ser multiplataforma, atuando também em redes sociais e podcasts. Outros 28,3% defendem a manutenção do foco na locução tradicional e na apuração rigorosa, enquanto 15,1% afirmam que é preciso se adaptar ao público, mesmo que isso exija mudanças, e 11,3% destacam a necessidade de aprender novas linguagens multimídia.

Em relação à credibilidade do rádio comparada a outras mídias, 39,6% consideram que o diferencial está na presença de profissionais experientes, 28,3% no vínculo emocional com o ouvinte, 22,6% no compromisso com a verificação dos fatos, enquanto 9,4% não percebem diferença significativa.

Quanto ao que o rádio precisa fazer para seguir relevante, 43,4% apontam a necessidade de investir em inovação tecnológica e na presença digital, 32,1% defendem fortalecer a credibilidade e o jornalismo de qualidade, 15,1% sugerem focar em nichos e conteúdos especializados, e 9,4% apostam na união entre tradição e modernidade.

Por fim, sobre a imparcialidade, 61,8% acreditam que o rádio cumpre bem seu papel de informar, enquanto 30,9% dizem que apenas parcialmente e 7,3% consideram que não. Já no ranking de meios mais confiáveis para obter notícias, o rádio lidera com 41,8%, seguido pela televisão (30,9%), portais de notícias na internet (16,4%) e redes sociais (9,1%).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O rádio jornalismo não está em declínio, pelo contrário: se fortalece ao se integrar às novas mídias e oferecer conteúdos de qualidade em diferentes plataformas. A transformação digital representa uma grande oportunidade de aproximar o rádio do público, explorando novos formatos e linguagens, sem perder sua base ética e seu compromisso com a credibilidade.

Com isso, entender a relação entre rádio, mídias digitais e credibilidade é essencial para garantir que esse meio continue cumprindo sua função social de informar, formar opinião e contribuir para uma sociedade mais crítica e democrática.

A pesquisa aplicada reforçou essa percepção, ao mostrar que grande parte do público ainda consome rádio com frequência e enxerga nele um dos meios mais confiáveis para obter informações. Os dados revelaram que os ouvintes valorizam principalmente a qualidade da apuração, a transparência e a imparcialidade, características essenciais do jornalismo profissional. Também ficou evidente que a maioria reconhece que as mídias digitais têm contribuído positivamente para renovar o rádio jornalismo, tornando-o mais dinâmico e ampliando seu alcance.

Outro ponto relevante identificado é a necessidade de um jornalista cada vez mais versátil, capaz de atuar em múltiplas plataformas, dominar novas linguagens e, ao mesmo tempo, manter os princípios fundamentais da ética e da verificação de fatos. Isso confirma que o futuro do rádio não depende apenas da tecnologia, mas principalmente da capacidade de adaptação dos profissionais e das emissoras.

Dessa forma, conclui-se que o rádio jornalismo permanece atual, resiliente e em constante reinvenção. Seu futuro tende a ser promissor, desde que continue unindo tradição e inovação, preservando sua identidade enquanto se adapta às exigências do público contemporâneo. O rádio, mais do que sobreviver, continua se transformando, e essa transformação reafirma seu papel como uma das mais importantes fontes de informação de confiança na era digital.

REFERÊNCIAS

ABERT – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão. Panorama do Rádio. Brasília, publicações anuais.

BUCCI, Eugênio. Em torno do jornalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CETIC.br / NIC.br. TIC Domicílios. São Paulo, edições anuais. (Relatório oficial sobre uso de internet no Brasil.)

CHARADEAU, Patrick. Discurso das Mídias. São Paulo: Contexto, 2006.

FIDLER, Roger. Mediamorfose: compreender os novos meios de comunicação. São Paulo: Petrópolis, 1997.

JENKINS, Henry. Cultura da convergência. São Paulo: Aleph, 2009.

KAPLÚN, Mario. O processo comunicacional. São Paulo: Paulus, 1997.

LAGE, Nilson. A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. O rádio na era digital: credibilidade, mediação e novas práticas. São Paulo: Paulus, 2019.

MEDITSCH, Eduardo. O rádio na era da informação. Florianópolis: Insular, 2001.

MEDITSCH, Eduardo. Rádio: o veículo, a história e a técnica. Florianópolis: Insular, 2001.

NEWMAN, Nic et al. Digital News Report. Reuters Institute for the Study of Journalism, 2023.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. A informação no rádio. São Paulo: Summus, 1985.

PENA, Felipe. Teoria do Jornalismo. São Paulo: Contexto, 2010.

PRADO, Magaly. Rádio: linguagem e comunicação. São Paulo: Summus, 2018.

PRATA, Nair; SANTOS, Roberto. Rádio e Convergência: Multiplataforma e Interatividade. Belo Horizonte: Insular, 2015.

REUTERS INSTITUTE. Digital News Report. Oxford: Oxford University, edições anuais.

SAAD CORRÊA, Elizabeth. Jornalismo Digital em Bases de Dados. São Paulo: Atlas, 2012.

Secretaria de Comunicação Social. Pesquisa Brasileira de Mídia – Hábitos de Consumo. Brasília: Secom, várias edições.

WARDLE, Claire; DERA KHSHAN, Hossein. Information Disorder. Council of Europe, 2017.